



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**ANTONIO XAVIER DO NASCIMENTO**

**O ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE MEMÓRIAS:**

**A ditadura civil-militar no Brasil e as memórias acerca de Emmanuel**

**Bezerra dos Santos**

**NATAL, RN  
2024**

ANTONIO XAVIER DO NASCIMENTO

**O ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE MEMÓRIAS:**

**A ditadura civil-militar no Brasil e as memórias acerca de Emmanuel  
Bezerra dos Santos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para o título de Mestre em Ensino de História, sob orientação do Prof. Dr. José Evangelista Fagundes.

**Linha de Pesquisa:** Saberes Históricos no Espaço Escolar.

NATAL, RN  
2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -  
CCHLA

Nascimento, Antonio Xavier do.

O ensino de História entre memórias : a ditadura civil-militar no Brasil e as memórias acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos / Antonio Xavier do Nascimento. - Natal, 2024.

150 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Departamento de História, Programa de Pós-graduação em Ensino de História. Natal, RN, 2024.

Orientação: Prof. Dr. José Evangelista Fagundes.

1. Caiçara do Norte/RN - Dissertação. 2. Ditadura Civil-Militar - Dissertação. 3. Emmanuel Bezerra dos Santos - Dissertação. 4. Ensino de História - Dissertação. 5. Memória - Dissertação. I. Fagundes, José Evangelista. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94:37

ANTONIO XAVIER DO NASCIMENTO

**O ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE MEMÓRIAS:**

**A ditadura civil-militar no Brasil e as memórias acerca de Emmanuel  
Bezerra dos Santos**

Aprovado em: 26/03/2024

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. José Evangelista Fagundes (UFRN)

Orientador

---

Prof. Dr. Lígio José de Oliveira Maia (UFRN)

Membro examinador

---

Prof. Dr. Marcílio Lima Falcão (UERN)

Membro examinador externo

---

Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN)

Membro Suplente

A Sebastião Xavier do Nascimento (*in memoriam*), meu irmão, pela sua humildade e incentivos nos meus estudos.

Com amor e carinho, aos meus filhos:  
Samara Pires do Nascimento e Arthur  
Pires do Nascimento.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre iluminar meus caminhos, pela esperança, fé e presença constante em minha vida.

Ao professor orientador, José Evangelista Fagundes (UFRN), pela confiança em mim, compreensão das minhas dificuldades e pelos valorosos ensinamentos. Aos professores membros da Banca de Qualificação e da Banca da Defesa da Dissertação: Prof. Dr. Lígio José de Oliveira Maia (UFRN), Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN), Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (UFRN) e ao Prof. Dr. Marcílio Lima Falcão (UERN) pelas valorosas observações e sugestões atribuídas para a melhoria desta dissertação.

Aos professores(as) e colegas de curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas. Aos colegas professores(as) e meus alunos(as) da Escola Estadual Godofredo Cacho que serviram de referência para o desenvolvimento deste estudo.

A minha gratidão à professora Ana Paula de Lima Silva e aos professores José Washington Torres da Silva, Paulo Sérgio Tenório e Francisco Félix Filho pelo apoio e incentivo. Agradeço a Roberto de Oliveira Monte (CDHMP), Naldemir Saraiva Dantas (Projeto Memória Viva) e a Antonia Virginia Bezerra pelas importantes contribuições orais e documentais para este trabalho de pesquisa.

Aos meus pais Francisco Evangelista do Nascimento e Francisca Xavier do Nascimento pelo exemplo de luta, garra, fibra e serenidade, pelo apoio e incentivo. A minha esposa Luciene Pires da Silva, pelo incentivo e compreensão em tudo que faço na minha vida.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram na elaboração deste trabalho e para minha formação.

## **Às gerações futuras**

Eu vos contemplo  
Da face oculta das coisas  
Meus desejos são inconclusos  
Minhas noites sem remorsos

Eu vos contemplo  
Pelas grades insensíveis  
Meu sonho é uma grande rosa  
E minha poesia: luta!

Eu vos contemplo  
Da virtual extremidade  
Minha vida pela vossa  
Meu amor vos liberta

Eu vos contemplo  
Da própria contingência  
Mas minha força é imbatível  
Porque estás à espera

Eu vos contemplo  
Do fogo da batalha  
Meus soldados não se rendem  
O grande dia chegará!

Eu vos contemplo,  
Gerações futuras,  
Herdeiros da paz e do trabalho  
As grades esmaecem, ante o meu contemplar.

*Emmanuel Bezerra dos Santos* – Dirigente do PCR  
(Cela da Base Naval de Natal/RN, 1968)

## RESUMO

Este trabalho discute o tema Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) no Ensino de História tendo como referência as memórias construídas sobre o militante político potiguar Emmanuel Bezerra dos Santos (1947-1973). Teve como objetivo criar situações de ensino-aprendizagem que permitam o diálogo entre a produção historiográfica e as memórias construídas no município potiguar de Caiçara do Norte acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos. Pesquisa de natureza exploratória e descritiva, baseada em dados bibliográficos, em fontes documentais impressas e audiovisuais. Analisa a historiografia acerca da Ditadura Civil-Militar presente no ensino de História a partir da produção de dissertações do Profhistória publicadas entre 2018 e 2021, cujos conteúdos tratam da relação entre a Ditadura Civil-Militar brasileira e os Direitos Humanos. Reflete-se, ainda, como o tema Ditadura Civil-Militar tem se apresentado nos livros didáticos de História do PNLN disponibilizados para alunos(as) e professores(as) da escola básica. Para análise desse material tomamos como referência as proposições feitas por Jörn Rüsen (2010), incluindo o conceito de pluriperspectividade por ele trabalhado. Ressalta-se a necessidade de inserir nessas reflexões conteúdo da História Local, remetendo-se a diversos eventos promovidos por ativistas dos direitos humanos, movimentos sociais e partidos políticos do Rio Grande do Norte, em 2023, quando da comemoração dos 50 anos da morte de Emmanuel Bezerra dos Santos. O estudo foi materializado em uma proposta de ensino de História a partir de uma sequência didática, cujo tema da Ditadura Civil-Militar foi abordado, tendo em vista um público-alvo constituído por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Godofredo Cacho, localizada no município de Caiçara do Norte/RN.

**Palavras-chave:** Caiçara do Norte/RN; Ditadura Civil-Militar; Emmanuel Bezerra dos Santos; Ensino de História; Memória.

## ABSTRACT

This work discusses the theme of the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985) in History Education, taking as reference the memories constructed about the political activist from Rio Grande do Norte, Emmanuel Bezerra dos Santos (1947-1973). The study aimed to create teaching-learning situations that enable dialogue between historiographical production and the memories constructed in the Rio Grande do Norte municipality of Caçara do Norte about Emmanuel Bezerra dos Santos. It is an exploratory and descriptive research, based on bibliographic data, printed and audiovisual documentary sources. It analyzes the historiography about the Civil-Military Dictatorship present in History Education from the production of Profhistória dissertations published between 2018 and 2021, whose contents deal with the relationship between the Brazilian Civil-Military Dictatorship and Human Rights. Furthermore, the study reflects on how the theme of the Brazilian Civil-Military Dictatorship has been presented in the History textbooks of the National Program of Textbooks and Didactic Material (PNLD) made available to students and teachers of basic education. To analyze this material, we take as reference the proposals made by Jörn Rüsen (2010), including the concept of multiperspectivity that he addresses. The need to include local history content in these reflections is emphasized, referring to various events promoted by human rights activists, social movements and political parties in Rio Grande do Norte in 2023, on the occasion of the 50th anniversary of the death of Emmanuel Bezerra dos Santos. The study was materialized in a History teaching proposal based on a didactic sequence, whose theme of the Civil-Military Dictatorship was addressed, considering a target audience of 9th grade students from Elementary School II at the State School Godofredo Cacho, located in the municipality of Caçara do Norte, Rio Grande do Norte.

**Keywords:** Caçara do Norte/RN; Civil-Military Dictatorship; Emmanuel Bezerra dos Santos; History Education; Memory.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AI-5 - Ato Institucional número 5

ANPUH - Associação Nacional dos Professores Universitários de História

ALN - Ação Libertadora Nacional

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CCP - Centros de Cultura Popular

CDHMP - Centro de Direitos Humanos e Memória Popular

CEMDP - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos

CENARTE - Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CIEX - Centro de Informações do Exterior

CISA - Centro de Informações da Aeronáutica

CEV - Comissões Estaduais da Verdade

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CV-UFRN - Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

CSN - Conselho de Segurança Nacional

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

CODI - Centros de Operações de Defesa Interna

COOJORNAT - Cooperativa de Jornalistas de Natal

DCE - Diretórios Centrais Estudantis

DOI - Destacamentos de Operações e de Informações

DOPS - Departamentos de Ordem Política e Social

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHTP – Instituto de História do Tempo Presente

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquéritos Policiais Militares

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LSN – Lei de Segurança Nacional

MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MR-8 – Movimento Revolucionário 08 de outubro

NTIC – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

OSPB – Organização Social e Política Brasileira

PPP – Projeto Político Pedagógico

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

POLOP - Política Operária

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROFHISTÓRIA - Mestrado Profissional em Ensino de História

SNI - Serviço Nacional de Informações

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UJR - União Juventude Rebelião

UNE - União Nacional dos Estudantes

TL - Tendência Leninista

UESP - União dos Estudantes Secundaristas Potiguares

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro didático do 9º ano da coleção Vontade de Saber – História (2018) .....	65
Figura 2– Páginas de Abertura do Capítulo 11: A ditadura civil-militar no Brasil - livro didático do 9º ano da coleção Vontade de Saber – História (2018).....	66
Figura 3– Seção “Sujeito na História” – Manoel Fiel Filho - livro didático do 9º ano da coleção Vontade de Saber – História (2018) .....	68
Figura 4 – O Golpe de 1964 – livro didático do 9º ano da coleção Vontade de Saber – História (2018).....	70
Figura 5 – O Movimento Estudantil - livro didático do 9º ano da coleção Vontade de Saber – História (2018).....	72
Figura 6 – Eleições indiretas de Tancredo Neves- livro didático do 9º ano da coleção Vontade de Saber – História (2018).....	73
Figura 7 – Ossadas encontradas em cemitério clandestino em São Paulo/SP - livro didático do 9º ano da coleção Vontade de Saber – História (2018).....	75
Figura 8 – Pedido de matrícula e posterior diplomação post mortem de Emmanuel Bezerra dos Santos, em 01 de abril de 2024 na Reitoria da UFRN.....	82
Figura 9 – Emmanuel Bezerra dos Santos .....	86
Figura 10 – Casa do Estudante do Rio Grande do Norte - Emmanuel Bezerra dos Santos – Natal/RN.....	89
Figura 11 – Emmanuel Bezerra discursa em manifestação estudantil em frente à Casa do Estudante (1967).....	90
Figura 12 – Estudantes Potiguares: Emmanuel Bezerra e Juliano Siqueira .....	91
Figura 13 – Câmara Municipal de Caiçara do Norte/RN .....	98
Figura 14 – Retorno de Emmanuel Bezerra dos Santos à Casa do Estudante (1992) ...	99
Figura 15 – Retorno de Emmanuel Bezerra dos Santos a Caiçara do Norte/RN .....	100
Figura 16 – Escola Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos.....	104
Figura 17 – Biblioteca Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos.....	106
Figura 18 – Amelinha Teles rememora o translado dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos ocorrido em 1992.....	108
Figura 19 – Sessão Solene de comemoração dos 50 anos de morte de Emmanuel Bezerra dos Santos – Câmara Municipal de Caiçara do Norte/RN.....	108
Figura 20 – Cravamento de placa do Projeto Lugar de Memória .....	109
Figura 21 – Homenagem à Emmanuel Bezerra dos Santos no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense em 06/09/2023 .....	110
Figura 22 – Placa Lugar de Memória – Emmanuel Bezerra dos Santos – Colégio do Atheneu Norte-Riograndense em 06/09/2023 .....	111
Figura 23 – Escola Estadual Godofredo Cacho.....	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Capítulos/unidades que tratam da ditadura civil-militar no livro didático selecionado .....	65
Quadro 2– Memórias Institucionalizadas de Emmanuel Bezerra dos Santos.....	102

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1 DITADURA CIVIL-MILITAR, HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA: O QUE DETERMINAM OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O QUE DIZEM AS PROFESSORAS E OS PROFESSORES</b> .....	<b>29</b>
1.1 Lei de Segurança Nacional e a ideia do inimigo interno .....	29
1.2 O debate historiográfico e a definição da estrutura de poder no Brasil do período de 1964 a 1985 .....	34
1.3 O ensino de História sob influência da ditadura civil-militar .....	39
1.4 Redemocratização, novo tempo e novas ideias .....	43
1.5 O Ensino de História Escolar, o exercício da cidadania e os direitos humanos .....	47
1.6 A ditadura civil-militar sob o olhar dos professores(as) do Profhistória .....	52
<b>2 O ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE MEMÓRIAS: A DITADURA CIVIL-MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA</b> .....	<b>57</b>
2.1 As narrativas históricas sobre a ditadura civil-militar em livros didáticos de História (1967-2005) .....	58
2.2 As narrativas históricas sobre a ditadura civil-militar em livros didáticos de História (2019) .....	60
2.3 Conhecendo o livro didático de História adotado pela Escola Estadual Godofredo Cacho .....	63
2.3.1 Análise das narrativas históricas sobre a ditadura civil-militar no livro didático <i>Vontade de Saber – História</i> (2018) .....	67
2.4 Os movimentos sociais e a luta por memória, verdade e justiça .....	77
2.5 Memória simbólica e reparação histórica na UFRN: caso Emmanuel Bezerra dos Santos .....	81
<b>3 DITADURA CIVIL-MILITAR: O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DAS NARRATIVAS QUE FORAM CONSTRUÍDAS ACERCA DE EMMANUEL BEZERRA DOS SANTOS</b> .....	<b>84</b>
3.1 A trajetória de Emmanuel Bezerra dos Santos: de Caiçara para o Brasil .....	85
3.2.1 Memórias Institucionalizadas de Emmanuel Bezerra dos Santos .....	103
3.2.2 Projeto Lugar de Memória: Emmanuel Bezerra dos Santos .....	106
3.2.3 Peça teatral: Às gerações futuras .....	113
<b>4 UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA MEMÓRIA</b> .....	<b>117</b>
4.1 Sequência Didática .....	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>137</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como preocupação a abordagem da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) no ensino da História tomando como referência as memórias construídas sobre o militante político potiguar Emmanuel Bezerra dos Santos. Por ser o regime autoritário um conteúdo obrigatório no ensino de História (Brasil, 2018), esse período está presente nos livros didáticos tanto do Ensino Fundamental II quanto nos manuais do Ensino Médio. Por outro lado, na produção historiográfica a temática vem ocupando um espaço cada vez mais significativo. Nossa preocupação é criar situações de ensino-aprendizagem que permitam o diálogo entre a produção historiográfica e as memórias construídas no município potiguar de Caiçara do Norte sobre a temática.

Isso inclui refletir sobre os conteúdos históricos prescritos nos documentos oficiais. Mas também, pensar nas questões da história local que se apresentam como memórias construídas e preservadas por moradores e autoridades do referido município do Rio Grande do Norte.

A pesquisa constitui-se de natureza exploratória e descritiva, baseada em dados bibliográficos (livros e artigos) e em fontes documentais constituídas de leis, documentos legais, documentários audiovisuais que passaram por leituras e análises. O estudo resultará na construção de uma síntese materializada em uma proposta de ensino de História para 02 (duas) turmas do 9º ano da Escola Estadual Godofredo Cacho, instituição escolar na qual trabalhamos.

O público-alvo planejado nesta pesquisa é constituído de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública estadual situada no município de Caiçara do Norte/RN, localizada a 154 km de distância de Natal, capital do Rio Grande do Norte. A construção da escola foi iniciada no governo de Aluizio Alves (1961-1966) e concluída no governo de Walfredo Dantas Gurgel (1965-1971). A instituição de ensino foi fundada oficialmente no dia 06 de novembro de 1967, sendo nomeada, a princípio, de Grupo Escolar Godofredo Cacho<sup>1</sup>. O estabelecimento escolar iniciou seu funcionamento em 12 de fevereiro de 1968. O governador na época, Aluizio Alves<sup>2</sup> (1921-2006) decidiu

---

<sup>1</sup> Cf. Anexo C.

<sup>2</sup> Aluizio Alves nasceu em Angicos/RN, em 11 de agosto de 1921. Faleceu em Natal/RN em 06 de maio de

homenagear em memória o comerciante e político, Godofredo Alípio Cacho (1904-1961)<sup>3</sup>.

O Grupo Escolar Godofredo Cacho fez parte das últimas gerações de instituições escolares que receberam a denominação de “Grupo Escolar”<sup>4</sup>. A unidade escolar apesar de ter recebido o nome de Grupo Escolar não teve as mesmas características arquitetônicas dos antigos prédios que foram construídos em diversas cidades do Estado do Rio Grande do Norte nas décadas de 1910 e 1920. A necessidade de atender as demandas educacionais de diferentes períodos impulsionou várias reformas ao longo das décadas do século XX. Foi nesse contexto de reestruturação do campo educacional que o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) extinguiu os projetos dos Grupos Escolares por meio da reforma educacional promovida pela Lei nº 5.692, 11 de agosto de 1971, na ditadura civil-militar.

A criação do Grupo Escolar Godofredo Cacho teve como objetivo ofertar a educação básica aos estudantes do então distrito de Caiçara, pertencente ao município de São Bento do Norte. No início ofertava o antigo Primeiro Grau (1ª a 4ª série), o que é correspondente hoje ao Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Durante o período ditatorial ofertou alfabetização ao público de adolescentes e adultos através do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), de iniciativa do Ministério da Educação.

Na década de 1980 passou a ofertar o ensino da 5ª a 8ª série do antigo Primeiro Grau, atualmente nomeado de Ensino Fundamental II. Além disso, o Decreto Estadual nº 10.231 de 09 de dezembro de 1988 mudou o nome da instituição escolar de Grupo Escolar

---

2006. Foi jornalista, advogado e político brasileiro, sendo governador do Estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 1961 e 1966. Ele teve o mandato de Deputado Federal cassado pelo Ato Institucional 05 (AI-5) da Ditadura Civil-Militar em 1969.

<sup>3</sup> Nasceu na cidade de Macau/RN, exercia atividades comerciais na microrregião de Macau (Guamaré, Galinhos, Caiçara do Norte, São Bento do Norte e Macau) que lhe concedia um posicionamento influente na região. Foi homenageado pelo governador do RN (1961-1966) Aluizio Alves (União Democrática Nacional-UDN).

<sup>4</sup> Surgidos no corpo das Leis de 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, regulamentados e instalados a partir de 1894 no Estado de São Paulo, os Grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas. No Rio Grande do Norte a criação dos Grupos Escolares ocorreu no âmbito da Reforma do Ensino Primário. Pelo Decreto n. 178, de 29 de abril de 1908, foi instalada a Escola Normal de Natal para o preparo de professores de ambos os sexos e criada uma rede de Grupos Escolares. As reformas educacionais ocorridas na Ditadura Civil-Militar realizaram a extinção dos Grupos Escolares através da Lei nº 5.692, 11 de agosto de 1971, que ampliou a escolarização obrigatória para 08 (oito) anos. Disponível em: [http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489617184\\_ARQUIVO\\_Artigocompleto-Salvo.pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489617184_ARQUIVO_Artigocompleto-Salvo.pdf) Acesso em: 20 set. 2023.

Godofredo Cacho para Escola Estadual Godofredo Cacho. Assim, outras mudanças continuaram a acontecer ao longo do tempo. No ano de 2008, a escola passou a oferecer o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos. Posteriormente, o Decreto Estadual nº 26.776 de 11 de abril de 2017 instituiu o Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos (EJA), tornando-se a pioneira e única instituição a oferecer este tipo de ensino na cidade de Caiçara do Norte/RN.

A partir do ano de 2022, a instituição passou a ofertar o Ensino Médio de Tempo Integral. Posto isto, ressaltamos que a unidade escolar de ensino público possuía 26 professores(as) e obteve 541 discentes matriculados, segundo o Censo Escolar de 2022<sup>5</sup>. A escola funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. A escola ofertou o Ensino Fundamental I (anos iniciais) até o ano de 2023. No ano de 2024, o Ensino Fundamental I foi extinto na Unidade Escolar que continuará a ofertar o Ensino Fundamental II (anos finais); Ensino Fundamental II na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA); e o Ensino Médio de Tempo Integral.

O público atendido pela escola é diverso, mas é constituído principalmente de moradores do município de Caiçara do Norte e da cidade de São Bento do Norte. Os estudantes são filhos e filhas de pescadores/pescadoras que praticam a pesca artesanal no mar como fonte de sobrevivência alimentícia e de renda. A escola atende pessoas que são beneficiárias de programas sociais<sup>6</sup> do Governo Federal por serem consideradas de baixa renda. Além disso, nos últimos dez anos, a escola também tem atendido alunos filhos de operários das empresas do setor eólico que tem se instalado na Mesorregião Central Potiguar e no Litoral Norte do Rio Grande do Norte. Com isso, pessoas de outros estados brasileiros têm migrado para cidades como Caiçara do Norte e São Bento do Norte em busca de oportunidades de trabalho e procuram continuar seus estudos na Escola Estadual Godofredo Cacho<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Censo Escolar de 2022. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/24026026-escola-estadual-godofredo-cacho> Acesso em: 12 mar. 2024.

<sup>6</sup> Informações obtidas nas fichas de acompanhamento da frequência escolar da Escola Estadual Godofredo Cacho que tem como finalidade informar ao Ministério da Educação-MEC a presença ou ausência de alunos(as) beneficiários do Programa Bolsa Família. O acompanhamento tem como objetivo combater a evasão e estimular a progressão escolar de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

<sup>7</sup> Cf. Anexo D.

A escola possui um Conselho Escolar que é constituído por pais e mães de aluno(a)s, representantes de aluno(a)s, professores, funcionário(a)s, membros da comunidade e diretores da instituição. O Conselho Escolar tem como competência as funções deliberativas, consultiva, fiscal e mobilizadora no âmbito da comunidade escolar. A instituição escolar tem buscado democratizar a participação da comunidade escolar nas principais decisões da escola. Neste sentido, em 2020 teve seus gestores (diretor e vice-diretor) escolhidos pela comunidade escolar através de eleições diretas para o triênio 2020-2022.

Caiçara do Norte, espaço no qual estão situadas a escola e as memórias sobre Emmanuel Bezerra dos Santos, teve sua emancipação política em 16 de julho de 1993. O seu território é resultado do desmembramento do município de São Bento do Norte através da Lei Estadual nº 6.451. A população das duas cidades cresceu ao longo do tempo ocupando o espaço geográfico urbano e causando a conurbação ou junção das cidades, sendo separadas teoricamente por um “pórtico” existente entre ambas. A cidade de Caiçara do Norte, no ano de 2022, teve a população residente estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 6.293 habitantes<sup>8</sup>. Ela está localizada na Mesorregião Central Potiguar e na Microrregião de Macau, faz parte do Litoral Norte do Rio Grande do Norte, segundo o IBGE.

Como profissional, começamos a lecionar na Escola Estadual Godofredo Cacho em março de 2020, coincidindo com o início da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2. Nos anos de 2020 e 2021, milhões de pessoas foram infectadas em todos os continentes e parte considerável delas veio a óbito em decorrência de complicações ocasionadas pela doença. No município de Caiçara do Norte foram confirmados 670 casos de pessoas infectadas pela Covid-19, sendo que 12 vítimas foram a óbito<sup>9</sup>. No Estado do Rio Grande do Norte foram confirmados 739.024 casos, desse total houve 8.706 óbitos.<sup>10</sup> No Brasil, foram confirmados 38.757.972 casos de pessoas infectadas pela doença. Desse total, 711.502 vítimas foram a óbito, segundo o Ministério

---

<sup>8</sup> Cf. Anexo E.

<sup>9</sup> Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte / Dados atualizados em 14/03/2022. Coleta e análise: Brasil. Disponível em: <https://brasil.io/covid19/RN/> Acesso em: 11 mar. 2024.

<sup>10</sup> Coronavírus. Disponível em: <https://covid.lais.ufrn.br/> Acesso em: 11 mar. 2024.

da Saúde<sup>11</sup>. Portanto, tive pouco contato presencial com os estudantes durante os anos letivos de 2020 e 2021, pois as atividades docentes foram realizadas através de aulas remotas emergenciais<sup>12</sup>.

Nos diálogos cotidianos com os discentes, professores e professoras integrantes da comunidade escolar fui percebendo que alguns assuntos relacionados com as memórias e com o Ensino de História do município de Caiçara do Norte estavam presentes no espaço escolar. Entre os temas abordados destacam-se as memórias que foram construídas acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos. Foi a partir dessa convivência e desses diálogos que despertou em mim a curiosidade sobre a história de vida do cidadão Emmanuel Bezerra dos Santos. Assim, passei a pesquisar sobre a trajetória de vida dele para buscar entender quando e como essa memória foi construída coletivamente.

Emmanuel Bezerra dos Santos, nasceu em 17 de julho de 1947 em uma pequena comunidade de pescadores conhecida por Caiçara, distrito da cidade de São Bento do Norte/RN. O pai Luíz Elias dos Santos e a mãe Joana Elias Bezerra eram pescadores. Logo, tiravam dessa atividade o sustento da família. Quando criança, Emmanuel Bezerra dos Santos, realizou seus estudos primários (Ensino Fundamental) em São Bento do Norte/RN. Em 1961, já adolescente, migrou de São Bento do Norte/RN para Natal/RN, concluindo seus estudos secundários (Ensino Médio) no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense em 1965. Em Natal/RN, o jovem Emmanuel Bezerra dos Santos morou na Casa do Estudante, militou no movimento estudantil e ingressou em partidos políticos clandestinos durante a ditadura civil-militar. A luta pela democracia causou ao militante comunista, Emmanuel Bezerra dos Santos, muitos problemas, como perseguições, prisões, torturas, morte e o desaparecimento.

Na escola em que trabalhamos, como professor da disciplina de História, são desenvolvidas atividades pedagógicas acerca do tema ditadura civil-militar por meio de várias estratégias de ensino de História mediante aulas expositivas, seminários, palestras e peças teatrais. Desse modo, circulam na comunidade escolar cartazes, fotografias,

---

<sup>11</sup>Coronavírus/Brasil - atualizado em 11 de março de 2024. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 11 mar. 2023.

<sup>12</sup>Segundo Nascimento (2021), as aulas remotas emergenciais se constituem como atividades de ensino mediadas pela Tecnologia Digital de Informação e Comunicação, mas que se orientam pelos princípios da educação presencial. De acordo com o autor, por atividades não presenciais entende-se aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar.

vídeos, textos e livros sobre memórias que relatam fatos ocorridos durante a ditadura civil-militar. As memórias do tema em questão também estão presentes em algumas instituições públicas (espaços de memórias) do município que homenageia *in memoriam* vítimas da ditadura civil-militar, como é o caso do ex-integrante da União Nacional dos Estudantes (UNE) e posterior militante político do Partido Comunista Revolucionário (PCR)<sup>13</sup>, o caiçarense-do-norte Emmanuel Bezerra dos Santos.

O tema ditadura civil-militar sempre chamou minha atenção, como aluno do ensino básico e na graduação em História. Contudo, o interesse em pesquisar e conhecer melhor o assunto ocorreu a partir de 2020, quando passei a trabalhar como professor da disciplina de História na Escola Estadual Godofredo Cacho, pois neste espaço escolar existe a presença marcante das memórias de Emmanuel Bezerra dos Santos que foi vítima da ditadura civil-militar e teve seu nome institucionalizado no município.

Ao iniciar o Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), em 31 de março de 2022, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, realizamos as leituras dos textos indicados nas diversas disciplinas, interagimos com os colegas de turma e fomos orientados por professores e professoras. Essas situações de ensino, pesquisas e aprendizagens nos motivaram a pesquisar sobre os temas Memória e o Ensino de História. Tomamos como referência para essa discussão as memórias coletivas que se constituíram na cidade de Caiçara do Norte/RN acerca da ditadura civil-militar no Brasil e as memórias construídas do militante político norte-rio-grandense Emmanuel Bezerra dos Santos.

Quando se trata de história do tempo presente é fundamental que seja observado pelo historiador/historiadora de que forma são percebidos determinados períodos históricos, já que a memória é sempre construída a partir do presente, de suas demandas e experiências.

---

<sup>13</sup> O Partido Comunista Revolucionário-PCR foi fundado em maio de 1966 em Recife/PE. Foi organizado por um grupo de militantes egressos do PC do B que estavam descontentes com os rumos que este tomava. O PCR defendia a luta armada contra a ditadura civil-militar e teve atuação nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em julho de 1981, os militantes do PCR, visando a unidade das forças comunistas brasileiras, decidem pela fusão do Partido com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Em fevereiro de 1995, após muita luta política interna, o núcleo original do PCR rompe definitivamente com o MR-8 e dá início a refundação do Partido Comunista Revolucionário. Em agosto de 2003 realiza seu III Congresso, o qual reafirma a linha revolucionária do II Congresso e promove uma profunda reformulação de seus estatutos. Disponível em: <https://pcrbrasil.org/pcr/historia/> Acesso em: 24 jun. 2023.

A memória tem sido objeto de estudo por parte de muitos autores de diversas áreas do conhecimento, permitindo o surgimento de diferentes perspectivas teóricas. Para o historiador francês Pierre Nora (1993), a memória é sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível a revitalizações. O autor entende que a memória não se acomoda com detalhes que a confortam, ela se alimenta das lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. Para ele, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

De acordo com Barros (2009), a memória é um campo de estudo disciplinarmente aceito intitulado de “memória social”, que teve suas reflexões pioneiras ao ensaio *Memórias Coletivas* publicado por Maurice Halbwachs em 1950, tendo se desenvolvido nas últimas décadas. Entre os conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Halbwachs destacam-se as relações entre memória individual e memória coletiva.

O autor agrupa as lembranças em duas espécies de memórias, das quais o sujeito participa. A primeira está ligada às lembranças da vida pessoal do indivíduo. A segunda diz respeito às lembranças ou memórias interpessoais do sujeito como membro de um grupo. De acordo com Halbwachs (1990 *apud* Alencar, 2002, p. 2), as memórias, apesar de distintas, podem se intersectar em algumas situações, mas seguem seus próprios caminhos. A memória individual às vezes confunde-se com a coletiva, pois pode apoiar-se sobre ela em situações que precise confirmar algumas de suas lembranças ou dar-lhes precisão, e mesmo para preencher algumas de suas lacunas. A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas.

Nora (1993) entende que a história, diferentemente da memória, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. Ela está ligada às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. Portanto, ela é uma construção narrativa problematizadora realizada por profissionais (historiadores/historiadoras). Como podemos perceber, não é tarefa fácil definir o conceito de história. Há outros pesquisadores que entendem que a palavra ‘história’ é um termo polissêmico, como Fagundes e Andrade (2017, p. 24), que afirmam “quando nos referirmos ao termo ‘história’, podemos estar nos referindo à história acontecimento, ou seja, ao que foi vivido, ao passado. Por outro lado, podemos também estar nos referindo

ao resultado do trabalho do historiador, ou seja, à História escrita, à História conhecimento”.

Acerca dessa discussão, o pesquisador Torres (1996), entende que “a História enquanto conhecimento científico é uma produção intelectual mediada por instrumentos teórico-metodológicos de análise de materiais históricos (fontes) que formula verdades relativas dinamizada no espaço-tempo buscando a compreensão dos fatos e dos seres humanos. O autor mostra que a história é uma ciência, que possui objetos/fontes de estudos, usa metodologias para análises, possui campos ou áreas de estudos definidos, enfim, possui uma grande estrutura de produção de conhecimento historiográfico.

Como professor, historiador e pesquisador entendo que é fundamental considerar a relação entre Memória e História para pensar o lugar e o sentido do Ensino de História enquanto conhecimento escolar. Desta forma, corroborando Monteiro (2007), a qual entende que o Ensino de História é, potencialmente, um lugar onde memórias se inter cruzam, dialogam, e entram em conflito. Por isso, consideramos que é no Ensino de História que determinadas versões e explicações sobre fatos/acometimentos ocorridos nas sociedades e no mundo são ensinados/aprendidos por professores(as) e alunos(as). Para Monteiro (2007), o Ensino de História é um “lugar de fronteira”, que possibilita o diálogo entre memórias e “história conhecimento escolar”, com o aprofundamento, ampliação, crítica e reelaboração para uso no cotidiano.

Diante disso, procuramos nessa breve explicação mostrar algumas diferenças, postuladas por teóricos, entre Memória e História e a importância da relação entre Memória e o Ensino de História. Dito isso, devemos ressaltar o papel do historiador, como professor, que se constitui como agente fundamental no processo de ensino-aprendizagem da Memória e da História, portanto, responsável na construção da memória por parte dos discentes em proporcionar a eles a consciência de que a Memória e a História são conhecimentos construídos. Logo, a memória é alvo de disputas de vários setores da sociedade por diferentes interesses, como aponta Michael Pollak (1992, p. 205), ao afirmar que a memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais principalmente em conflitos que opõem grupos diversos.

Compreendendo a diferença entre memória e história, e relacionando esses pressupostos com a realidade do ensino de História da escola em que atuamos profissionalmente, identificamos a existência de vestígios de memórias acerca da ditadura

civil-militar no espaço escolar e na cidade de Caiçara do Norte. Essa realidade leva-nos a refletir sobre os conteúdos/memórias existentes na escola de diversas formas e que não estão presentes no livro didático de História que é utilizado em sala de aula. Esse trabalho tem a preocupação de incluir as memórias de Emmanuel Bezerra dos Santos no ensino de História como objeto de conhecimento histórico e dialogar com a discussão historiográfica que discute a temática da ditadura civil-militar. O regime de opressão marcou de forma memorável todos os lugares do Brasil no período entre 1964-1985. Embora, provavelmente, os inúmeros lugares que formam este país tenham sido afetados de diferentes maneiras.

Como professores de História temos o desafio de ensinar aos alunos conteúdos de História que sejam significativos. Diante disso, o lugar em que trabalhamos oferece a oportunidade de discutir a ditadura civil-militar a partir de elementos da memória que estão presentes no espaço local, sempre em diálogo com os conteúdos escolares prescritos nos documentos oficiais (Brasil, 2018) e a produção historiográfica sobre o assunto.

Ao discutir a ditadura civil-militar estamos fazendo uso de um passado recente, entendido como um período histórico que deixou resquícios de memórias traumáticas na sociedade contemporânea. Ao refletir sobre essa conjuntura importante, o historiador Carlos Fico (2012) situa esse tema no contexto dos debates teóricos sobre a História do Tempo Presente. A História do Tempo Presente passou a se consolidar na historiografia a partir da década de 1970 com a criação do Instituto de História do Tempo Presente-IHTP, na França. Isso posto, o autor considera como marco inicial da História do Tempo Presente a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) pelo fato do evento histórico ter atingido uma grande quantidade de países.

Carlos Fico (2012) observa que o pesquisador de temas de História do Tempo Presente ao discorrer acerca de questões recentes pode sofrer pressão dos contemporâneos ou coação pela verdade do que seja discutido. Como também pode ocorrer a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelos testemunhos dos que viveram o fenômeno autoritário e que procuram narrar ou explicar os fatos por meio de suas lembranças e pontos de vista. Desse modo, entende que o espaço temporal é uma das preocupações da História do Tempo Presente “decorre da circunstância de estarmos, sujeito (historiador) e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade ‘que não

terminou'. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir" (Fico, 2012, p. 45).

Dessa forma, corroboramos a demarcação apresentada por Carlos Fico (2012) por considerar os testemunhos dos sobreviventes de eventos traumáticos (Holocausto, Segunda Guerra Mundial, Apartheid, ditaduras militares) como acontecimentos mais tratados pela História do Tempo Presente. Assim como, nos filiamos ao campo de estudo da História do Tempo Presente por entender que este trabalho de pesquisa discute o ensino de História a partir de narrativas de histórias traumáticas que estão ainda em disputas na contemporaneidade. Logo, consideramos como marco inicial da História do Tempo Presente no Brasil a ditadura civil-militar (1964-1985) por se constituir como um regime de governo histórico e traumático para sociedade brasileira. As consequências deixadas pela ditadura civil-militar incluem os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Essa experiência histórica deixada pela ditadura civil-militar nos sensibiliza e motiva-nos a pesquisar, discutir e ensinar o tema ditadura civil-militar no Brasil nas aulas de História do Ensino Fundamental da Educação Básica a partir dos conhecimentos que temos no presente acerca do passado. Dessa forma, possuímos como aporte teórico recursos materiais como o livro didático de História e fontes documentais constituídos por textos, fotografias, vídeos e monumentos que estão próximos à realidade dos alunos(as) e a nossa enquanto professor.

Todavia, observamos que apesar de as pessoas terem acesso à grande quantidade de informações do passado que circulam em livros, jornais, revistas, rádio, TV e internet que abordam diferentes notícias (política, economia, cultura, direito humanos, memória) que se remetem ao regime de Estado autoritário (1964-1985) para nossos alunos(as) e a maioria dos pais, mães e responsáveis, a ditadura civil-militar é um passado distante não vivenciado. Logo, a ditadura civil-militar no Brasil estudada como História do Tempo Presente se constituiu para esse público como uma experiência conhecida pelo que leu ou ouviu dizer. Assim, ensinar a História de um período político do Brasil para filhos de pescadores a partir da trajetória de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos, que também possui a mesma origem (filho de pescadores), o professor/historiador e a escola, nessa relação, contribuirão com a aprendizagem histórica e para a formação de identidades.

Posto isso, nosso desafio como professor é enxergar como o tema ditadura civil-militar aparece nos materiais didáticos com os quais trabalhamos, inclusive no livro

didático de História adotado pela escola. Em contrapartida, inserir a História de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos como fonte de conhecimento histórico da ditadura civil-militar.

Segundo René Armand Dreifuss (1981), o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart (1919-1976) em 1964, foi resultado da articulação entre diversos atores civis e militares. Para o autor, grupos empresariais e as classes médias conservadoras apoiaram o golpe e a ditadura, por meio de ações políticas, ideológicas e financeiras. Ou seja, o regime que se instalou naquele período pode ser definido como uma ditadura civil-militar. Por sua vez, Motta (2011 *apud* Campos; Lindolfo 2011), entende que houve uma cultura política favorável à implantação do regime. Para o autor, a presença de civis foi muito importante em todas as esferas, mas foi uma ditadura com hegemonia militar porque quem comandava e quem tomava as decisões eram os militares, embora em associação com os civis. A exemplo de seus colegas historiadores, Carlos Fico (2012) estuda as diversas interpretações e controvérsias sobre a ditadura. Além disso, entende que os civis tiveram participação direta no golpe de Estado e na ditadura. Desse modo, Fico (2012) considera o regime de opressão como uma ditadura civil-militar.

Nos capítulos consecutivos desse trabalho de pesquisa trataremos de questões que se inserem dentro desse contexto da vida política brasileira, e usaremos a expressão “ditadura civil-militar” para nos referir ao regime político que vigorou no Brasil de 1964 a 1985.

Não obstante os esforços que fizemos, não tivemos acesso a fontes primárias como jornais produzidos pelo movimento estudantil entre os anos de 1966/1967 em Natal/RN. Assim como, documentos ou textos com informações da atuação do militante político Emmanuel Bezerra dos Santos no PCB do RN. Até mesmo leis municipais de Caiçara do Norte/RN da década de 1990 que nomeiam instituições locais com o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos, não conseguimos encontrar. Provavelmente pode ter ocorrido o extravio desses documentos. Todavia, as fontes em vídeos contendo depoimentos de pessoas que vivenciaram o momento histórico pesquisado foram de grande valor para essa pesquisa. Assim, entendemos que as lembranças individuais ajudam a compreender aspectos do contexto histórico estudado. Logo, dividimos a redação em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, refletiremos sobre a produção historiográfica acerca da ditadura civil-militar e procuraremos mostrar como tal conteúdo está presente no ensino

de História. Assim, vamos dialogar acerca do ensino de História sob influência dos governos militares (1964-1985). Do mesmo modo, discutiremos acerca da redemocratização do país que proporcionou novas concepções para o ensino de História com a finalidade de educar os discentes para exercerem a cidadania e valorizar os direitos humanos. Além disso, por meio da análise de um conjunto de dissertações pesquisadas do Profhistória mostraremos como pensam os professores(as) acerca do tema ditadura civil-militar no ensino de História.

No segundo capítulo, apresentaremos dois estudos acerca de manuais didáticos que abordam em seus capítulos o tema ditadura civil-militar. O primeiro foi realizado por Aristeu Castilhos da Rocha (2008) e o segundo desenvolvido por Osvaldo Rodrigues Junior e Letícia Seba (2019). Por sua vez, apresentaremos o livro didático de história da coleção *Vontade de Saber-História* (2018) adotado pela Escola Estadual Godofredo Cacho. Na sequência realizaremos uma análise do *Capítulo II* do referido manual, o qual trata da temática *ditadura civil-militar no Brasil*. Assim, para essa reflexão usaremos as orientações propostas por Jörn Rüsen, que estão presente no capítulo de livro intitulado *O livro didático ideal*, organizado e traduzido por Schmidt; Barca; Martins (2010) na obra *Jörn Rüsen e o Ensino de História*.

Entre os critérios de avaliação propostos por Rüsen (2010) para que seja feito o reconhecimento de um bom livro didático, optamos pela identificação da existência de textos historiográficos; a observação da pluriperspectividade aos níveis dos afetados e dos observadores; reconhecer se os textos estão de acordo com as normas científicas buscando perceber a existência da sincronia e diacronia temporal nas narrativas históricas e observar a pluralidade da experiência histórica no conteúdo dos capítulos pesquisados. Na sequência, abordamos a luta dos movimentos sociais após a ditadura civil-militar no Brasil na persecução por memória, verdade e justiça.

No terceiro capítulo apresentaremos as memórias que foram construídas acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos. Assim, mostraremos a trajetória de vida dele com ênfase para a participação do jovem comunista no movimento estudantil no Rio Grande do Norte na década de 1960 e ingresso no Partido Comunista Revolucionário (PCR). As lutas de Emmanuel Bezerra dos Santos por democracia durante a ditadura civil-militar resultaram em consequências para sua vida, tais como: perseguição, prisões, torturas, assassinato e desaparecimento.

Além disso, analisaremos as memórias que se constituíram a partir da década de 1990 com a descoberta dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos em uma vala clandestina em São Paulo. O contexto do traslado de São Paulo/SP para Natal/RN. Depois para Caiçara do Norte/RN e São Bento do Norte/RN. Assim, a memória social favoreceu a institucionalização do nome de Emmanuel Bezerra dos Santos nos órgãos públicos e nos movimentos sociais no Rio Grande do Norte. Assim como, refletiremos acerca de diversos eventos realizados no RN, por ocasião da efeméride data de rememoração dos 50 anos do assassinato de Emmanuel Bezerra dos Santos ocorrido na ditadura civil-militar.

No quarto capítulo desenvolvemos uma sequência didática como produto da dissertação. A produção consiste em uma proposta de ensino de História para alunos de turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental II, cuja temática é a ditadura civil-militar. A perspectiva é abordar a ditadura civil-militar não apenas conceitualmente e por meio dos conteúdos distantes da realidade do público escolar, mas incluindo na proposta as perspectivas locais acerca do assunto.

A concepção de ensino/aprendizagem planejada tem a finalidade de discutir as memórias historiográficas sobre a ditadura civil-militar presente no livro didático. Assim como, as memórias que, não estando presentes nos manuais escolares, encontram-se de diversas formas (textos, fotografias, vídeos, apresentações artísticas, lugares de memórias, na escola) no município onde atuamos como professor e em outros lugares do Rio Grande do Norte.

# 1 DITADURA CIVIL-MILITAR, HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA: O QUE DETERMINAM OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O QUE DIZEM AS PROFESSORAS E OS PROFESSORES

## 1.1 Lei de Segurança Nacional e a ideia do inimigo interno

Após a II Guerra Mundial criou-se um conflito político-ideológico que foi travado entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entre 1947 e 1991. Esse conflito foi responsável por polarizar o mundo em dois grandes blocos, um alinhado ao capitalismo e o outro comprometido com o comunismo. Esse contexto de conflito colocava os Estados Unidos em uma posição de defesa dos seus interesses capitalistas na América Latina passando a evitar a qualquer custo que países no continente americano adotassem o sistema político, econômico e ideológico comunista<sup>14</sup>.

Essa preocupação dos norte-americanos estendia-se à Revolução Cubana, ocorrida em 1959, quando o país se declarou socialista. Como afirma Veiga (2021), a vitória da Revolução Cubana representou um ponto de inflexão importante, uma vez que permitiu o surgimento de novas frentes de esquerdas e organizações políticas de maior ou menor radicalidade, indo de uma via pacífica ao socialismo até a tática de guerrilhas. De acordo com Veiga (2021), os Estados Unidos, preocupados com essas situações, usavam sua influência política, econômica, militar e ideológica para evitar revolução socialista nos países da América Latina.

---

<sup>14</sup> Pode ser entendido como um conjunto articulado de princípios teóricos que fundamentam um tipo de sociedade e ações políticas. Como ação política revolucionária que buscava superar a sociedade capitalista, ele é um fenômeno datado. Originário do século XIX, desdobrou-se nas ondas revolucionárias do século XX e entrou em decadência nas últimas décadas desse mesmo século, simbolizado pela queda do Muro de Berlim e pelo fim do bloco de países socialistas após 1989. O filósofo Karl Marx (1818-1883) é considerado o pensador que melhor investigou o capitalismo em sua origem e em seus mecanismos. Para Marx, o próprio avanço do modo de produção capitalista entraria em choque com as relações produtivas, gerando uma nova forma de sociedade, a comunista. O avanço do capitalismo poria em conflito a classe burguesa e o proletariado, transformando as relações produtivas e criando uma sociedade igualitária com a vitória do proletariado. Essa sociedade comunista teria como características fundamentais a abolição da propriedade privada, da alienação humana, da divisão do trabalho e das classes sociais. O restabelecimento do controle sobre as forças materiais, deixando a produção dos bens a cargo de uma sociedade de produtores associados. Marx defendia que o comunismo seria implantado primeiro naquelas sociedades em que o capitalismo teria chegado ao máximo desenvolvimento de suas forças produtivas. E o comunismo só apareceria quando fossem criadas as condições materiais na ordem capitalista. SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

As Forças Armadas do Brasil possuíam um diálogo estreito e permanente com as Forças Armadas norte-americanas, chegando inclusive, a participar de treinamentos/cursos de formação nos Estados Unidos. Como resultado dessa interação, o Brasil criou a Escola Superior de Guerra (ESG), inspirada na doutrina militar norte-americana. Logo, foi dentro da ESG que se formularam os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que procurava reconhecer a existência de um inimigo interno.

A doutrina transformou-se em lei no ano de 1968, com a publicação do Decreto-Lei nº 314/68. Para Veiga (2021), a Doutrina de Segurança Nacional foi o corpo teórico que embasou as táticas da reação com vistas a aniquilar toda e qualquer forma de ações políticas contrárias ao regime estabelecido e os interesses do imperialismo norte-americano. Desse modo, o inimigo interno, assim que fosse identificado, deveria ser combatido.

De acordo com Veiga (2021), foi a partir da Doutrina de Segurança Nacional, que o Estado desenvolveu uma postura repressiva e criou a noção de inimigo interno. O autor classifica esse conceito como amplo e impessoal, entendido não somente como um inimigo nacional, mas sim, um inimigo dos valores e da sociedade ocidental. O que exigia das Forças Armadas brasileiras uma nova conduta social, ou seja, a participação em outros níveis da vida nacional que diziam respeito à política, economia, cultura e a ideologia. Somente as Forças Armadas ampliando sua capacidade de reflexão e atuação para esses outros planos da vida social, não exclusivamente bélicos, militares, teriam condições de fazer face a esse inimigo interno.

De acordo com Priori *et al.* (2012), essa nova estrutura de poder e de controle social se materializou com a publicação do Ato Institucional nº 01, que subverteu a ordem jurídica até então estabelecida. O Ato Institucional nº 01 foi instituído em 09 de abril de 1964.

Foi institucionalizado o sistema de eleição indireta para presidente da República, bem como foi dado poderes ao presidente para ditar nova constituição, fechar o congresso, decretar estado de sítio, impor investigação sumária aos funcionários públicos contratados e efetivos, abrir inquéritos e processos para apurar responsabilidades pela prática de crime contra o Estado ou contra a ordem política e social, suspender direitos políticos de cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos de deputados federais, estaduais ou vereadores” (Priori *et al.*, 2012, p. 201).

Desta maneira, a repressão aos opositores (vistos aqui como inimigos internos ou comunistas) da ditadura civil-militar foi se moldando e tornando-se uma política de Estado. Nesse sentido, vale destacar que durante a ditadura foram editados 17 atos institucionais. Mas, entre eles, o mais polêmico e violento foi o de número 05 (cinco). Segundo Piori *et al.* (2012), o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, reeditou os princípios do AI-1, suspendeu o princípio do *habeas corpus* e instituiu, de forma clara e objetiva, a tortura e a violência física contra os opositores do regime. O autor afirma que “foram criados vários órgãos de repressão, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os Destacamentos de Operações e de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Além do fortalecimento dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) em todos os estados. Foram criados ainda os Inquéritos Policiais Militares (IPM), cujos objetivos eram processar e criminalizar militantes e políticos que lutavam contra o regime militar” (Piori *et al.*, 2012, p. 202).

Durante a vigência do regime constituído houve perseguições aos movimentos sociais, movimentos estudantis, ao movimento operário e aos integrantes das organizações clandestinas que defendiam a luta armada como solução para a realização de uma revolução socialista ou comunista e o fim da ditadura no Brasil. As organizações sociais que se insurgiram na luta contra a ditadura civil-militar eram consideradas “grupos de resistência à ditadura” eram vistos pelos militares como terroristas. Entender o funcionamento dos órgãos de repressão possibilita a compreensão das dificuldades enfrentadas por pessoas consideradas subversivas, ou seja, pessoas que ousavam desafiar a ditadura civil-militar.

Assim foi o caso do líder estudantil, ex-militante político do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>15</sup>, posteriormente, líder do Partido Comunista Revolucionário (PCR),

---

<sup>15</sup> Foi criado em 25 de março de 1922 no Rio de Janeiro/RJ e obteve o reconhecimento da Internacional Comunista de Moscou/Rússia em 1924. O PCB obteve o reconhecimento e a legalidade para funcionamento no ano de 1927, no mesmo ano, é posto na ilegalidade. Em 1931, Luiz Carlos Prestes (1898-1990) filia-se ao PCB, nesse período o partido passou a fazer parte da Aliança Nacional Libertadora-ANL. A partir de 1937, com o início do Estado Novo (1937-1945), o partido foi praticamente desarticulado com muitos membros presos e exilados. Em 1945, com o fim do governo do Presidente Getúlio Vargas (1882-1954) e com a redemocratização do Brasil, o PCB torna-se um partido nacional de massas chegando a possuir no ano de 1947 aproximadamente 200 mil filiados. Conquistando plena legalidade, elege como senador e

Emmanuel Bezerra dos Santos. Nessa época muitos jovens participaram dos movimentos estudantis, greves trabalhistas, partidos políticos e organizações clandestinas contra os princípios da ditadura civil-militar. Esses jovens (homens e mulheres) desafiavam o sistema político instituído no país buscando disseminar ideais que eram considerados revolucionários e subversivos pelo governo militar.

De acordo com Priori *et al.* (2012), no Brasil, o fim das liberdades democráticas, a repressão e o terror como política de Estado foram formulados por meio de uma bem arquitetada estrutura legislativa, que dava sustentação ao regime de opressão. Entendemos que no início da década de 1960, houve uma ampliação da participação política popular que exigia mudanças nas estruturas econômicas e sociais e, ao mesmo tempo, o Estado foi criando mecanismos de coibir, impedir e reprimir através de leis os manifestantes.

As perseguições foram intensificadas com a criação dos atos institucionais ao longo da ditadura civil-militar. De acordo com Priori *et al.* (2012), os atos institucionais e a autoridade absoluta dos militares serviram como proteção e salvaguarda do trabalho das forças repressivas, fossem quais fossem seus métodos de ação. Portanto, a repressão foi institucionalizada através dos decretos-leis. Já em relação à luta armada contra a ditadura ocorreu no campo e nas cidades, como podemos perceber na citação abaixo:

Nas cidades, muitas organizações de esquerda atuaram e lutaram de armas na mão. Entre as que mais se destacaram, estão a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)<sup>16</sup>; O Movimento

---

Secretário-Geral do Partido, Luiz Carlos Prestes. Com o início da Guerra Fria entre 1947 e 1948, o partido é posto na ilegalidade e perseguido pelo governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974). A partir das decisões do V Congresso do PCB realizado em setembro de 1960 e buscando se adequar a legislação brasileira, bem como a volta à legalidade, o partido realizou a mudança no nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. A partir de 1962 outros partidos foram criados por dissidentes comunistas, como: PCdoB, Liga Comunista Internacionalista (LCI), Partido Operário Leninista (POL), Partido Socialista Revolucionário-PSR, Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) e o Partido Comunista Revolucionário-PCR. Breve Histórico do PCB. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta12/29871> Acesso em: 28 set. 2023.

<sup>16</sup> O PCBR foi criado em 1968 por dissidentes do PCB seus membros defendiam a luta armada para derrubar o regime militar e implantar um governo popular revolucionário. Entre as décadas de 1960 e 1970 o partido se dedicou à guerrilha no país. O PCBR defendia a formação de núcleos de guerrilheiros no campo e considerava necessária a manutenção de uma estrutura partidária de apoio na cidade. Suas primeiras ações, em 1968, foram assaltos a bancos para obtenção de fundos. Entretanto, com a intensificação da repressão policial-militar aos movimentos de oposição e sobretudo aos grupos guerrilheiros, a organização praticamente se desarticulou. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-revolucionario-pcbr> Acesso em: 28 set. 2023.

Revolucionário 08 de outubro (MR-8); a Política Operária (Polop); e, depois, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada por Carlos Lamarca, entre várias outras organizações menores como PCR, Molipo, MRT, PRT, Colina etc. (Gorender, 1987; Reis Filho, 1990 *apud* Priori *et al.*, 2012, p. 206).

Como podemos observar, foram muitos grupos que defendiam a “revolução” através da luta armada. Essas facções foram reprimidas violentamente com a justificativa, segundo Priori *et al.* (2012), de que os guerrilheiros eram “terroristas” e queriam implantar um regime comunista no país, que eram contra a liberdade, as leis, a família, a propriedade etc.

Entre os partidos que foram citados acima está o Partido Comunista Revolucionário (PCR). O militante político norte-rio-grandense Emmanuel Bezerra dos Santos era integrante deste partido que se formou durante a ditadura civil-militar e tinha como finalidade a luta armada para derrubar o governo militar, contando com o apoio de outros partidos e grupos clandestinos. Nenhuma facção “revolucionária” obteve sucesso com seus interesses, todos foram perseguidos e reprimidos com prisões, torturas, exílio, mortes e desaparecimentos (Paula; Medeiros, 2020).

Acerca do envolvimento de grupos na política brasileira Queiroz (2016, p. 15) argumenta que

no final da década de 1950 e, com maior vigor nos anos 1960, sobretudo, após o golpe militar de 1964, foi acompanhado da politização crescente da juventude, da intelectualidade, bem como de setores do operariado e de militares de baixa patente. Esse movimento provocou o surgimento de partidos e tendências revolucionárias, todos na ilegalidade, inclusive, o Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>17</sup>.

Os movimentos lutavam por uma sociedade democrática onde as pessoas pudessem ter as liberdades de circulação, de expressão, artística, ensino e pesquisa, e direito de reunião. Grande parte dessas liberdades foram proibidas durante a ditadura civil-militar, ocorrendo violações dos direitos humanos.

---

<sup>17</sup> Foi fundado em 1922, com o nome de Partido Comunista do Brasil e com a sigla PCB. No início da década de 1960, em função da possibilidade de legalização e para evitar provocações da direita, que afirmava ser o PCB apenas uma sucursal da Internacional Comunista, o partido trocou o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, de forma a enfatizar o caráter nacional do Partido. Nesse período, dissidentes do PCB resolveram se apropriar do nome anterior do PCB (Partido Comunista do Brasil), criaram e nomearam o novo partido com a sigla PCdoB, que aparece pela primeira vez na história política brasileira em 1962. Portanto, os dois partidos PCB e PCdoB passam a atuar com linhas ideológicas diferentes. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/580>. Acesso em: 28 set. 2023.

O movimento estudantil foi ativo durante a ditadura civil-militar realizando muitas mobilizações em diversas capitais estaduais no Brasil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) possuía grande poder de mobilização em torno da defesa de suas pautas de interesse. Em 1966, a UNE realizou o seu 28º congresso nacional, em Belo Horizonte. No mês de setembro desse ano, ainda, foram realizadas grandes passeatas em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba, quando os estudantes reivindicavam ensino gratuito, autonomia universitária, não vinculação das universidades brasileiras com órgãos americanos, sobretudo, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Além, é claro, da defesa do fim da ditadura civil-militar (Martins Filho, 1997). Como podemos observar havia grandes mobilizações em diversas cidades brasileiras por parte dos estudantes. Santos (2009), afirma que o auge desses protestos e manifestações foi o ano de 1968 em que aconteceu a “Passeata dos Cem Mil”, a “Batalha da Rua Maria Antônia” e o XXX Congresso da UNE em Ibiúna/SP.

Na medida que as mobilizações estudantis contra a ditadura aumentavam, a repressão realizada pelo Estado contra esses movimentos, também aumentava. Conforme afirma Santos (2009), “após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, a repressão se intensificou àqueles que se opunham ao governo. Líderes estudantis e partidários foram perseguidos, muitos foram presos e torturados e alguns até foram mortos” (Santos, 2009, p. 102).

Durante o governo do general Castelo Branco foi criado o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a partir da Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>18</sup>, que colocava qualquer pessoa tanto na posição de vigia como de suspeito devido à diversidade de possibilidades de crimes políticos. Com a publicação do AI-5 todos aqueles que fossem reconhecidos como opositores da ditadura civil-militar poderiam ser perseguidos e estavam sujeitos ao exílio político, prisão, tortura, morte e desaparecimento. O inimigo interno eram os comunistas ou qualquer pessoa que fosse contra os ideais do governo militar.

## **1.2 O debate historiográfico e a definição da estrutura de poder no Brasil do período de 1964 a 1985**

---

<sup>18</sup>Lei que define “os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.” (Brasil, 1967).

A discussão sobre o ensino da História (conteúdos e propósitos) não pode ignorar o conhecimento historiográfico produzido na Academia. Isso vale também com relação às formas de abordagens do tema da ditadura no Brasil. Portanto, podemos destacar que no período das comemorações dos 40 e 50 anos do início desse período no Brasil houve importantes debates. Uma das principais polêmicas discutidas nos eventos diz respeito à natureza dessa forma de governo que se constituiu no período entre 1964 e 1985. A polêmica girava em torno de se deveria ser chamado de ditadura militar ou ditadura civil-militar. Essas reflexões fazem parte do processo de revisionismo historiográfico, o reelaborar conceitos consolidados e criar outros são características do fazer historiográfico.

René Dreifuss (1981), defende que os fatos ocorridos em 1964 não foram um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas a “culminância de um movimento civil-militar” (Dreifuss, 1981, p. 361). Para o autor, os militares receberam apoio de uma grande parcela da sociedade civil que era contra o governo do presidente João Goulart. Assim, a campanha golpista foi realizada por entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e desenvolvida pelos grupos empresariais com auxílio financeiro do exterior.

De acordo com Dreifuss (1981), “esse movimento agiu de diversas formas, sobretudo, realizando campanhas com discursos ideológicos, sendo capaz de esvaziar uma boa parte do apoio ao executivo existente e reunir a classe média contra o governo” (Dreifuss, 1981, p. 259 *apud* Daefiol, 2020, p. 3). A suposta ameaça comunista disseminada pelos IPES e as “reformas de base” anunciadas pelo presidente João Goulart foram alguns dos motivos para propagação política ideológica empreendida pela classe alta da sociedade brasileira para desorganizar a estabilidade política do governo constituído.

Dreifuss (1981) afirma que as classes médias tiveram participação decisiva no golpe do governo João Goulart, realizando protestos nas principais capitais do país, como as Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, de iniciativa de grupos católicos conservadores com apoio dos IPES. O autor enfatiza que os “civis” tiveram participação direta no golpe de Estado e na ditadura, pois havia um “projeto de classe”. Ressaltamos que o historiador René Dreifuss escreveu o livro intitulado *1964: a conquista do estado* em 1981. Nesse período os militares estavam no poder. Portanto, o acesso aos documentos

da ditadura civil-militar era mínimo. Contudo, conseguiu produzir importantes estudos na época que serviram como referência para outros trabalhos de pesquisas, inclusive o nosso.

Rodrigo Patto Sá Motta, em entrevista à Revista Tempo e Argumento, em 2011, defendeu que o período em que os militares estiveram à frente no governo brasileiro entre 1964 e 1985, “foi uma ditadura civil-militar”. Como podemos observar na citação:

Foi, evidentemente, uma ditadura civil-militar. Em qualquer ditadura sempre há os civis, pois não é possível aos militares governarem sem apoio civil e, no caso brasileiro, a presença de civis foi muito importante em todas as esferas. Mas, foi uma ditadura com hegemonia militar: quem comandava e tomava as decisões eram os militares e a corporação militar controlou o poder, embora em associação com os civis (Motta, 2011 *apud* Campos *et al.*, 2011).

Rodrigo Patto Sá Motta adjetiva o regime como ditadura civil-militar e justifica sua classificação naquela ocasião. O autor observa que esse é um tema politicamente delicado porque a constatação do apoio social ao golpe e à ditadura pode ser manipulada para defender sua legitimidade. Contudo, ele afirma que ninguém tem dúvida de que os civis tiveram papel-chave nesse processo porque nenhuma forma de ditadura permanece por muito tempo sendo baseada apenas em força militar.

O apoio e o consentimento da população são necessários para dar estabilidade a qualquer forma de governo, inclusive as ditaduras. Para isso, lançam mão de estratégias de sedução e convencimento da população. Da mesma forma, as ditaduras precisam de quadros civis para governar, pois não é possível ocupar todos os postos com militares (Motta, 2017).

Esses argumentos do pesquisador deixam claro que o golpe de Estado contra o governo do presidente João Goulart em 31 de março de 1964<sup>19</sup> teve apoio de grupos civis.

---

<sup>19</sup> No dia 31 de março, os militares passaram a concretizar a tomada do poder político no Brasil. No dia seguinte, 1º de abril de 1964, as ruas das principais capitais dos estados do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte) foram ocupadas por tropas militares. O Presidente João Goulart, ciente de sua precária segurança, dirigiu-se para a capital da República, Brasília, e, após um diálogo com membros de seu governo, decidiu rumar para Porto Alegre/RS. Ainda em Brasília, havia orientado seus correligionários, Darcy Ribeiro (1922-1997) e Tancredo Neves (1910-1985), a enviar uma carta ao Congresso Nacional esclarecendo sua ida ao Rio Grande do Sul. [...] Desprezando, contudo, a mensagem presidencial, o então presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade (1915-1982), na madrugada de 02 de abril de 1964

Assim como houve apoio de “civis” ao governo ditatorial. Nessa discussão historiográfica entre os dois estudiosos do tema ditadura podemos observar que eles concordam que os civis deram apoio ao Golpe de Estado em 1964 e que, portanto, os governos militares do período tiveram apoio de “civis” inclusive ocupando cargos administrativos estratégicos nos governos.

Por sua vez, o historiador Daniel Aarão Reis Filho é um dos pesquisadores que tem publicado artigos, livros e participado dos debates ocorridos nas academias em razão das comemorações de 30 anos do fim da ditadura civil-militar no Brasil. Nesse sentido, Reis Filho denominava o período (1984-1985) como ditadura militar de modo que podemos constatar no título de um de seus livros: *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, publicado em 2000. Nas recentes publicações o autor tem reconhecido que a denominação de ditadura militar não se constitui como apropriado para nomear o período em que os generais governaram o país. Reis Filho entende que se tornou hábito comum chamar o regime político existente entre 1964 e 1979 de ditadura militar. Assim, Reis Filho (2012), justifica esse “lugar comum” ao afirmar que “trata-se de um exercício de memória, que se mantém graças a diferentes interesses” e observa que essa memória não contribui com a compreensão da história recente do país e da ditadura em particular e provoca os estudiosos a discutir acerca do tema. Ele reconhece que houve a participação de civis ao Golpe de Estado e à ditadura ao afirmar que:

As marchas da Família com Deus e pela Liberdade mobilizaram dezenas de milhões de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo João Goulart. A primeira marcha realizou-se em São Paulo, em 19 de março de 1964, reunindo meio milhão de pessoas [...] as Marchas eram compostas pela maioria dos partidos políticos, lideranças empresariais, políticos e religiosos, entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros-CNBB, às direitas (Reis Filho, 2012).

Como podemos observar, o professor Daniel Aarão Reis Filho (2012) descreve os

---

decidiu declarar a vacância da presidência da República. O senador alegou que o Presidente João Goulart havia abandonado o território nacional, o que, definitivamente, não correspondia à verdade. Com aquele gesto, o presidente do Senado dava mais um passo na concretização do golpe de Estado que, por sua vez, seria chancelado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual, em uma sessão burlesca, realizada às 3 horas da manhã do dia 02 de abril, deu posse ao presidente do Congresso Nacional, deputado Paschoal Ranieri Mazzilli (1910-1975). Desse modo, romperam com a legalidade constitucional não só a parcela da oficialidade militar envolvida no movimento sedicioso, como também outras instituições que deveriam resguardar o Estado democrático de direito (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 305-306).

grupos sociais que participaram contra as Reformas de Base anunciadas por João Goulart. De acordo com o pesquisador, esses grupos temiam que no Brasil fosse instaurado um governo comunista e, portanto, aceitaram apoiar e participar das ações acreditando ser um “mal menor” para o país. Desse modo, o autor tem revisado seus conceitos de outrora e reconhecido o período político como uma ditadura civil-militar.

Esclarecida essa conjuntura, ressaltamos que o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2012), de modo controverso, considera como ditadura o período que corresponde de 1964 até 1979, quando ocorreu a revogação do Ato Institucional nº 5 e a posterior aprovação da Lei de Anistia que restabeleceu o Estado de Direito. Depois dessa data, até 1988, ocorreu o que ele denominou de *período de transição democrática*, encerrada com a aprovação da nova Constituição.

Em 1979, os Atos Institucionais foram, afinal, revogados. Deu-se início a um processo de transição democrática, que durou até 1988, quando uma nova Constituição foi aprovada por representantes eleitos. Entre 1979 e 1988, ainda não havia uma democracia constituída, mas já não existia uma ditadura (Reis Filho, 2012).

A periodização apresentada pelo historiador está fundamentada em critérios institucionais. O autor não analisa a conjuntura política e social que acontecia naquele lapso temporal para justificar suas argumentações. Quanto ao uso da adjetivação ditadura militar, Reis Filho (2012) atribui essa memória seletiva e conveniente aos que defendem o fim do período em 1985 com o término do mandato do último general-presidente, pois para ele, o estado de exceção teria deixado de existir desde 1979. Assim, Reis Filho (2012) considera que entre 1979 e 1988 não existia uma ditadura, contudo, havia um período de transição. Todavia, é necessário destacar que o autor compreendia o regime político governado pelos militares como “ditadura militar”,

O historiador Carlos Fico (2012) entende que o Golpe de Estado em questão foi “civil-militar”. Já o regime político que se efetivou o pesquisador considera como sendo uma “ditadura militar”. Esse posicionamento do professor Carlos Fico foi proferido em uma audiência pública realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) na sede da OAB-RJ no dia 13 de agosto de 2012. Como afirma Melo (2012):

O historiador Carlos Fico, logo no início de sua exposição, foi enfático ao afirmar que “o golpe não foi militar, mas civil-militar”, afirmação

seguida por aplausos da plateia. [...] Ao mesmo tempo, quanto ao caráter do regime que ali se instalou, Carlos Fico pronunciou-se a favor da ideia de que aquela foi apenas uma ditadura militar, não sendo pertinente o adjetivo “civil”. [...] A imprensa e os “civis” tiveram participação direta na preparação e execução do golpe. (Fico, 2012 *apud* Melo, 2012, p. 3).

Desse modo, ele responsabiliza os fatos ocorridos no período em questão (entre 1964-1985) aos governos militares. Para o autor, os militares tomavam as principais decisões do governo, diminuindo, assim, as responsabilidades dos grupos civis que deram apoio e sustentação à base do governo ditatorial. Entretanto, o historiador Carlos Fico não discute a participação política dos grupos civis (grandes empresários, bancários, fazendeiros, lideranças eclesiásticas) nos governos da ditadura civil-militar. Portanto, compreendemos que essa é uma interpretação limitada do pesquisador, pois deixa de analisar a participação de grupos que foram significativos na composição da estrutura do poder autoritário instituído no país. Por conseguinte, simplifica as complexas relações entre sociedade e governos ditatoriais, deixando de obter uma visão holística do período.

Da mesma maneira que existem historiadores que nomeiam o regime ditatorial como “civil-militar” outros defendem que o período em questão deve ser visto como uma “ditadura militar”. Há críticas às duas visões.

Como professor de História consideramos importante indicar para os discentes as diferentes possibilidades de leituras que existem acerca do tema. Devemos trabalhar com fontes históricas diversificadas que possibilitem acesso e apropriação das memórias dos acontecimentos, orientando-os para que formem uma postura reflexiva que levem ao diálogo, problematização, interpretações, debates e desenvolvam a consciência histórica.

No entanto, nos posicionamos favoravelmente a um desses posicionamentos. Considerando que militares e grupos de civis foram protagonistas da deposição do presidente João Goulart, o apoio de grupos empresariais brasileiros e norte-americanos ao golpe de Estado e ao regime, entendemos que o golpe de Estado se constituiu como um movimento civil-militar. Assim, corroboramos as ideias de pesquisadores como Dreifuss (1981), Motta (2011) e Reis Filho (2012) no tocante a esse aspecto.

### **1.3 O ensino de História sob influência da ditadura civil-militar**

No Brasil, na década de 1950, foram criados cursos superiores de História que contribuíram para a difusão dos ideários de paz e dos princípios democráticos populistas após a II Guerra Mundial. Com o início da ditadura civil-militar ocorreram mudanças políticas e ideológicas do Estado brasileiro acerca das concepções de ensino e aprendizagem. Neste período foram realizadas as reformas educacionais com modificações nos currículos escolares da Educação Básica e do Ensino Superior.

Na vigência da ditadura civil-militar foram comuns as perseguições aos professores(as), repressão ao movimento estudantil e suspensão de cursos. Nessas circunstâncias, ocorreram as mudanças nas concepções para o ensino de História. No que concerne a isso, o historiador Aristeu Castilhos da Rocha (2008), argumenta que:

Em 1964, o golpe militar assinalou o fim da democracia populista e o declínio dos debates políticos e educacionais implementando torturas, perseguições, cassações e exílios. O movimento estudantil foi sufocado, professores e alunos perseguidos, salas de aulas invadidas, disciplinas tiveram sua carga reduzida e abordagens censuradas e vigiadas (História e Geografia), ou foram afastadas do currículo - Sociologia e Filosofia (Rocha, 2008, p. 69).

A Lei 5.692/71 implantou o antigo 1º grau com 08 (oito) anos de duração e o 2º grau para formação profissionalizante com 03 (três) anos de durabilidade. O currículo implementado era de caráter científico e de orientação tecnicista. Nessa lógica, a Lei Federal 5.692 de 11 de agosto de 1971 afirma em seu Art. 1º:

O ensino de 1º e 2º grau, tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (Brasil, 1971).

Outra medida adotada pelo governo militar na reforma educacional foi a implementação do Decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969 – “Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país, e dá outras providências”.

Em 1962, o Conselho Federal de Educação já havia criado a matéria Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que durante a ditadura civil-militar tornou-se integrante do currículo do Ensino Fundamental da educação brasileira. “Em 1969, a

disciplina se torna obrigatória para o 2º grau do ensino. Com a Lei 5.692/71 a disciplina é mantida nos currículos escolares e passa também a ter carga horária nos currículos das escolas de 1º grau” (Martins, 2014, p. 45). Essa disciplina tinha como finalidade difundir valores moralizadores e ideológicos que orientavam o ensino com princípios de preservação da segurança, de manutenção dos sentimentos patrióticos, do dever e de obediência às leis. Por meio das fontes analisadas percebemos que o governo militar usou a estrutura educacional estatal para criar mecanismos educacionais doutrinários buscando implementar e intensificar práticas cívicas no currículo da educação básica para criar legitimidade ao regime e buscar harmonia entre o povo e o Estado.

O parecer nº 853/1971 do Conselho Federal de Educação reuniu nos currículos escolares as disciplinas Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos Sociais (que realizou a integração dos conteúdos de História e Geografia) formavam as Ciências Humanas em 1971.

A Lei 5.692/1971 criou o Ensino Técnico Profissionalizante modificando o currículo do Ensino Médio (antigo 2º grau). Desse modo, a disciplina de História foi praticamente eliminada do 2º grau (Ensino Médio). No ensino Fundamental (antigo 1º grau) as matérias de História e Geografia passaram a integrar a disciplina de Estudos Sociais. A disciplina de História foi prejudicada e teve os conteúdos, objetivos e métodos de ensino-aprendizagem substituídos, e a carga horária curricular diminuída. O Ensino de História estava voltado para memorização de princípios cívicos e de segurança nacional em detrimento da racionalização crítica dos conhecimentos. Acerca do ensino de História Rocha (2008), expressa:

A História predominante nas escolas, desde longa data até meados dos anos 80, era a mesma que embasava a “doutrina de segurança nacional”, pautada na biografia dos grandes heróis da História Nacional – cujos feitos expressam o “ser nacional” e o estágio “civilizatório” dos povos. Ficavam excluídos os populares, os vencidos e os marginais de narrativas que constituíam abstrações mascaradoras das desigualdades sociais, da dominação oligárquica e da ausência de democracia (Gusmão, 2004, p. 101 *apud* Rocha, 2008, p. 74).

Além disso, a reforma educacional criou cursos de licenciaturas em Estudos Sociais para docentes com duração de um ano e meio. O objetivo era habilitá-los para lecionar no ensino de 5ª a 8ª série do antigo 1º grau. Segundo Nascimento (2012), as

Licenciaturas Curtas em Estudos Sociais foram criadas a fim de sanar a real carência de professores em determinadas regiões do país.

A pesquisadora Selva Guimarães Fonseca enfatiza que a implantação das licenciaturas curtas expressa as dimensões econômicas da educação, encarada como investimento, geradora de mercadoria (conhecimentos) e mão de obra para o mercado. Portanto, manifesta uma dimensão cada vez mais estreita do 1º, 2º e 3º graus com o mercado capitalista. Assim, o papel dos cursos de curta duração atendia a lógica deste mercado (Fonseca, 1993, p. 26). Podemos constatar por meio das fontes que as mudanças realizadas no âmbito educacional buscavam atender as demandas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e as questões econômicas do governo militar.

De acordo com Martins (2014), a História ensinada pela matéria de Estudos Sociais para discentes da Educação Básica era constituída a partir da seleção de conteúdo de uma História política, com valorização de datas e fatos marcantes que consagram os vultos históricos. Assim, a pesquisadora apresenta os objetivos postulados pelos legisladores reformistas para a disciplina de Estudos Sociais no 1º grau, a saber:

No Ensino Fundamental concebia-se que os Estudos Sociais tinham por objetivo a seleção de saberes que promovessem no educando condições de uma vida em sociedade, tendo por princípios seu ajustamento e adequação à vida social, de forma cooperativa. Além disso, destacam-se entre os objetivos a capacidade dos “cidadãos” assumirem responsabilidades para com a comunidade, o Estado e a Nação, o respeito e a valorização do patrimônio histórico e cultural do país, a autoavaliação das condutas como indivíduos membros de um grupo e a transformação de condutas a partir da reformulação de conceitos (Martins, 2014, p. 47).

Portanto, as reformas educacionais feitas pelos governos militares tiveram a finalidade de controlar a formação dos jovens, requalificar os professores/professoras e limitar ou eliminar a concepção de Ensino de História com postura crítica/reflexiva. Assim, o ensino da História escolar foi progressivamente sendo descaracterizado durante os governos militares. A ideia era tirar da disciplina História seu caráter de criticidade que era entendida como “perigosa” para ideologia Segurança Nacional.

De acordo com Fonseca (1993), as reformas educacionais levavam em consideração os ideais propostos pelo Conselho de Segurança Nacional cujo objetivo era controlar e reprimir as opiniões a fim de evitar ou eliminar qualquer resistência ao regime

autoritário em vigor. Desse modo, era comum ocorrer repressão aos professores/professoras e aos estudantes principalmente após a publicação do Ato Institucional 05 (AI-5). Não havia liberdade de ensino e nem de aprendizado. As disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia eram matérias que possuíam conteúdos com concepções teóricas críticas e poderiam causar problemas ao governo ditatorial. Logo, as disciplinas de Filosofia e Sociologia tiveram seus conteúdos suprimidos no 2º grau. Portanto, suas concepções de ensino deveriam ser reformuladas para adequação à nova doutrina política adotada pelo Estado brasileiro.

#### **1.4 Redemocratização, novo tempo e novas ideias**

Na década de 1980 ocorreram muitas mudanças no cenário político brasileiro, com a abertura política para a redemocratização<sup>20</sup> do país. O Brasil passou por um momento de grande efervescência política com o restabelecimento do pluripartidarismo, a reformulação e criação de movimentos sociais, lutas pelas eleições diretas para governadores, greves trabalhistas, fim do governo militar, criação de nova constituição para o país, inflação econômica e pobreza da maior parte da população. Essas são algumas situações elencadas da década de 1980.

Foram tais circunstâncias da redemocratização que possibilitaram o debate científico sobre o ensino público e privado. Assim, as novas discussões envolveram órgãos oficiais, universidades, escolas de 1º e 2º graus, associações científicas e sindicais. Os meios de comunicação (revistas, jornais, rádio, televisão) também passaram a discutir a reestruturação dos currículos da Educação Básica. Entre as entidades científicas, realçamos a importância da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH)<sup>21</sup> que, a partir de 1993, passou a se chamar Associação Nacional de

---

<sup>20</sup> Representou o término da ditadura civil-militar que vigorou entre 1964 até 1985 (21 anos). O processo de redemocratização teve início em 1974, com a abertura política iniciada no governo do Presidente General Ernesto Beckmann Geisel (1907-1996) e culminou com a eleição indireta de Tancredo de Almeida Neves. Contudo, a promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988, consolidou os princípios democráticos e estabeleceu as bases para a organização política do país.

<sup>21</sup> A Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) foi fundada em 19 de outubro de 1961 na cidade de Marília/SP. A entidade trazia na sua fundação a aspiração da profissionalização do ensino e da pesquisa na área de História. Atualmente o quadro de associados é composto por professores(as) de História do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Graduação, Pós-graduação, profissionais que trabalham nos arquivos públicos ou privados e nas instituições de patrimônio e memória espalhadas por todo o país. A abertura da entidade ao conjunto dos profissionais de História

História (incluindo professores da Educação Básica e de outras áreas de atuação dos historiadores). Destacamos que a Associação Nacional de História teve participação importantíssima no quesito social, durante e após a ditadura civil-militar, pois realizava debates em prol do Ensino de História (o estudo, a pesquisa e a divulgação historiográfica).

Foram recebidas contribuições de movimentos populares, professores/professoras, pesquisadores e cientistas que se constituíram como informações fundamentais para a definição dos conteúdos curriculares e cooperação para o plano de formulação da universalização do ensino. Desse modo, ocorreu a ampliação do acesso à educação com a inclusão de parcelas significativas das classes sociais no sistema de ensino. Todavia, o Estado não estava preparado para ofertar uma educação com qualidade à sociedade. Existiam problemas estruturais, como escolas com infraestruturas inadequadas, formação deficiente dos professores(as), baixos salários e outros. A “escola para todos”, não era sinônimo de qualidade de ensino-aprendizagem.

Nesse processo as disciplinas de História e Geografia voltaram a ser obrigatórias no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio, assim como, foram criadas as concepções acerca do Ensino de História que definiram os princípios para os conteúdos e os procedimentos de ensino da matéria escolar. O retorno das disciplinas História e Geografia no currículo escolar foi resultado de muitas lutas por meio de debates enfrentados pela sociedade civil organizada.

Os novos postulados para o Ensino de História e demais disciplinas passaram a se fortalecer durante a década de 1990 com a formulação de leis específicas que normatizaram o ensino. A Constituição Federal do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos consolidaram as mudanças educacionais pleiteadas pelos mais diversos grupos de intelectuais durante as décadas de 1980 e 1990.

---

leveu também à mudança do nome da instituição que a partir de 1993 passou a se chamar de Associação Nacional de História, preservando-se, contudo, o acrônimo que a identifica há mais de 50 anos. A cada dois anos, a ANPUH realiza o Simpósio Nacional de História, o maior e mais importante evento da área de História no país e na América Latina. Associação Nacional de História. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos> Acesso em: 04 out. 2023.

Os currículos escolares na vigência da ditadura civil-militar cumpriam exigências político-ideológicas da ditadura. Com a redemocratização do país ocorreram mudanças nas concepções de ensino de História e nos currículos escolares. Dessa forma, para as séries iniciais (1º ao 5º ano), as modificações tiveram como objetivos a retomada do ensino da História do cotidiano do aluno(a). Essa visão de ensino tem sido defendida por muitos estudiosos da área do ensino de História e vem sendo ensinada muito antes da vigência da ditadura civil-militar.

A professora Circe Bittencourt (2008, p. 115), postula que “utilizando os métodos da história do cotidiano, com objetivo de inserir as ações de pessoas comuns (homens, mulheres, crianças, idosos) na constituição histórica, e não mais exclusivamente às ações de políticos e das elites sociais”. Essa citação da pesquisadora Circe Bittencourt tem como referência os PCN de 1997 para o Ensino de História. Como podemos observar os conteúdos, os objetivos, a concepção metodológica, e os fins do ensino de História foram mudados no regime democrático, o homem é entendido como ser histórico-social e a educação histórica como um processo.

No Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) os pressupostos teóricos a serem ensinados no ensino de História têm como referência a historiografia sociocultural. De acordo com Bittencourt (2008, p. 114), “a escolha pela história sociocultural é justificada pela série de conceitos selecionados como fundamentais, destacando-se os de cultura, trabalho, organização social e representação de poder”. Para a autora o conceito de cultura substitui o conceito de civilização que fundamentou, segundo uma ótica eurocêntrica, durante muito tempo a História Escolar.

Na década de 1990, os debates acerca do ensino de História ficaram mais frequentes e buscavam direcionar o ensino para uma perspectiva sócio-histórica, crítica e humanizada. Como aponta o pesquisador Aristeu Castilhos da Rocha (2008):

Além de ‘formar o cidadão crítico e consciente’, o Ensino de História deveria eliminar o ideário nacionalista do regime militar e abordar as questões ligadas à identidade social. Os conteúdos que propagavam uma visão eurocêntrica, linear e sob a ótica da ideologia do progresso do capitalismo deveriam, gradativamente, ser substituídos por saberes indispensáveis para uma visão embasada na nova produção historiográfica e que deveria salientar o Brasil inserido em um mundo cada vez mais globalizado. Essa nova abordagem deveria contribuir para a formação de um aluno livre, consciente, responsável e capaz de interferir na sociedade, como um sujeito histórico (Rocha, 2008, p. 77).

Assim, o ensino de História tinha a função da formação intelectual, social e crítica do cidadão. O novo sentido do ensino de História preocupava-se em desenvolver no/a aluno/a habilidades que o levasse a pensar, refletir e pesquisar.

As propostas curriculares do ensino de História após a ditadura civil-militar procuram ultrapassar uma história linear, política, mecanicista, positivista, etapista, heroica, factual, eurocêntrica, com um passado único para a humanidade. De acordo com Rocha (2008) elas inovam, abordando o conhecimento histórico através de eixos temáticos extraídos da realidade social, de forma global, crítica, dinâmica e participativa. Essas inovações acabam se refletindo na produção dos livros didáticos.

Nesse contexto de intensos debates na sociedade acerca da educação nacional, em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada sob o nº 9.394/96 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A LDB regulamentou o texto prescrito pela Constituição Federal Brasileira, que ampliou os direitos de acesso à educação e os deveres iminentes a ela. Elencando como responsáveis pela educação a família e o Estado com o apoio da sociedade. Como podemos constatar a seguir na Constituição de 1988, Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Desse modo, o ensino de História do tempo presente deve estar em harmonia com os interesses e concepções formuladas pela Constituição Federal Brasileira e pela legislação complementar.

Nesse sentido, a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional propõe que “a educação básica tem como finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos superiores” (Brasil, 1996, *on-line*). Assim, compreende-se a educação formal como um processo de ensino inclusivo que possibilite aos discentes o desenvolvimento de conhecimentos críticos e reflexivos da realidade do mundo em que estão inseridos.

Em 1997 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino de História. O documento tem a finalidade de orientar e auxiliar no planejamento

do trabalho docente. Entre os objetivos postulados pelo documento para o ensino de História aos educandos destacamos:

Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços; valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia (Brasil, 1997, p. 33).

Dessa forma, os PCNs contribuem com orientações para que o historiador/professor possa trabalhar em sala de aula com temas que valorizem os conhecimentos presentes nos grupos sociais que os alunos/alunas pertencem de modo a compreender a relação histórica espacial e temporal. Assim, nesse novo cenário político-democrático foi instituído pelo Estado brasileiro nos currículos da Educação Básica a concepção da História Sociocultural. Essa concepção atual tem como objetivo a formação humanizada do indivíduo para exercer a cidadania e prepará-lo para o trabalho.

### **1.5 O Ensino de História Escolar, o exercício da cidadania e os direitos humanos**

O ensino da História Escolar pode possibilitar aos educandos práticas orientadas ao entendimento do que são os direitos humanos, em que medidas eles servem para os cidadãos como direitos subjetivos e formais na sociedade atual. Essa estratégia contribuirá para ampliação do conhecimento dos alunos/as acerca dos direitos humanos e dos princípios democráticos proporcionando o incentivo ao desenvolvimento da tolerância, ética e do respeito à vida humana. A Educação em Direitos Humanos é um conhecimento educacional fundamental para a formação integral do sujeito, sendo a escola um espaço privilegiado para esse processo. Desse modo, a inclusão da Educação em Direitos Humanos no ensino de História contribuirá para desnaturalizar qualquer forma de violência na sociedade contemporânea.

Assim, o ensino de História pode contribuir com a formação discente ensinando valores democráticos de respeito à vida e aos diferentes modos de viver das pessoas. Também pode colaborar com os sujeitos no desenvolvimento de princípios como a tolerância, responsabilidade, honestidade, solidariedade e justiça. Logo, essas orientações contribuirão com os indivíduos para a rejeição da violência e para o desenvolvimento da cultura de paz na sociedade. Dessa maneira, o ensino de História pautado nos princípios

democráticos e na Educação em Direitos Humanos formará pessoas para a cidadania. Nesse sentido, Paula e Medeiros (2020), entendem que Educação em Direitos Humanos se refere ao conhecimento de todas as pessoas sobre seus direitos humanos de como defendê-los e protegê-los. Esses preceitos fazem oposição aos ideais autoritários de violação dos direitos humanos que constituíram a ditadura civil-militar.

A pesquisadora Marilena Chauí (2019), entende que a formação para cidadania é uma ação civilizatória que torna o livre exercício do pensamento e da imaginação como um direito para que haja descoberta, invenção e criação. Portanto, a educação é entendida como um direito humano e meio de acesso a outros direitos. Já a Educação em Direitos Humanos, de acordo com Rosa (2020, p. 57), se refere ao ato de se direcionar o processo da educação (formal ou informal) para o entendimento, a defesa, a promoção e a vivência dos/nos direitos humanos.

Portanto, a cidadania, crítica e ativa, é fundamento para que se pense em respeito, defesa e promoção de Direitos Humanos. Já que o próprio respeito aos Direitos Humanos é uma das características da cidadania que se pretende promover. Nesse contexto, cabe-nos reafirmar o que dispõe o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), ao expressar que “em tempos difíceis e conturbados por inúmeros conflitos, nada mais urgente e necessário que educar em direitos humanos, tarefa indispensável para a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos” (Brasil, 2007, p. 22). Nesse contexto, a inclusão da Educação em Direitos Humanos no Ensino de História Escolar da atualidade se constitui como um importante conhecimento para a formação cidadã.

A Educação em Direitos Humanos é um tema transversal podendo ser ensinado em qualquer área do conhecimento escolar. Portanto, a escola possui essa responsabilidade e o Ensino de História em vigor tem a tarefa de propagar a defesa dos direitos humanos e da democracia<sup>22</sup>. Ao ensinarmos História realizamos escolhas de

---

<sup>22</sup> Cf. “Democracia: forma de sociedade que visam as políticas e práticas equitativas de acesso a direito; Sistema político que tem como oposição à ditadura; forma sociopolítica definida pelo princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da isegoria (direito de todos de expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro, todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores; forma política na qual, ao contrário das demais, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos” (Chauí, 2019).

concepções, conteúdos, metodologias, recursos, formas de avaliação e consequentemente, nos posicionamos por meio de interesses teóricos, epistemológicos e políticos. Desse modo, a seleção apropriada dos conteúdos é um grande desafio dos/das professores/professoras de História para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem e formação cidadã crítica na época atual. Como princípio dessa questão temos o cumprimento da Constituição e das normas infraconstitucionais, o respeito aos direitos humanos, a tolerância à diversidade, a cultura de paz e o dever de memória às vítimas da ditadura civil-militar.

A escola e o ensino de História podem assumir a função que consideramos fundamental, neste momento, ensinar Educação em Direitos Humanos e contrapor a política do silenciamento, esquecimento e privação da memória implementada pelo Estado brasileiro no pós-ditadura civil-militar. Como professores/as de História podemos tomar decisões políticas e pedagógicas e trabalhar em sala de aula com os temas sensíveis. Acerca dessa temática Sales (2021), entende que

os temas sensíveis são potentes para ensinar História, pois não envolvem um ponto de vista universal e, nesse sentido, são desafiadores e relevantes. Mas não somente isso. Há outra dimensão de sua abordagem que se soma à complexidade de seu tratamento em sala de aula: eles envolvem pertencimentos, identidades e prioridades em conflito, suscitam emoções (Sales, 2021, p. 31).

O historiador Evandro Viana Rosa (2020), ao discutir sobre o ensino de História acerca da ditadura civil-militar afirma que a existência de controvérsias sobre o tema reforça a necessidade de estabelecermos um debate cada vez maior sobre este assunto, ainda que alguns não queiram falar sobre ele. O autor declara que:

pensar sobre a ditadura é pensar na violação dos direitos humanos e nos avanços, limites e possibilidades de nossa democracia. A escola, apesar das contradições existentes em seu interior, reflexo da sociedade, ainda ocupa um papel importante na problematização do passado recente na medida em que se estabelece a ideia do 'Nunca Mais'. A história dentro deste contexto tem como finalidade não um julgamento, mas a produção de um saber que possibilite a reflexão das memórias e com isso um posicionamento consciente sobre o passado (Rosa, 2020, p. 65).

Assim, ressaltamos a importância do ensino da ditadura civil-militar, compreendido como tema sensível, no Ensino de História Escolar na época atual concomitantemente com o ensino da Educação em Direitos Humanos para os discentes do 9º ano do Ensino Fundamental II, conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular-BNCC (Brasil, 2018), como desenvolvimento de habilidades pelos educandos, a saber:

Desenvolver nos discentes as habilidades de identificar e compreender o processo que resultou na ditadura militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos; discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura militar (Brasil, 2018, p. 431).

A BNCC orienta o ensino do tema ditadura civil-militar para os discentes com a finalidade de desenvolver nos/as alunos/as habilidades cognitivas de identificar e compreender as memórias historiográficas que tratam da organização da sociedade brasileira durante e depois dos governos militares. Assim como, os processos de resistências, os casos de violação de direitos humanos e as formas de reparação do Estado brasileiro por meio da justiça.

Diante do debate historiográfico sobre a ditadura civil-militar que discute o tema por diversos viés ideológico, econômico, política de segurança nacional, violação de direitos humanos e outros. E considerando que os resultados dos estudos realizados sobre os conteúdos acerca da ditadura civil-militar presente nos livros didáticos, que apontam de um modo geral, para narrativas macro, com maior ênfase nos acontecimentos ocorridos no Sudeste do país. Assim, deixando outros fatos históricos fora das narrativas historiográficas do livro didático de História.

As discussões acerca da violência praticada pelo Estado durante a ditadura civil-militar possuem relação direta com as memórias que pesquisamos neste trabalho, acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos. Portanto, de acordo com as informações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade<sup>23</sup> (2014, p. 1292-1295), Emmanuel Bezerra dos

---

<sup>23</sup> Instituída pela Lei 12.528 em 18 de novembro de 2011, a CNV teve por objetivo examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, buscando consolidar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Iniciou seus trabalhos em 16 de maio de 2012, tendo concluído os mesmos em 10 de dezembro de 2014, data da publicação de seu relatório final e ano do cinquentenário do golpe militar (31 de março de 1964)

Santos foi integrante do movimento estudantil do Rio Grande do Norte na década de 1960; posteriormente, ainda na mesma década filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, por discordar dos princípios ideológicos desta agremiação durante a ditadura civil-militar desfilou-se e associou-se ao Partido Comunista Revolucionário (PCR); foi preso político durante a ditadura, sofreu tortura física e morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro; também foi considerado desaparecido político durante a ditadura civil-militar.

A memória de Emmanuel Bezerra dos Santos está institucionalizada no município de Caiçara do Norte/RN e em vários lugares de memórias no Rio Grande do Norte. A CNV (2014), reconheceu que o cidadão Emmanuel Bezerra dos Santos teve seus direitos humanos violados pelo Estado brasileiro.

Desse modo, as memórias acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos, de acordo com o Documento Curricular do RN para o ensino de História no Ensino Fundamental (Rio Grande do Norte, 2018, p. 975), são fontes históricas por serem vestígios, formas de expressão, testemunhos de fatos que ocorreram no passado e por possuírem significado histórico. O documento Curricular do RN preconiza que o(a) professor(a) do Ensino de História:

Pode desenvolver uma problematização a partir do cotidiano dos alunos e da comunidade na qual se encontram e aprofundar tais discussões historicamente por meio dessas fontes e de sua análise. Tal material possui grandes potencialidades educativas, porque, por meio dele, é possível cultivar procedimentos de pesquisa; explorar métodos de coleta de dados; desenvolver atitudes questionadoras para aprender a interrogar obras, seus usos e suas mensagens; indagar suas relações com indivíduos, grupos locais e sociedades; interpretar discursos; analisar representações; entre outras possibilidades (Rio Grande do Norte, 2018, p. 975).

Nessa perspectiva as memórias de Emmanuel Bezerra dos Santos presentes na Escola Estadual Godofredo Cacho, na cidade de Caiçara do Norte e no Rio Grande do Norte, que se relacionam com as memórias da ditadura civil-militar são fontes históricas que possuem grandes potencialidades educativas que o(a) professor(a) juntamente com

---

que levou o Brasil a vivenciar por mais de vinte anos um regime ditatorial. SCHETTINI, Andrea. O que resta da Comissão Nacional da Verdade?: A política do tempo nas comissões da verdade. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2022, p. 1427. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/K3tDKmkmzVkJTWfc5vgVrJZx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 jun. 2023.

os/as alunos/as podem problematizar de diversas maneiras e obter aprendizagens históricas significativas.

### **1.6 A ditadura civil-militar sob o olhar dos professores(as) do Profhistória**

O Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – Profhistória teve início em 2014, tendo como objetivo proporcionar formação continuada que contribua para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica. Desse modo, o Profhistória tem contribuído expressivamente com o ensino e pesquisas científicas de diversos assuntos no campo de ensino de História. Entre os mais diferentes temas discutidos pelos(as) pesquisadores(as) do programa encontra-se a ditadura civil-militar.

Através desse conhecimento realizamos uma pesquisa na aba Dissertações do Portal do Profhistória, onde digitamos as palavras-chaves *ditadura civil-militar* e *direitos humanos* que são relevantes em nosso trabalho. Entre as diversas publicações que encontramos, escolhemos 10 (dez) trabalhos que foram publicados entre 2018 e 2021. Selecionamos esse recorte temporal levando em consideração as publicações mais recentes no âmbito do Profhistória e, desse modo, observamos como esses temas foram discutidos por professores/historiadores em suas pesquisas.

A violência realizada como política de Estado durante a ditadura civil-militar tem sido objeto de preocupação dos professores(as) do Profhistória. As questões sobre violência estatal, política de silenciamento, direito à memória, repressão, censura, prisão, tortura, desaparecimento e direitos humanos são subtemas que se apresentam nas discussões das dissertações analisadas em maior quantidade. Nossa finalidade é expor alguns aspectos que foram discutidos pelos pesquisadores do Profhistória que têm similaridade com o nosso trabalho.

Esses conteúdos, debatidos pelos professores/pesquisadores do Profhistória, estão de acordo com as competências para o ensino de História vigentes na Base Nacional Comum Curricular, que tem a finalidade de desenvolver nos discentes a

compreensão da historicidade no tempo e no espaço relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como

problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. (Brasil, 2018, p. 402).

Dessa forma, a compreensão dos fatos ocorridos na ditadura civil-militar, como a violência de Estado, as mudanças políticas e sociais, a percepção cronológica são alguns conhecimentos históricos propostos para os discentes presentes nas dissertações analisadas.

Nesse sentido, a professora e historiadora Izabella Gomes Lopes Bertoni (2018, p. 145), considera que “o regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância – censura – repressão. A autora afirma ainda que

além da censura, a vigilância era um aspecto estratégico para o regime. Sua função central era produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais ou ilegais, evitando surpresas para o governo. Informações que poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados. O eixo do sistema de informações era o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964 (Bertoni, 2018, p. 110).

A professora e historiadora Cíntia Virgínia Sales (2021), por sua vez, nos faz crer que “a violência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ocasionou o desaparecimento de aproximadamente 90 mil pessoas no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai em consequência direta de tal geopolítica” (Sales, 2021, p. 27).

Para Sales (2021), as sociedades do Cone Sul foram objeto de uma influência e penetração psicológica em quase todas as instâncias da vida cotidiana, nunca vista até então em sua sistemática concepção e nos virtuais alcances para a cultura e a situação psicossocial daquela geração. Ela também discute e problematiza o termo “desaparecimento”, entendendo como uma das naturezas/tipos de violências empregada pelo Estado durante a ditadura civil-militar e mostra as consequências que “a morte da morte”<sup>24</sup> trouxe para a sociedade brasileira até os dias atuais, ao citar:

Ao promover a morte da própria morte dos opositores políticos e integrantes de grupos guerrilheiros, o desaparecimento resultou no

---

<sup>24</sup> Termo empregado pela historiadora Carolina Bauer para explicar e problematizar o desaparecimento político de pessoas que foram opositores à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). BAUER, Caroline. As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das rememorações dos golpes civil-militares. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, *Anais* [...]. São Paulo, julho 2011.

assassinato físico e simbólico de pessoas sem qualquer militância, como os fetos, bebês, crianças e adolescentes. Também foi um fator determinante para a intimidação e submissão de setores da sociedade, atingidos direta ou indiretamente pela multiplicação de seus efeitos. Utilizando o jargão militar, pode-se dizer que não se tratou de uma “guerra” convencional, mas de uma “guerra total” e “psicológica”. Concebida com base nas ambiguidades e imprecisões sobre as definições de quem era o real “inimigo” até a adoção da prática do desaparecimento como política de eliminação da dissidência e da oposição (Bauer, 2014, p. 36-37 *apud* Sales, 2021, p. 27).

A adoção do desaparecimento como política de Estado é uma prática terrível para sociedade, pois se constitui como um fator determinante para a intimidação e submissão de grupos opositores à ditadura civil-militar. De acordo com Bertoni (2018), para o sistema repressivo de então, essa solução (o desaparecimento de pessoas), tinha a vantagem de desobrigar o governo e as autoridades como um todo de qualquer informação oficial sobre o militante desaparecido.

A violência de Estado empregada por meio da prática da tortura é outro elemento discutido pelos historiadores/pesquisadores do Profhistória. Essa forma de violência foi cometida por agentes constituintes do governo da ditadura civil-militar brasileira sendo aplicada contra presas e presos políticos considerados para o Estado como pessoas subversivas.

Contudo, os/as legisladores/legisladoras brasileiros/as, através da Constituição Federal do Brasil de 1988, seguindo as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), entre elas, a condenação das práticas de tortura pelo mundo, transformam a prática em crime hediondo e inafiançável, tomando como um dos fundamentos básicos a dignidade da pessoa humana. Como podemos constatar, a seguir no Art. 5º, Inciso III: “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (Brasil, 1988, art. 5º, Inciso III).

Segundo o professor e historiador Osvaldo Santos Falcão (2019, p. 23), “no período ditatorial, especialmente após a edição do Ato Institucional nº 05 (AI-5), ficou provada a prática da tortura política contra setores da sociedade que defendiam a ampliação dos direitos sociais e humanos”.

Alguns professores defendem que houve uma política de silenciamento. A professora Sales (2021) afirma que a sociedade não discutiu sobre o regime ditatorial.

Para a autora, a Lei da Anistia<sup>25</sup> não resultou no enfrentamento das consequências do período.

Ao contrário, foi uma estratégia de manter o silenciamento, não culpabilizando o Estado, não incriminando seus agentes pelos atos praticados. A política do apaziguamento propôs a garantia da convivência, o bem comum, e com isso deveria se esquecer do passado caminhando em prol da superação para que a nação brasileira pudesse progredir e não haver novos conflitos” (Sales, 2021, p. 28).

A política adotada pelo Estado brasileiro em prol do esquecimento e da superação, já que teria havido o cometimento de crimes pelos dois lados (Estado brasileiro e dos insurgentes) teria atingido diretamente o “direito de memória” das vítimas, familiares e da sociedade. Apesar do relevante trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e das Comissões Estaduais da Verdade (CEV) notamos que ainda existem muitas informações acerca da ditadura civil-militar que não podem ser esquecidas.

O professor e historiador Élton Rigotto Genari (2018), ao tratar da memória acerca da ditadura civil-militar no ensino de História na atualidade, entende que as fontes históricas existentes do regime militar podem ser articuladas pelos professores de diversas formas. Para o autor

o intuito é incluir no ensino de história as memórias individuais em seus diversos formatos, bem como as memórias coletivas, criando um ambiente de diálogo entre essas diferentes experiências em que as memórias negadas possam emergir e ser reconhecidas. E desse modo, permitir a compreensão dos diferentes sujeitos envolvidos e suas motivações sem, no entanto, eximi-los da responsabilidade por seus atos e omissões (Genari, 2018, p. 25).

Os historiadores do Profhistória, ao abordarem as memórias historiográficas acerca da ditadura civil-militar, chamam a atenção dos professores/as do ensino da História escolar para ampliar a discussão sobre o tema. Os pesquisadores entendem que a ditadura civil-militar se constituiu como uma política formal do Estado suscitando tipos de experiências políticas e sociais diversificadas e deixando vestígios/memórias sensíveis.

Não obstante, é importante destacar, houve resistência contra as concepções políticas e ideológicas autoritárias, e em particular no que diz respeito à educação adotada

---

<sup>25</sup> Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

pelos governos militares. Diferentes grupos da área da educação resistiram, como intelectuais, professores/as de Universidades e da Rede Básica de Ensino, entidades representativas de profissionais da educação, como Sindicatos Trabalhistas e a Associação Nacional de História (ANPUH). Assim como houve resistência nos meios populares e da imprensa por outros motivos. Todavia, são questões pontuais, pois predominou de modo geral os princípios instituídos pela ditadura civil-militar.

Portanto, buscamos mostrar como alguns subtemas relacionados à violência estatal, ocorrida durante a ditadura civil-militar brasileira, se apresentam nas dissertações do Profhistória. Desse modo, nossa pesquisa também corrobora a preocupação de discutir no ensino de História do tempo presente as questões relacionadas à violência de Estado praticadas na ditadura civil-militar e dialogar acerca de temas como democracia, direitos humanos e cidadania.

## **2 O ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE MEMÓRIAS: A DITADURA CIVIL-MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

Percebemos que as memórias historiográficas acerca da ditadura civil-militar estão presentes no livro didático de História que utilizamos em sala de aula, conforme preconiza a BNCC (Brasil, 2018). Assim, compreendemos que o livro didático é um importante recurso pedagógico que auxilia professores(as) e alunos(as) no processo de ensino/aprendizagem a partir de valores ideológicos que se fazem presentes nas concepções historiográficas e nas metodologias do ensino.

Observamos que, no Brasil, o livro didático tem sido objeto de socialização de conhecimentos históricos escolares sistematizados. Ele tem se constituído como um importante recurso para o ensino da História. Os estudos mais recentes têm mostrado diferentes interpretações acerca dos manuais de ensino. Os trabalhos analisam temas como o currículo formal<sup>26</sup>, historiografia, a didática de ensino, as metodologias, as abordagens de concepções históricas, políticas, econômicas, a relação tempo-espaço, cidadania, as diferentes ideologias presentes nos livros, as produções didáticas das editoras e muito mais.

Os livros didáticos são utilizados nas escolas por docentes e discentes há quase dois séculos. Eles são artefatos da ‘cultura escolar’, apesar da concorrência com as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) (rádios, televisores, computadores, notebook, tablets, smartphones e outras) que passaram a ser instrumentos mediadores do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, proporcionando rapidez na produção e divulgação dos novos saberes. Mesmo assim, os livros didáticos continuam a resistir às mudanças ocasionadas pela difusão dos novos saberes proporcionadas por suportes informacionais digitais. E continuam presentes nas salas de aulas como o principal material pedagógico disseminador de conhecimentos sistematizados para professores e alunos (Fonseca, 2004, p. 49).

Os livros didáticos de História adquiriram grande importância no espaço escolar, sobretudo, a partir de 1990, com as mudanças de concepções ideológicas voltadas para o

---

<sup>26</sup>“Currículo formal é um conjunto de dispositivos pedagógicos, composto por conteúdos tradicionalmente organizados nas áreas dos diferentes campos disciplinares, metodologias, mecanismo de avaliação, definido como o mais desejável dentro de uma determinada ótica” (Silva, 2004, p.12).

ensino da História Social e da Cultura. Assim, essa nova perspectiva teve como finalidade a formação de cidadãos capazes de refletir sobre sua realidade histórica. Portanto, os livros didáticos como recurso pedagógico da educação formal, contribuem para a democratização do conhecimento e para construção de identidades.

Logo, compreendemos que a organização dos livros didáticos está associada ao seu tempo histórico, às políticas educacionais e as tendências pedagógicas vigentes. Dessa maneira, os livros didáticos são utilizados por docentes e discentes para leituras, consultas ou complementação de informações. Assim, os conteúdos presentes nos livros didáticos são flexíveis por receberem influências de diferentes campos do saber, o que faz com que atraíam questionamentos e críticas por parte dos pesquisadores com relação aos conteúdos neles presentes.

No que diz respeito à qualidade dos livros didáticos de História que foram publicados nas décadas de 1980 e 1990, observa-se que houve evolução na qualidade dos produtos por apresentarem linguagens diversificadas, recortes textuais, documentos, mapas, fotografias, notícias de jornais, músicas, indicações de mídias, textos de reflexão acerca do fazer historiográfico, são alguns exemplos no aprimoramento do produto. O livro didático, além de um importante artefato historiográfico do cotidiano escolar, é também um importante “lugar de memória”. Neste capítulo buscaremos compreender como a memória historiográfica da ditadura civil-militar se apresenta nos livros didáticos dos períodos selecionados.

## **2.1 As narrativas históricas sobre a ditadura civil-militar em livros didáticos de História (1967-2005)**

Para conhecer essa memória historiográfica iremos utilizar como referência o estudo realizado pelo historiador Aristeu Castilhos da Rocha (2008). Todavia, sem a pretensão ingênua de dar conta de toda discussão feita pelo autor em seu trabalho. O objetivo de Rocha (2008) nesse estudo foi conhecer como os conteúdos acerca dos governos militares se apresentavam nos livros didáticos que foram destinados às escolas públicas. Para isso, o pesquisador utilizou alguns parâmetros para análise dos manuais. Entre eles, estava a condição de que os livros didáticos de História e Geografia (Estudos

Sociais) deveriam ter sido destinados a professores(as) e alunos(as) do antigo 2º Grau (atualmente denominado de Ensino Médio) a partir de 1977.

O primeiro conjunto de livros escolhidos pelo autor para análise corresponde a 10 (dez) livros didáticos<sup>27</sup> que foram publicados entre os anos de 1967 e 1988. O pesquisador realizou uma análise quantitativa do sumário dos livros selecionados com a finalidade de verificar a quantidade de páginas que cada livro destinava por capítulo para o tema regime militar. Nesse sentido, foi constatado que do total de 2.874 páginas, correspondente aos 10 (dez) livros pesquisados, 77 páginas, que corresponde a 2,67% tratavam do tema regime militar. O historiador identificou três obras que não apresentavam capítulos com o tema regime militar ou governo militar. Assim, também observou que os capítulos dos livros pesquisados traziam poucas páginas discutindo o tema ditadura civil-militar.

Aristeu Castilhos da Rocha ao analisar os livros didáticos de História produzidos durante a ditadura civil-militar identificou que “os compêndios didáticos foram elaborados em um período histórico marcado pelo regime militar e cumpriam a importante tarefa de divulgar um nacionalismo ufanista e patriótico” (Rocha, 2008, p. 130). Ele também observa que a indústria editorial recebeu incentivos fiscais do governo brasileiro para produção de livros didáticos, favorecendo o crescimento editorial no período. Acerca das metodologias de ensino presente nos livros didáticos da época, o autor nos informa que:

Os livros eram elaborados com a intenção de levar o aluno a memorizar e repetir lições, pouco ajudando na sua formação intelectual. Na prática, aprender era sinônimo de reproduzir. As poucas inovações metodológicas apresentadas pelos livros didáticos são os estudos dirigidos, cruzadinhas, palavras-cruzadas e jogos rápidos, que pouco exigiam do aluno (Rocha, 2008, p. 132).

---

<sup>27</sup>Livros didáticos pesquisados no primeiro grupo (1967-1988): **01** - título: *História do Brasil*, autor: Armando Souto Maior, editora: Cia Editora Nacional, ano de publicação: 1967, edição: 10ª; **02** - título: *História do Brasil*, autor: Hélio Viana, editora: Melhoramento, ano de publicação: 1967, edição: 5ª; **03** - título: *Compêndio de História do Brasil*, Autor: A. J. Borjes Herminda, editora: Cia Editora Nacional, ano de publicação: 1973, edição: 58ª; **04** - título: *TDH Brasil*, autor: Elian Alabi Lucci, editora: Saraiva, ano de publicação: 1979, edição: 1ª; **05** - título: *História do Brasil*, autor: Joel Rufino dos Santos, editora: Marco Editorial, ano de publicação: 1979, edição: 1ª; **06** - título: *História do Brasil*, autor: Olavo Leonel Ferreira, editora: Ática, ano de publicação: 1982, edição: 5ª; **07** - título: *História do Brasil*, autor: Nelson Piletti, editora: Ática, ano de publicação: 1982, edição: 1ª; **08** - título: *História do Brasil para uma geração consciente*, autor: Gilberto Cotrim, editora: Saraiva, ano de publicação: 1988, edição: 7ª; **09** - Título: *História da Sociedade Brasileira*, autor: Francisco Alencar; Lucia Carpi; Marcus Venício Ribeiro, editora: Ao Livro Técnico, ano de publicação: 1981, edição: 2ª; **10** - Título: *História do Brasil – da Colônia a República*, autor: Elza Nadai, Joana Neves, editora: Saraiva, ano de publicação: 1986, edição: 9ª.

No segundo conjunto de livros didáticos, o autor analisou a presença do tema ditadura civil-militar ou regime militar como constituintes de capítulos dos manuais didáticos e usados nas escolas correspondentes ao período entre 1995 e 2005. O pesquisador identificou nos dez livros a existência de um capítulo em cada obra sobre o tema ditadura civil-militar. Os dez manuais totalizaram 5.033 páginas. Logo, de um conjunto de 245 páginas, ou seja, 4,86% tratavam da temática. O aumento na quantidade de páginas dos livros didáticos que abordam o tema ditadura civil-militar está relacionado com a mudança de regime político e o aumento das pesquisas sobre o tema ditadura civil-militar.

Rocha (2008) identificou que os capítulos dos livros receberam diferentes denominações, tais como: “regime militar”, “regime autoritário”, “o longo ciclo militar e anos de violência: ditadura militar”. A expressão ditadura civil-militar não apareceu como títulos de capítulos de livros didáticos em nenhum dos grupos pesquisados.

O pesquisador percebeu que na primeira década da ditadura civil-militar (1964-1974), houve o predomínio da chamada historiografia positivista e que o ensino de História não foi um ensino de situações históricas. “O ensino ocorreu através de uma abordagem linear factual, não crítica, que privilegia a memorização de dados, fatos/acontecimentos, personagens ilustres, aspectos da vida militar, política e diplomática” (Rocha, 2008, p.183).

Por sua vez, as concepções ideológicas e metodológicas do ensino de História presente nos livros didáticos, analisados na pesquisa, produzidos entre os anos de 1995 e 2005, apresentaram mudanças relevantes em seus conteúdos curriculares. As modificações atenderam as exigências da legislação educacional infraconstitucional que foi sendo criada na década de 1990, como por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

## **2.2 As narrativas históricas sobre a ditadura civil-militar em livros didáticos de História (2019)**

Os pesquisadores Osvaldo Rodrigues Junior e Leticia Seba (2019) realizaram estudos em três coleções de livros didáticos de História aprovados pelo Programa

Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>28</sup> em 2017. O trabalho de pesquisa teve como objetivo analisar as narrativas históricas acerca do golpe e da ditadura civil-militar no Brasil presentes nos livros didáticos de História. A partir do conhecimento produzido pelos pesquisadores Rodrigues Junior e Seba (2019) buscaremos compreender como o tema ditadura civil-militar se apresenta nos manuais didáticos.

As coleções analisadas pelos autores foram: *História, Sociedade & Cidadania*, de autoria de Alfredo Boulos Júnior que foi publicada pela editora FTD em 2015; *Araribá - História*, publicado pela editora Moderna em 2015 e organizado pela editora Maria Raquel Apolinário; e *Vontade de Saber – História*, também publicada pela FTD em 2015, de autoria de Adriana Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini.

Os livros pesquisados foram destinados a turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental II, para serem utilizados por professores(as) e alunos(as) nas escolas. Os autores observaram que as coleções destinaram 22 (vinte e duas) páginas em média para o tema ditadura civil-militar e ressaltam ser uma quantidade significativa tratando-se de livro didático.

Notamos que nas coleções de livros didáticos de História analisadas por Rodrigues Junior e Seba (2019) a quantidade média de páginas destinadas ao tema ditadura civil-militar aumentou em comparação com a quantidade de páginas dos livros didáticos que foram analisados por Rocha (2008) no primeiro grupo (1967-1988) que tinha em média 7,7 páginas destinadas ao tema. Devemos levar em consideração o lapso temporal do fim do regime autoritário, a consolidação do regime de governo democrático, as novas pesquisas que foram desenvolvidas acerca do assunto ditadura produzindo novas teses e reformulando velhos conceitos. Tudo isso, possibilitou a ampliação das narrativas a respeito do tema nos livros didáticos de História.

Quanto ao título dos capítulos, Rodrigues Junior e Seba (2019), mostram que nas três coleções o período em que o Brasil foi governado por presidentes militares (1964-1985), são denominados como “Regime Militar” ou “Ditadura Militar”. O termo “ditadura civil-militar” não aparece nestes livros como títulos de capítulos. Portanto, não há um consenso historiográfico quando se trata de nomear esse período da história do

---

<sup>28</sup> O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD foi criado por meio do Decreto nº 91.542/1985.

Brasil. Logo, esse debate acadêmico e historiográfico acaba se refletindo nas titulações dos capítulos dos livros didáticos destinados ao Ensino de História da Educação Básica.

Os pesquisadores Rodrigues Junior e Seba (2019) entendem que os três livros didáticos de História analisados seguem a concepção historiográfica que o golpe de Estado ocorrido em 1964 foi um “golpe civil-militar”. Segundo os autores, os livros narram que houve a corroboração de parte da sociedade civil (latifundiários, grandes industriais, banqueiros e parte da classe média) ao golpe e ao regime militar. Os pesquisadores argumentam que as narrativas apresentadas nas três coleções não apontam as Forças Armadas como protagonistas do golpe de Estado e da ditadura civil-militar. Vale ressaltar que os manuais do primeiro grupo de livros didáticos analisados por Rocha (2008) publicados entre 1967 e 1988 apresentavam as Forças Armadas como os verdadeiros protagonistas do golpe de Estado e da ditadura civil-militar.

No que diz respeito à questão da resistência à ditadura civil-militar, os pesquisadores observam que o tema é abordado nas obras analisadas de forma “vaga”. Trata-se de eventos pontuais, como por exemplo: a Passeata dos 100 mil (movimento popular ocorrido no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968, constituído de marcha em protesto contra a ditadura civil-militar); algumas ações lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e narrativas genéricas acerca de alguns grupos de guerrilheiros. Desse modo, compreendemos que os movimentos de resistência (movimento estudantil, grupos de guerrilheiros, protestos de operários liderados pelos movimentos sindicais) deveriam ser mais discutidos nos livros didáticos possibilitando uma visão diacrônica dos fatos.

O conceito de Doutrina de Segurança Nacional é apresentado nos livros como a base ideológica do governo militar. A partir dessa concepção os autores tratam de subtemas como: censura, perseguições, exílios, prisões, torturas e desaparecimentos ocorridos durante a ditadura civil-militar. A expressão “porões da ditadura” aparece no livro *Vontade de Saber – História* (2015), fazendo uma analogia à repressão do Estado contra os opositores do regime.

Os autores Rodrigues Junior e Seba (2019) afirmam que há prevalência das narrativas tradicionais, políticas, acríicas e genéricas nos capítulos dos livros didáticos que discutem acerca da ditadura e apontam o livro didático *História, Sociedade & Cidadania* (2015), como o que mais utiliza essa metodologia entre os livros analisados.

### **2.3 Conhecendo o livro didático de História adotado pela Escola Estadual Godofredo Cacho**

O livro didático *Vontade de Saber – História*, dos autores Adriana Machado Dias<sup>29</sup>, Keila Grinberg<sup>30</sup> e Marco César Pellegrini<sup>31</sup>, foi produzido pela Quinteto Editorial/FTD, teve a sua 1ª edição publicada em 2018. Os manuais estão divididos em 12 capítulos. Os livros dos professores(as) possuem 372 páginas e os manuais dos alunos(as) possuem 320 páginas. Essa versão foi destinada às escolas públicas, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A coleção foi escolhida por meio do Edital 2020 do (PNLD), para ser utilizada pela Escola Estadual Godofredo Cacho durante o ciclo de quatro Anos Letivos (2020-2023).

A coleção é composta pelo Livro do Aluno, Manual do Professor e pelo Material Digital. O livro do Aluno e do Professor apresenta em suas estruturas didático-pedagógicas algumas características que são comuns, como a Apresentação, todos os capítulos dos livros são compostos por duas Páginas de Abertura e possuem quatro Páginas de Atividades; Os assuntos dos livros também são acompanhados de imagens, boxes auxiliares com indicação de livros, vídeos e sites para pesquisas, assim como glossário.

A sequência dos conteúdos está organizada de acordo com critérios cronológicos. Além do texto principal, há seções não fixas inseridas nos capítulos: Explorando a Imagem; Leia o Texto; O Sujeito na História; Explorando o Tema; Encontro com...; Investigando na Prática; História em Construção; Enquanto Isso; Expandindo o Conteúdo; Passado e Presente; Discutindo a História; Atividades; e Refletindo sobre o Capítulo.

Por sua vez, o Manual do Professor foi organizado em duas partes. Na primeira, estão presentes as informações gerais sobre a coleção, a fundamentação teórico-

---

<sup>29</sup> Adriana Machado Dias. Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Especialista em História Social e em Ensino de História pela UEL-PR. Atuou como professora de História em escolas da rede particular de ensino. Autora de livros didáticos de História para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

<sup>30</sup> Keila Grinberg. Professora licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ). Doutora em História Social pela UFF-RJ. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-RJ).

<sup>31</sup> Marco César Pellegrini. Bacharel e licenciado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Atuou como professor de História em escolas da rede particular de ensino. Editor de livros na área de ensino de História. Autor de livros didáticos de História para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

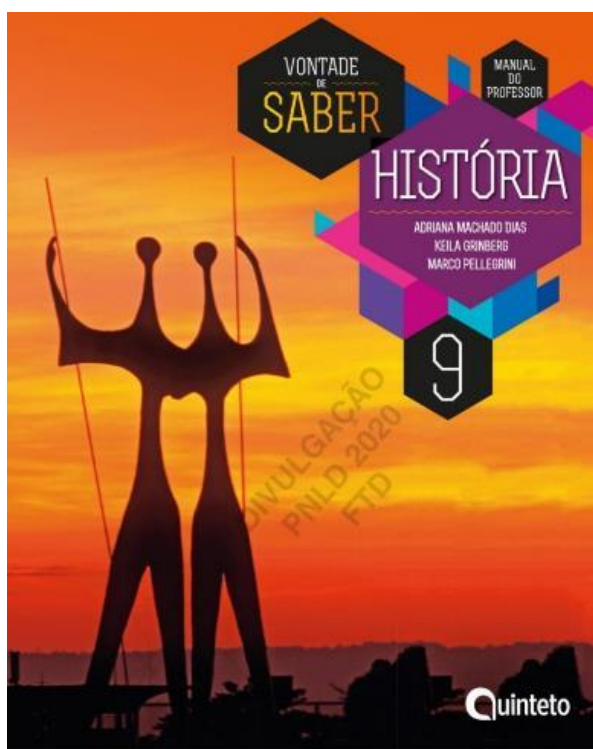
metodológica e as relações com a BNCC. A segunda parte é composta por orientações localizadas nas laterais das páginas e por notas de rodapés que buscam auxiliar o trabalho docente em sala de aula.

No que diz respeito ao Material Digital, foi organizado para auxiliar no desenvolvimento das atividades dos professores(as) em sala de aula. Eles são recursos que propiciam o desenvolvimento de objetos de conhecimento e habilidades em consonância com a BNCC (Brasil, 2018). O Material Digital é disponibilizado em DVD anexo aos Manuais dos Professores. O conteúdo constituinte desses dispositivos são planos de aulas com atividades, projetos integradores que auxiliam os(as) professores(as) no desenvolvimento de atividades com temas interdisciplinares, propostas de sequências didáticas, fichas de acompanhamento das aprendizagens dos discentes e material audiovisual.

Apresentada a estrutura da coleção didática de modo geral, passamos a analisar o conteúdo de História do Manual do Professor destinado ao 9º ano do Ensino Fundamental II, com o objetivo de identificar em quais capítulos estavam presentes o tema histórico ditadura civil-militar.

Abaixo disponibilizamos a imagem da capa do livro didático da coleção *Vontade de Saber – História* (2018).

Figura 1 – Capa do livro didático do 9º ano da coleção *Vontade de Saber – História* (2018)



Fonte: Dias; Grinberg; Pellegrini, 2018.

Na sequência destacamos os capítulos/unidades de análises que abordam esse assunto histórico.

Quadro 1 – Capítulos/unidades que tratam da ditadura civil-militar no livro didático selecionado

<b>Livro</b>	<b>Capítulos/Unidades</b>	<b>Páginas</b>
<i>Vontade de Saber – História</i>	10. O pós-guerra no Brasil: democracia e populismo	232-239
	11. A ditadura civil-militar no Brasil	242-269

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

As narrativas históricas sobre a ditadura civil-militar encontram-se disponíveis no final do capítulo 10 e integralmente no capítulo 11 do livro. O capítulo 10 se intitula “O pós-guerra no Brasil: democracia e populismo” e discute desde o fim do Estado Novo com a deposição do Presidente Getúlio Vargas em 1945 até o golpe civil-militar de 1964

realizado contra o governo de João Goulart. O capítulo possui 24 (vinte e quatro) páginas, contudo apenas 02 (duas) páginas trazem narrativas históricas acerca do governo de João Goulart e 03 (três) páginas discorrem sobre o tema ditadura civil-militar.

Por sua vez, o capítulo 11, nomeado “A ditadura civil-militar no Brasil” possui 28 (vinte e oito) páginas que abordam o conteúdo histórico dos governos autoritários. A unidade discute o tema por meio de eixos ou indicadores temáticos tratando dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos do período entre 1964-1985. A página inicial do capítulo se apresenta com fontes históricas (02 fotografias) e dois parágrafos contendo texto e questões que buscam problematizar os conhecimentos prévios dos discentes relacionando-os com os propósitos da unidade.

Figura 2 – Páginas de Abertura do Capítulo 11: A ditadura civil-militar no Brasil - livro didático do 9º ano da coleção Vontade de Saber – História (2018)



Fonte: Dias; Grinberg; Pellegrini, 2018.

### 2.3.1 Análise das narrativas históricas sobre a ditadura civil-militar no livro didático *Vontade de Saber – História* (2018)

Para a análise dos capítulos, que tratam da temática ditadura civil-militar no Brasil, usamos as orientações propostas por Jörn Rüsen (2010) como critérios de avaliação de um bom livro didático. As instruções estão no capítulo nomeado de “O livro didático ideal” da obra *Jörn Rüsen e ensino de história*. Esse trabalho foi organizado, traduzido e publicado no Brasil por Schmidt, Barca, Martins (2010). Entre os fatores de avaliação optamos pelos critérios de identificação da existência de textos historiográficos; a observação da pluriperspectividade aos níveis dos afetados e dos observadores; reconhecer se os textos estão de acordo com as normas científicas buscando perceber a existência da sincronia e diacronia temporal nas narrativas históricas e observar a pluralidade da experiência histórica no conteúdo dos capítulos pesquisados.

Foram realizadas leituras dos capítulos para identificar a presença de textos historiográficos. Logo, encontramos três trechos de textos, o primeiro e o segundo no capítulo 10 e o terceiro fragmento textual no capítulo 11. O extrato textual da página 234, com o título “Golpe militar ou civil-militar?”, tem como referência o historiador Daniel Aarão Reis Filho. O segundo trecho textual historiográfico, na página 239, tem como referência a historiadora Ângela de Castro Gomes, intitulado “1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil”. O terceiro excerto de texto encontrado na página 261, tem como autor o historiador José Murilo de Carvalho, nomeado “Cidadania no Brasil: o longo caminho”. Todavia, conforme Rüsen (2010, p. 121):

os textos historiográficos devem estar claramente diferenciados da documentação e da narrativa histórica dos autores dos livros didáticos. De nenhuma maneira os textos historiográficos devem servir exclusivamente para ilustrar a apresentação. Tampouco devem ser tão curtos de modo a não transmitir uma ideia real das circunstâncias da vida passada.

Nessa situação, observamos que os textos historiográficos eram curtos, continham apenas dois parágrafos cada e, não mostravam clareza em suas ideias. Eles praticamente não se diferenciavam das narrativas históricas dos autores, servindo apenas de ilustração textual.

Outro critério recomendado por Rüsen (2010), a pluriperspectividade aos níveis dos afetados e do observador, considera que a experiência histórica deve apresentar-se aos alunos(as) a partir de múltiplas perspectivas sobre um mesmo evento histórico a serem comunicadas pelos afetados (pessoas que viveram os fatos e foram atingidos por ele) e observadores (pessoas que talvez não tenham vivenciado os fatos, nem foram atingidos por ele. Mas, os analisam criando narrativas).

Ao nível dos afetados, no capítulo 11, página 249, na seção “O Sujeito na História”, os autores utilizam um recorte biográfico de Tarso de Castro (1941-1991). Ele participou do Jornal O Nacional, foi editor do Jornal O Pasquim, e foi exilado político durante o regime autoritário no Brasil. Os autores do livro didático procuraram demonstrar a visão do afetado diante da ditadura civil-militar. Nesse caso, um jornalista é atingido pela censura.

Além disso, no capítulo 11, página 256, na seção “O Sujeito na História”, apresenta uma fração textual narrativa acerca de Manoel Fiel Filho (1927-1976) que era filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo/SP e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi vítima (preso, torturado e assassinado) da ditadura civil-militar.

Figura 3 – Seção “Sujeito na História” – Manoel Fiel Filho - livro didático do 9º ano da coleção *Vontade de Saber – História* (2018)



O sujeito na história

Manoel Fiel Filho

Manoel Fiel Filho nasceu na cidade de Quebrangulo (AL), em 1927. Com 18 anos de idade, mudou-se para São Paulo em busca de emprego. Trabalhou como cobrador de ônibus, padeiro e metalúrgico. Filiado ao Partido Comunista e ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Fiel foi perseguido pela ditadura militar. De acordo com um relatório do antigo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), ele foi incriminado por receber exemplares do jornal **Voz Operária**.

Nilton Fukuda/Estrada, Contraste



Em 1976, agentes militares foram até a casa de Manoel e o levaram para ser interrogado nas dependências do DOI-CODI. Ele foi brutalmente torturado e assassinado. De acordo com a versão dos militares, porém, ele teria se enforcado com suas próprias meias.

No início da década de 1980, a viúva de Manoel, Teresa Lourdes Martins Fiel, conseguiu provar na justiça que seu marido não cometera suicídio, mas fora assassinado.

 Manoel Fiel Filho. Fotografia da década de 1970.

Ainda no mesmo capítulo, na página 259, na seção “O Sujeito na História”, identificamos outro trecho textual narrativo-biográfico apresentado a partir da perspectiva dos afetados. Desta vez, Leonel de Moura Brizola (1922-2004), político brasileiro que ficou exilado no Uruguai e nos Estados Unidos da América (EUA) durante a ditadura civil-militar do Brasil.

Com relação a pluriperspectividade ao nível dos afetados identificamos no capítulo 11, nas páginas 261 e 262, a presença de apenas um texto no formato de entrevista que apresenta uma perspectiva diferente do mesmo evento histórico (ditadura civil-militar). Os autores do livro didático intitularam o excerto textual de “Golpe ou Revolução?” e mostram uma entrevista, realizada em 1994, com o ex-Presidente do Brasil entre 1974 e 1979, general Ernesto Geisel (1907-1996). O conteúdo tem como referência o livro intitulado de *Ernesto Geisel*, tendo como autores Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, publicado em 1997. Na entrevista concedida em 1994, Ernesto Geisel, apresenta argumentos em defesa da necessidade da intervenção dos militares em 1964.

Com relação a pluriperspectividade ao nível do observador não percebemos a existência de múltiplas perspectivas historiográficas sobre o evento histórico. Observamos, na grande maioria das vezes, a presença de narrativas, que por mais que contribuam com distintas circunstâncias do evento histórico, não demonstram essa multiperspectividade historiográfica.

No que diz respeito às normas científicas, foi possível perceber que o livro didático da coleção *Vontade de saber – História* (2018) adota a tese de que o golpe foi “civil-militar”. Ao discutir a implantação dos governos militares, os autores do livro narram o apoio de uma parcela da população civil ao golpe e à ditadura. Desse modo, conseguimos observar nas narrativas existentes no livro didático, que o golpe civil-militar de 1964, não foi discutido como um movimento protagonizado apenas pelas Forças Armadas Brasileiras. Como ilustração do apoio de civis ao golpe de Estado, o livro didático destaca, como ilustração, uma fotografia que apresenta manifestantes com cartazes e faixas com mensagens contra o governo João Goulart, na Marcha da Família com Deus pela liberdade ocorrida em Recife/PE em 1964, como podemos visualizar a seguir.

Figura 4 – O Golpe de 1964 – livro didático do 9º ano da coleção *Vontade de Saber – História* (2018)



Fonte: Dias; Grinberg; Pellegrini, 2018, p. 234.

A participação de civis e o apoio ao golpe e a ditadura são ressaltados no seguinte trecho do livro:

Em 1964, apoiados por civis, os militares aplicaram um golpe de Estado e tomaram o poder no Brasil. Eles implantaram uma ditadura que se estendeu por mais de 20 anos. Nesse período, os brasileiros viveram sob o autoritarismo, e os opositores do regime sofreram violenta repressão. Mesmo assim, muitas pessoas fizeram oposição à ditadura e lutaram de diversas maneiras pela liberdade (Dias; Grinberg; Pellegrini; 2018, p. 243).

Logo, no que se refere aos discursos historiográficos e às normas científicas, constatamos uma diferença considerável entre as narrativas presentes no livro didático que analisamos, *Vontade de Saber – História* (2018), e os livros didáticos do primeiro grupo (1967-1988) que foram analisados pelo historiador Aristeu Castilhos da Rocha (2008). Enquanto as narrativas da coleção *Vontade de Saber – História* (2018) mostram civis e militares como protagonistas do golpe e da ditadura, os manuais analisados por Rocha (2008) apresentam as Forças Armadas Brasileiras como os verdadeiros protagonistas do golpe de Estado e da ditadura. Nessa mesma perspectiva incluem-se os livros didáticos do PNLD 2011 que foram analisados por Helenice Rocha (2017)<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> ROCHA, Helenice. A ditadura militar nas narrativas didáticas. *In*: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 245-263.

No livro didático da coleção *Vontade de Saber – História* (2018), os setores da população ou grupos sociais, que apoiaram o golpe de Estado e a ditadura, que aparecem na narrativa textual são definidos como é percebido no trecho:

Os golpistas contavam com o apoio de uma parte da sociedade brasileira, formada por latifundiários, grandes industriais e banqueiros, além de parte da classe média. Esses grupos sentiam-se ameaçados pelos “agentes de Moscou”, supostos comunistas que pretendiam transformar o Brasil em um país socialista (Dias; Grinberg; Pellegrini, 2018, p. 244).

Portanto, latifundiários, grandes industriais, banqueiros e parte da classe média, segundo os autores, apoiaram os militares no golpe e na ditadura. Assim, “após o golpe, a cúpula das Forças Armadas assumiu as funções de governo, contando com o auxílio de uma parcela da população civil, com a qual dividiu parte do poder e dos privilégios” (Dias; Grinberg; Pellegrini; 2018, p. 244).

Os autores afirmam em seus discursos narrativos que um dos principais fatores tidos para a deposição do presidente João Goulart foi o fato de o enxergarem como uma ameaça comunista. Desse modo, “a justificativa dos golpistas era a necessidade de garantir a ordem interna no país” (Dias; Grinberg; Pelegrini, 2018, p. 244).

Quanto às abordagens aos movimentos de resistência à ditadura civil-militar, o livro apresenta discussões resumidas sobre alguns temas por meio de seções, como “Encontro com... Arte”. Nesse bloco, os autores apresentam o movimento popular de educação e cultura surgido na década de 1960, formado por grupos de estudantes que ficou conhecido como Arte Engajada. Abordam a resistência cultural ocorrida no cinema com ênfase às canções de protesto, ao movimento do tropicalismo e ao rock nacional. Essa seção poderia ter sido relacionada pelos autores com o AI-5, pois ocorreram muitas manifestações artísticas após a publicação do decreto-lei pelo governo militar em 13 de dezembro de 1968.

Com relação ao movimento estudantil, o livro discute resumidamente a organização dos estudantes por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e destaca o desempenho dos estudantes na resistência contra a ditadura com a formação de vários Centros de Cultura Popular (CCP). Após a publicação do Ato Institucional nº 5, “em consequência da violenta repressão e perseguição aos seus líderes, o movimento se desestruturou e perdeu grande parte da sua capacidade de mobilização” (Dias; Grinberg;

Pelegrini, 2018, p. 252). O livro exibe como fonte uma fotografia de uma manifestação denominada Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro/RJ em 1968, organizada pelo Movimento Estudantil com a presença de milhares de pessoas fazendo uso de cartazes e faixas em protesto contra a ditadura civil-militar.

Figura 5 – O Movimento Estudantil - livro didático do 9º ano da coleção Vontade de Saber – História (2018)



Fonte: Dias; Grinberg; Pellegrini, 2018, p. 252.

Além do movimento estudantil, os autores do livro didático também realizam sínteses narrativas acerca de outros movimentos de resistência à ditadura civil-militar. Portanto, descrevem as resistências realizadas pelos indígenas, quilombolas e pelas organizações guerrilheiras como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Apesar dos autores apresentarem diversos eventos históricos que podemos considerar como elementos constituintes da pluriperspectividade aos níveis dos afetados, critério proposto por Rüsen (2010), entendemos que são narrativas curtas com poucas informações das organizações destacando os acontecimentos ocorridos principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Dessa forma, o livro discute a resistência em uma perspectiva macro deixando fora das narrativas históricas muitos acontecimentos históricos de outras regiões do país.

Observa-se a ausência de uma dimensão diacrônica, onde os discentes possam conhecer como ocorreram as ações realizadas pelos movimentos em diversos momentos

da ditadura civil-militar. Além do mais, o movimento estudantil poderia ter sido discutido em uma conjuntura mais ampla, já que a atuação desse movimento foi muito presente em quase todas as mobilizações de resistência democrática.

Percebe-se a ausência de uma linha do tempo com os principais eventos ocorridos, em ordem cronológica, durante a ditadura civil-militar para que possibilite aos alunos uma visão diacrônica dos múltiplos acontecimentos históricos. Os autores iniciam o capítulo 11 (Ditadura civil-militar no Brasil) do livro didático abordando a chegada dos militares ao poder por meio de um golpe de Estado ocorrido em 1964, destacando o apoio de grupos civis aos militares. Por sua vez, o texto marca como término da ditadura civil-militar a escolha do civil Tancredo de Almeida Neves (1910-1985) para Presidente do Brasil pelo Colégio Eleitoral em 1985. Todavia, não apresenta a sucessão dos presidentes militares entre 1964 e 1985 impossibilitando uma visão diacrônica dos acontecimentos políticos ao longo do tempo.

O livro didático da coleção *Vontade de Saber – História* expõe como fonte histórica uma fotografia do presidente eleito indiretamente Tancredo de Almeida Neves (PMDB) ao lado do presidente da Câmara dos Deputados Federais, Ulysses Silveira Guimarães (PMDB), em 15 de janeiro de 1985 comemorando a vitória da eleição. Todavia, Tancredo de Almeida Neves, não assumiu o cargo presidencial. Ele adoeceu e veio a falecer no dia 21 de abril de 1985. Assumindo o cargo o vice-presidente José Sarney de Araújo Costa.

Figura 6 – Eleições indiretas de Tancredo Neves- livro didático do 9º ano da coleção *Vontade de Saber – História* (2018)



Fonte: Dias; Grinberg; Pellegrini, 2018, p. 259.

Observamos que o texto narrativo apresenta a pluralidade da experiência histórica e o ponto de vista sincrônico proposto por Rüsen (2010). Os autores iniciam a discussão do tema pela implantação da ditadura, posteriormente, abordam as medidas autoritárias que foram tomadas pelo governo militar para ter o controle sobre a população e centralizar as decisões políticas. Desse modo, o texto apresenta os Atos Institucionais dando destaque para o AI-2, ato que extinguiu todos os partidos e instaura o bipartidarismo e ao AI-5, porém, de forma superficial.

Na sequência, os autores abordam a Doutrina de Segurança Nacional que define como a “base ideológica da política autoritária” instituída pelos militares. Posteriormente, os autores fazem uma relação dessa doutrina com a repressão, a censura, as perseguições, as prisões arbitrárias e violentas, tortura e os exílios políticos ocorridos na ditadura civil-militar. Na sequência exibe um fragmento textual com o título “Tortura: uma estratégia para coibir os adversários do regime militar”, da historiadora Sandra Maria Castanho.

Na continuidade os autores apresentam uma fotografia que mostra ossadas humanas que foram encontradas em uma vala clandestina no Cemitério do Perus<sup>33</sup> de mortos e desaparecidos políticos. Assim, complementam que nesse cemitério foram enterrados dezenas de presos políticos executados durante a ditadura. Desse modo, a pluriperspectividade aos níveis dos afetados proposto por Rüsen (2010) está presente nas narrativas históricas do livro. Abaixo, reproduzimos a fotografia exibida no livro didático.

---

<sup>33</sup> A vala clandestina encontrada no Cemitério de Perus está localizada no extremo norte da cidade, no bairro de Perus, São Paulo/SP (próximo com a cidade de Caieiras). Conta com 254.000 m<sup>2</sup>, é um dos maiores cemitérios da cidade. Também conhecido como Cemitério Dom Bosco. A “vala” foi aberta em 04 de setembro de 1990. Há 31 anos era descoberta a vala clandestina de Perus. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/503/ha-31-anos-era-descoberta-a-vala-clandestina-de-perus> Acesso em: 17 out. 2023.

Figura 7 – Ossadas encontradas em cemitério clandestino em São Paulo/SP - livro didático do 9º ano da coleção *Vontade de Saber – História* (2018)



Fotografia de ossada encontrada em cemitério clandestino na cidade de São Paulo (SP), 1990. Nesse cemitério foram enterrados dezenas de presos políticos executados durante a ditadura.

Fonte: Dias; Grinberg; Pellegrini, 2018, p. 247.

Também identificamos que as narrativas historiográficas não prevalecem apenas no campo político da experiência, elas abordam aspectos sociais, culturais e econômicos. Na perspectiva diacrônica, que é compreendida no “nível temporal de mudanças, por um lado, e mudanças de curto prazo ao nível dos acontecimentos, por outro, compreende-se que ambos os níveis diacrônicos estão inter-relacionados” (Rüsen, 2010, p. 121). As descrições narrativas tradicionais presentes no livro não permitem constatar a dimensão processual diacrônica da História. Os autores descrevem acontecimentos históricos do passado sem fazer relação com as questões do presente, como: democracia, direito humanos, memória, verdade e justiça.

Percebemos que os autores produzem narrativas descrevendo o conteúdo e os resultados da experiência histórica, sem problematizar criticamente os fatos ou fazer uma relação com os acontecimentos da atualidade. Logo podemos mostrar como exemplo o texto narrativo que aborda o Ato Institucional nº 5:

O AI-5 foi uma das medidas mais duras do período e concedeu plenos poderes ao presidente, que fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Nacionais e as Câmaras de Vereadores. Além disso, o presidente podia cassar mandatos e nomear interventores (Dias; Grinberg; Pellegrini, 2018, p. 245).

No campo econômico as narrativas apresentam resumidamente as medidas econômicas adotadas pelos governos da ditadura fundamentadas na entrada de capitais estrangeiros por meio de empréstimos para construção de grandes obras de infraestrutura e instalações de indústrias no Brasil. Apresenta que a entrada de capitais estrangeiros no país gerou o “milagre econômico brasileiro”. Posteriormente, aborda a crise internacional do petróleo, a desvalorização da moeda brasileira em consequência da inflação e o aumento nos juros da dívida externa. Na pluriperspectividade ao nível dos afetados proposta por Rüsen (2010), não identificamos nenhum documento historiográfico ou depoimento por meio de entrevista que discutisse a questão econômica.

Por meio da análise notamos o aumento na quantidade de páginas dos capítulos que discutem o tema ditadura civil-militar, nesta coleção de livros didáticos *Vontade de Saber – História* para o 9º ano do Ensino Fundamental II, totalizando 28 páginas. Assim como verificamos a presença de três trechos de textos historiográficos, sendo 02 (dois) no capítulo 10 e 01 (um) no capítulo 11.

Por sua vez, no critério de pluriperspectividade ao nível dos afetados, observamos a presença de várias produções artísticas e histórias de vida com relatos de exílio político, prisões e tortura de pessoas que viveram no período e foram atingidas pela ditadura civil-militar.

Por conseguinte, percebemos renovação historiográfica com o uso do conceito ditadura civil-militar, tendo como referência os postulados historiográficos do historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014) citada na página 235 do livro didático. Desse modo, inferimos que houve avanços na produção didática acerca da ditadura civil-militar de 2011 para 2018, com base na pesquisa realizada por Rocha (2017).

Todavia, os livros didáticos ainda necessitam apresentar maior pluriperspectividade ao nível do observador. Logo, constatamos poucos textos de diferentes perspectivas historiográficas acerca do evento histórico. No que tange a pluralidade da experiência, as narrativas ainda mostram relevância fundamental nas histórias políticas com exaltação de personagens considerados “importantes”.

O livro didático analisado direciona suas narrativas históricas numa perspectiva tradicional com ênfase nos elementos políticos ignorando as múltiplas experiências e produzindo histórias “sem sujeitos”. De modo geral, as narrativas do manual, ainda destacam como protagonistas do golpe e da ditadura, os militares, grupos empresariais e

a classe média. Assim, observamos que essas categorias grupais que ainda aparecem nas narrativas históricas (como as apresentadas no livro didático) contribuem para que tenhamos na historiografia fatos históricos realizados por personagens sem nomes, ou seja, sujeitos genéricos.

Não obstante, consideramos na nossa análise, que os autores realizaram um bom exercício de discussão acerca do tema ditadura civil-militar no capítulo 11 intitulado “A ditadura civil-militar no Brasil”. Posto isso, mais uma vez, reforça a nossa ideia de que a sequência didática se constitui como um instrumento interessante e complementar ao conteúdo dos manuais de História. Esses livros deixam de discutir o conteúdo da história local tendo em vista a impossibilidade de dar conta de todo o conhecimento.

Portanto, compreendemos que a ditadura civil-militar deve continuar sendo narrada nos livros didáticos para ensinar às gerações futuras a história política, social, econômica e cultural do Brasil e proporcionar o fortalecimento da democracia.

#### **2.4 Os movimentos sociais e a luta por memória, verdade e justiça**

Na década de 1980 ocorreu a redemocratização do Brasil com intensas mobilizações sociais. Logo, foi nesse ínterim que a sociedade civil organizada formada por grupos de direitos humanos, partidos políticos, associações de parentes de vítimas da ditadura civil-militar passaram a lutar pelo direito à memória, à verdade e à justiça. Assim, os afetados pelo evento histórico pleitearam o reconhecimento e reparação financeira por parte do Estado brasileiro.

Foi nesse contexto de discussões que no dia 15 de julho de 1985 foi divulgado um relatório e livro denominado de *Brasil Nunca Mais*, desenvolvido pela Comissão de Justiça e Paz formada entre os anos de 1979 e 1985 e liderada por Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016), arcebispo de São Paulo. O trabalho trouxe para a sociedade importantes resultados sobre a repressão ocorrida na ditadura civil-militar.

Na década seguinte, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, através da Lei 9.140/1995 criou Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP). A CEMDP foi criada com a finalidade de proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas durante a ditadura civil-militar e emitir parecer sobre os requerimentos relativos às indenizações que fossem formulados por seus familiares.

Em 2007, a CEMDP publicou o livro denominado de *Direito à Memória e a Verdade* com o objetivo de realçar a memória, a verdade e a justiça sobre os mortos e desaparecidos durante o período da ditadura civil-militar. O livro foi o resultado do trabalho realizado pela CEMDP durante 11 (onze) anos. Ele apresenta a história de 479 pessoas que foram vítimas da ditadura civil-militar no Brasil entre os anos de 1961 e 1988.

A CEMDP foi extinta, no penúltimo dia do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), em 30 de dezembro de 2022<sup>34</sup>. Essa ação do governo prejudicou o trabalho de identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar que estava sendo desenvolvido pela CEMDP. Assim, dezenas de famílias e integrantes dos direitos humanos de todo o Brasil pressionam o novo governo (iniciado em 2023) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a reabertura da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Desse modo, observamos que o tema ditadura civil-militar é um assunto político do Tempo Presente, pois muitas questões ainda precisam ser resolvidas, principalmente, no que diz respeito à memória, à verdade e à justiça.

Outro importante projeto que possibilitou muitas informações à sociedade acerca da ditadura civil-militar foi o *Memórias Reveladas*, do Arquivo Nacional criado em 13 de maio de 2009 pela Casa Civil da Presidência da República do Brasil. O acervo reúne milhares de documentos relacionados à repressão política no período entre 1964 e 1985. O material pode ser pesquisado por qualquer pessoa através do sítio na internet<sup>35</sup>, o acesso aos testemunhos documentais tem possibilitado o desenvolvimento de muitas pesquisas sobre a ditadura civil-militar.

Em 2009 foi fundado em São Paulo/SP o *Memorial da Resistência*<sup>36</sup>, que possui um grande acervo bibliográfico digital acerca da ditadura civil-militar que pode ser

---

<sup>34</sup> PEREIRA, Marcelo. Fim do Mandato, governo aprova relatório e encerra Comissão de Mortos e Desaparecidos na Ditadura. **O Globo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/31/no-fim-do-mandato-governo-aprova-relatorio-e-encerra-comissao-de-mortos-na-ditadura.ghtml> Acesso em: 20 jan. 2024.

<sup>35</sup> BRASIL. **Arquivo Nacional**. Memórias Reveladas. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br> Acesso em: 11 jan. 2024.

<sup>36</sup> O acervo do Memorial da Resistência preserva memórias da repressão e da resistência políticas, do período republicano no Brasil, por meio de testemunhos audiovisuais de ex-presos, perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e militantes de movimentos sociais. Além de contar com um vasto banco de referências bibliográficas e iconográficas sobre lugares da memória e direitos humanos. **Memorial da Resistência de São Paulo**. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

consultado pelo público. A instituição também oferta eventos como palestras, oficinas e exposições na área da educação.

Posteriormente, no governo da Presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016), foi sancionada a lei nº 12.528/2011 que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com a finalidade de examinar e esclarecer graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988. A sociedade civil organizada (vítimas e familiares de mortos e desaparecidos, entidades estudantis, grupos de direitos humanos e a Ordem dos Advogados do Brasil) tiveram um importante papel na criação dessa comissão.

A CNV começou a atuar em maio de 2012 e teve o seu término com a entrega do Relatório Final à presidente da República Dilma Vana Rousseff, em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, em uma cerimônia em Brasília. O relatório possui cerca de 4.300 páginas dividido em três volumes<sup>37</sup> contendo a descrição do trabalho realizado, a apresentação dos fatos examinados, as conclusões e as recomendações.

A CNV foi criada para dar uma resposta à sociedade civil brasileira e aos órgãos internacionais que cobravam uma resposta oficial do Estado brasileiro sobre os crimes cometidos durante a ditadura civil-militar. Quase três décadas após o término da ditadura civil-militar foi dado uma resposta tardia por meio da CNV que procurou fazer valer a verdade sobre os fatos e atender dentro de suas limitações os anseios da sociedade por memória, verdade e justiça. Todavia, apesar do avanço nessas questões discutidas, não houve uma reconciliação nacional, pois a resposta de muitas situações foi incompleta precisando ser discutida, principalmente no que diz respeito à justiça. Mas, é notório a vasta documentação que foi produzida que precisa ser apropriada por nós historiadores/pesquisadores.

---

<sup>37</sup> O volume I apresenta o processo de criação da Comissão Nacional da Verdade. Também discute acerca das estruturas do Estado e das graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. O volume II, apresenta Textos Temáticos. Nestes são descritas as violações de direitos humanos que ocorreram em diferentes segmentos da sociedade, exemplo: militares, aos trabalhadores camponeses, aos povos indígenas, nas igrejas Cristãs e nas Universidades. Assim como, apresenta dados sobre a Ditadura civil-militar e da homossexualidade. Apresenta informações acerca de civis que colaboraram com a ditadura e sobre a resistência da sociedade civil às violações de direitos humanos. O volume III, trata dos Mortos e Desaparecidos Políticos entre 1946 e 1988. São contadas as histórias de 434 pessoas com dados, biografia, circunstâncias da morte, considerações sobre o caso e a identificação da autoria dos crimes (CNV, 2014).

No Rio Grande do Norte algumas entidades e comissões se formaram durante a década de 1990 e após o ano 2000 e passaram a unir esforços na busca pelo reconhecimento da memória de potiguares que foram vítimas da ditadura civil-militar. Entre os mais importantes projetos destaca-se o *RN, Nunca Mais – Memorial Online Potiguar*, que está presente no sítio da DHnet que tem como finalidade contribuir para a formação de uma memória coletiva que valorize a democracia e os direitos humanos. De acordo com Medeiros (2021), as informações contidas no memorial tiveram a cooperação:

do Comitê Estadual pela Verdade, Memória e Justiça Rio Grande do Norte, da Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), Comissão da Verdade Ordem dos Advogados/ Rio Grande do Norte (RN) e Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP).

O sítio DHnet foi criado em 01 de maio de 1995, tendo o ativista em direitos humanos, Roberto de Oliveira Monte, como um dos idealizadores do projeto. Ele atualmente é coordenador do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular. Assim, de acordo com Medeiros (2021), a página web do memorial é um espaço virtual construído pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP) e pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural (CENARTE). Entre as diversas seções presentes no memorial online, destacamos uma denominada de “ABC dos Mortos e Desaparecidos Políticos do Rio Grande do Norte”. O ambiente apresenta, em ordem aleatória e com biografias/fontes, uma relação de 12 nomes de pessoas<sup>38</sup> norte-rio-grandenses que foram afetadas com violação de direitos humanos pelo evento histórico ditadura civil-militar. Entre os listados encontra-se o nome do caiçarense-do-norte Emmanuel Bezerra dos Santos.

O grupo de ativistas em Direitos Humanos no Rio Grande do Norte tem buscado divulgar o trabalho desenvolvido e levar o conhecimento acerca da memória para um maior número de pessoas. Nesse sentido, foi criado mais recentemente o projeto da Pós

---

<sup>38</sup> Anatólia de Souza Alves de Melo; Djalma Maranhão; Édson Neves Quaresma; Emmanuel Bezerra dos Santos; Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa; Hiram de Lima Pereira; José Silton Pinheiro; Lígia Maria Salgado Nóbrega; Luíz Ignácio Maranhão Filho; Luís Pinheiro; Virgílio Gomes da Silva e Zoé Lucas de Brito. **Mortos e Desaparecidos Políticos do RN**. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/rn/index.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.

TV DHnet. Trata-se da criação de um canal no YouTube nomeado de *Acervos DHnet Direitos Humanos*<sup>39</sup> que tem a finalidade de reproduzir e divulgar filmagens de eventos como entrevistas, palestras e cerimônias feitas pelo CDHMP. Entre os mais diversos vídeos/documentários publicados estão os que tratam das memórias de Emmanuel Bezerra dos Santos.

## **2.5 Memória simbólica e reparação histórica na UFRN: caso Emmanuel Bezerra dos Santos**

No dia 01 de abril de 2024 foi comemorado os 60 anos do início da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Neste dia de efeméride, estudantes, servidores e ativistas dos Direitos Humanos protocolaram na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), um pedido de matrícula e posterior diplomação *post mortem* a Emmanuel Bezerra dos Santos. Ele foi aluno da Faculdade de Sociologia e Política da UFRN, em 1968, e teve os estudos interrompidos ao ser preso pela ditadura civil-militar.

Abaixo temos a imagem do Ato Solene da entrega do requerimento de matrícula e de diplomação *post mortem* de Emmanuel Bezerra dos Santos na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

---

<sup>39</sup> Pós-TV dhnet Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/TVDHnetDireitosHumanos>  
Acesso em: 25 fev.2024.

Figura 8 – Pedido de matrícula e posterior diplomação *post mortem* de Emmanuel Bezerra dos Santos, em 01 de abril de 2024 na Reitoria da UFRN.



Fonte: Valcidney Soares<sup>40</sup>, 2024.

Durante o mês de março de 2024, docentes ativos do Departamento de Antropologia e Ciências Sociais da UFRN, realizaram 01 (um) abaixo-assinado que recebeu mais de 200 (duzentas) assinaturas de professores(as) da UFRN. Por sua vez, estudantes ativos, do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFRN, também realizaram outro abaixo-assinado com discentes da UFRN. Os documentos tiveram o mesmo objetivo, a saber: pedido de reparação histórica com a matrícula simbólica no Curso de Ciências Sociais e diplomação acadêmica pós-morte de Emmanuel Bezerra dos Santos.

Nesse sentido, salientamos que entre 2012 e 2015, foi criada a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com base na Lei Federal nº 12.528/2011. Os trabalhos da comissão tiveram como objetivo buscar subsídios esclarecedores de possíveis violações de direitos humanos, ocorridas no âmbito da UFRN, em seus três segmentos: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos.

---

<sup>40</sup> Pedido de diplomação *post mortem* a Emmanuel Bezerra é protocolado. **Saiba Mais**. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2024/04/pedido-de-diplomacao-post-mortem-a-emmanuel-bezerra-e-protocolado/> Acesso em: 24 abr. 2024.

Desse modo, objetivou-se efetivar o direito à memória e à verdade histórica em âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O pedido de rematrícula e posterior diplomação *post mortem* realizado pela comunidade acadêmica possui como referência legal as Recomendações Gerais do Relatório da Comissão da Verdade da UFRN (2015) como podemos observar abaixo:

Fazer o reconhecimento simbólico e público da violação aos direitos humanos contra membros da UFRN; e homenagear, com as cautelas estatutárias, os professores e alunos assassinados e, de alguma forma, vilipendiados pelo regime discricionário, consoante já registrados neste Relatório com a colocação dos seus nomes em memoriais e logradouros das unidades pertencentes a UFRN e espaços da administração universitária em cerimônia oficial; criação de obras ou painel artístico em que se registre os reflexos do regime de exceção nas atividades acadêmicas e administrativas, mediante abertura de Concurso Público destinado aos artistas plásticos da própria universidade.

Assim, o requerimento realizado por professores(as), alunos(as) e ativistas dos direitos humanos tem a finalidade de cobrar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que seja feito os cumprimentos das recomendações realizadas pela Comissão da Verdade da UFRN (2015).

De acordo com Soares (2024)<sup>41</sup>, o título de diplomação simbólica ao estudante Emmanuel Bezerra dos Santos, poderá ser entregue em 2025. Por ocasião da reinauguração da antiga Faculdade de Direito, que abrigará um centro de memória, situado no bairro da Ribeira, Natal/RN, que se encontra em processo de reforma.

Portanto, o reconhecimento institucional será uma conquista importante de reparação histórica aos discentes da UFRN perseguidos pela ditadura civil-militar. A mobilização que está sendo realizada em defesa dessa causa é fundamental para que se concretize a reparação histórica de pessoas que tiveram suas vidas ceifadas por uma causa ideológica e por lutar pela democracia no Brasil.

---

<sup>41</sup> UFRN vai dar diploma simbólico a dois estudantes mortos pela ditadura. **Saiba Mais**. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2024/04ufrn-va-dar-diploma-simbólico-a-dois-estudantes-mortos-pela-ditadura/> Acesso em: 24 mar. 2024.

### **3 DITADURA CIVIL-MILITAR: O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DAS NARRATIVAS QUE FORAM CONSTRUÍDAS ACERCA DE EMMANUEL BEZERRA DOS SANTOS**

Ao contar fatos da história de uma pessoa, estamos fazendo recortes importantes para entendermos um contexto histórico mais amplo. Logo, uma pessoa é um ser único, e jamais será encontrado outro igual. Com sua integralidade, com seus feitos e conquistas subjetivas, realizações marcantes podendo contribuir para mudanças sociais. Assim, compreender a história de indivíduos por meio do ensino de História, nos ajuda a entender a sociedade e o mundo em que vivemos.

Neste capítulo vamos apresentar os principais acontecimentos que temos conhecimento acerca da trajetória de vida (infância, adolescência e fase adulta) de Emmanuel Bezerra dos Santos. Assim, daremos ênfase na discussão sobre a participação do jovem líder comunista no movimento estudantil e sua atuação no Partido Comunista Revolucionário (PCR). Para isso, utilizaremos como principais referências o relatório da CNV (2014), o livro *Emmanuel vida & morte* (1992) e a dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Geane Fialho Canuto, intitulada “O PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar (1966-1974)”.

Abordaremos o contexto da morte de Emmanuel Bezerra dos Santos, durante a ditadura civil-militar. Assim como, iremos mostrar o contexto do pós-morte de Emmanuel Bezerra dos Santos, com destaque para o traslado dos restos mortais dele de São Paulo para o Rio Grande do Norte e toda repercussão social que o caso teve. Além disso, mostraremos que a partir de 1990, grupos sociais passaram a institucionalizar a memória de Emmanuel Bezerra dos Santos no Rio Grande do Norte.

Vamos dialogar sobre vários eventos, que foram realizados no Rio Grande do Norte em 2023, com a finalidade de rememorar os 50 anos da morte de Emmanuel Bezerra dos Santos. A morte do norte-rio-grandense ocorreu no dia 04 de setembro de 1973, durante a ditadura civil-militar. Portanto, diversas classes sociais participaram das atividades, tais como: ativistas dos direitos humanos, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e escolas.

### 3.1 A trajetória de Emmanuel Bezerra dos Santos: de Caiçara para o Brasil

“Bem-vindo Emmanuel, nossos corações lhe acolhem, nós lhe agradecemos por ter sido o que foi, por ter vivido obstinadamente em busca de justiça, por ter pagado com a vida o preço de nossa liberdade, a você todas as honras, todos os méritos, todo nosso orgulho, nossa afeição e nossos eternos agradecimentos.”

(Josivan Ribeiro do Monte, 1992).

Emmanuel Bezerra dos Santos, filho de Luís Elias dos Santos e Joana Elias Bezerra, nasceu em 17 de junho de 1947 em um povoado de pescadores conhecido por Caiçara, na época, distrito de São Bento do Norte/RN. Emmanuel Bezerra dos Santos, quando criança teve uma vida simples, seus pais eram pescadores artesanais e dessa atividade tiravam o sustento da família. Apesar das dificuldades, a Sra. Joana Elias Bezerra mantinha uma vida política importante na cidade de São Bento do Norte/RN, sendo eleita algumas vezes vereadora do município.

Emmanuel Bezerra dos Santos iniciou seus estudos na Escola Isolada em São Bento do Norte/RN, onde fez o curso primário (hoje corresponde ao Ensino Fundamental I). O município de São Bento do Norte na década de 1950 era uma cidade pequena do interior do Rio Grande do Norte que tinha como principais atividades econômicas a pesca artesanal e a agropecuária. Portanto, o município não ofertava aos jovens a oportunidade de desenvolver seus estudos e profissionalizar-se para o mercado de trabalho. Dessa forma, sonhando com um futuro melhor para si e para a sua família, em 1961, Emmanuel Bezerra dos Santos, migrou de São Bento do Norte/RN para Natal/RN. Sem condições financeiras para se manter na capital do Estado, passou a residir na Casa do Estudante,<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> A Casa do Estudante é uma instituição de apoio aos estudantes do Estado do Rio Grande do Norte. O prédio está localizado na Praça Coronel Lins Caldas, nº 670, Natal/RN. O imóvel foi construído no ano de 1856, tendo funcionado como Hospital de Caridade de Natal até 1910. Posteriormente, passou a funcionar como a Escola de Aprendizes Artífices até 1914. Logo, após essa data passou a ser o Quartel da Polícia Militar do Rio Grande do Norte até 1953. Em 1935, o Quartel foi alvo de tiros deflagrados pelos membros da Intentona Comunista. Por sua vez, já em 1956 começou a funcionar como a Casa do Estudante que durante a ditadura civil-militar funcionava como a base de resistência do regime autoritário, sendo várias vezes invadida por policiais da Delegacia de Ordem Pública e Social-DOPS. O prédio foi tombado como parte do Patrimônio Arquitetônico em Natal em 1993. No ano de 2019 o Governo do Estado do RN

continuando seus estudos secundários no Colégio Estadual do Atheneu Norteriograndense até o ano de 1966. Abaixo, dispomos a fotografia do jovem Emmanuel, da década de 1960 em Natal/RN.

Figura 9 – Emmanuel Bezerra dos Santos



Fonte: Jornal A Verdade<sup>43</sup>, 2019.

O cientista social José Willington Germano descreve no livro *Emmanuel Vida & Morte* (1992, p. 19), suas lembranças acerca das características físicas do jovem Emmanuel Bezerra dos Santos na década de 1960 como “magro, estatura mediana (mais para baixo do que para alto), cor morena, fronte larga, cabelos crespos, olhos verdes, pele do rosto estragada, sorriso nos lábios, afável com os amigos correligionários, implacável e irônico com os adversários”.

---

rebatizou o prédio com o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos, ex-presidente da Casa do Estudante, que foi assassinado em 1973, durante a ditadura civil-militar. No prédio também passou a funcionar a sede da Secretaria das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Casa do Estudante**. Disponível em: <https://www.antaldasantigas.com.br/blog/casa-do-estudante> Acesso em: 27 out. 2023.

<sup>43</sup>Emmanuel Bezerra dos Santos, exemplo de jovem revolucionário. **Jornal A Verdade**. Disponível em: <https://averdade.org.br/2023/08/emmanuel-bezerra-dos-santos-exemplo-de-jovem-revolucionario/> Acesso em: 16 nov. 2023.

Por sua vez, o jornalista Luciano de Almeida (1992, p. 23) narra que Emmanuel Bezerra dos Santos era uma pessoa afetuosa, simples, desprendida de qualquer privilégio e que tinha uma grande dedicação pela causa a qual lutava. Como podemos notar os autores contemporâneos e ex-colegas de Emmanuel Bezerra dos Santos descrevem as principais características físicas e os valores humanos dele. Deste modo, contribui para termos uma noção da aparência e das atitudes de Emmanuel Bezerra dos Santos.

Os laços de amizade de Emmanuel Bezerra dos Santos com os colegas da Casa do Estudante e do Colégio do Atheneu Norte-Riograndense foram construídos pela convivência diária na dedicação aos estudos. A abnegação a leitura incessante de diferentes livros que contribuíram para o desenvolvimento de sua intelectualidade e que facilitou a forma de expressar-se por meio da oratória. A coragem e a fé em seus objetivos possibilitam ao jovem Emmanuel iniciar sua liderança no movimento estudantil natalense. Logo, foi eleito Presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense. Essa agremiação foi atuante nas manifestações democráticas contra a ditadura civil-militar.

Emmanuel Bezerra dos Santos quando cursava a 3ª série do Curso Ginásial (atualmente 3º ano do Ensino Médio), juntamente com outros colegas, fundou o jornal O Realista, de cunho político-educacional voltado para difundir a cultura popular e denunciar a exploração e a conseqüente miséria disseminada pelo sistema capitalista.

Em 1967, Emmanuel Bezerra dos Santos, criou juntamente com colegas, membros do movimento estudantil, o Jornal do Povo. Esse jornal tinha a finalidade de informar as ações políticas, as mobilizações estudantis e possuía a função de mostrar a miséria social existente no estado e no país. Portanto, o Jornal do Povo possuía correspondentes (estudantes) em vários municípios do estado do Rio Grande do Norte.

Nessa perspectiva, Germano (1992, p. 19) argumenta que a origem humilde de Emmanuel Bezerra dos Santos possibilitou que ele desenvolvesse uma arguta percepção e revolta contra a miséria social, a exploração do trabalho humano e toda e qualquer forma de abuso. Portanto, os jornais eram uma das maneiras de Emmanuel Bezerra dos Santos expressar sua percepção de mundo. Os escritos se constituíam como um meio de comunicação do movimento estudantil e que servia para realizar denúncias das injustiças sociais.

O jornal O Realista foi criado em 1966, logo foi extinto. Já em relação ao Jornal do Povo, segundo a CNV (2014), ele foi criado em 1967. Não encontramos registros de quantas edições foram publicadas em cada jornal. Logo, foram iniciativas que tiveram pouca duração, porém produziram efeitos significativos para os estudantes. Os jornais clandestinos serviram para articular informações entre os integrantes dos movimentos sociais contra a ditadura civil-militar. Desse modo, o ensino de História pode refletir acerca das dificuldades enfrentadas pelos jovens estudantes da década de 1960 para produzir jornais e fazer circular as informações ao público e discutir as facilidades de comunicação da atualidade com o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

Consideramos importante destacar que, durante a realização desse trabalho de pesquisa, estivemos no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense, onde visitamos o memorial da escola denominado de *Projeto Memória Viva*. Na ocasião, pesquisamos nos arquivos do ex-aluno e líder estudantil daquela instituição, Emmanuel Bezerra dos Santos, e não encontramos exemplares dos jornais O Realista e do Jornal do Povo. Contudo, obtivemos informações que durante a ditadura civil-militar a escola foi alvo de investigações e por diversas vezes foram feitas apreensões de livros, jornais, revistas e documentos dela pela Delegacia de Ordem Pública e Social-DOPS. No entanto, encontramos diversos documentos, tais como: histórico escolar, fichas de matrículas e atestados médicos.

A Casa do Estudante e o Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense foram espaços de atuação de Emmanuel Bezerra dos Santos. Desse modo, em 1967, o jovem Emmanuel, alcançou mais um objetivo. Ele foi eleito Presidente da Casa do Estudante. De acordo com Germano (1992, p. 19):

Na época em que Emmanuel Bezerra dos Santos era Presidente da Casa do Estudante, a instituição transformou-se num centro de debate cultural e político. A casa tinha uma biblioteca e estimulava a cultura e discussão entre os seus sócios. A casa era também um centro esportivo e recreativo reconhecido na cidade.

Como podemos perceber Emmanuel Bezerra dos Santos na condição de líder possuía uma inteligência diferenciada, coragem e ousadia. Ele estava preocupado com a formação cultural de todos os integrantes da Casa do Estudante. Todavia, as ações desenvolvidas na Casa do Estudante e no Colégio do Atheneu pelo jovem líder estudantil

incomodavam a ditadura civil-militar. As consequências do destemor não demoram a ocorrer, conforme podemos observar nos relatos de Germano (1992, p. 19) ao afirmar que “por causa de sua atuação política, Emmanuel Bezerra dos Santos, foi preso algumas vezes e a Casa do Estudante foi invadida por forças militares”.

Abaixo imagem da Casa do Estudante do Rio Grande do Norte que em 2019 recebeu o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos *in memoriam*. A homenagem é uma forma de reconhecimento feita pelo Estado do Rio Grande do Norte a Emmanuel Bezerra dos Santos pela sua marcante participação política no movimento estudantil da década de 1960 em Natal/RN.

Figura 10 – Casa do Estudante do Rio Grande do Norte – Emmanuel Bezerra dos Santos – Natal/RN



Fonte: Lenin Campos Soares<sup>44</sup>, 2019.

O movimento estudantil em Natal/RN entre os anos de 1966 até 1968 foi ativo lutando por melhorias educacionais e sociais. Assim, durante a ditadura civil-militar foram frequentes as mobilizações dos estudantes contra o regime de governo instituído

---

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/casa-do-estudante> Acesso em: 27 out. 2023.

no país. A Casa do Estudante era um local de referência para os integrantes do movimento estudantil natalense. Neste espaço ocorriam reuniões onde se discutiam os principais problemas enfrentados pela classe estudantil. Também era um espaço de tomada de decisões e encaminhamento ou deliberações que deveriam ser realizadas pelos militantes do movimento.

Neste sentido, Capistrano (2010, p. 92) afirma que “a Casa do Estudante é transformada em forte trincheira de luta do movimento estudantil (secundaristas e universitários) de Natal”. O autor aponta a Casa do Estudante como o espaço de resistência contra a ditadura civil-militar.

A fotografia abaixo apresenta Emmanuel Bezerra dos Santos participando de um evento estudantil em frente à Casa do Estudante em Natal/RN, instituição da qual era presidente em 1967.

Figura 11 – Emmanuel Bezerra discursa em manifestação estudantil em frente à Casa do Estudante (1967)



Fonte: Livro *Emmanuel Vida & Morte*, 1992.

De acordo com Araújo *et al.* (1995, p 181), o livro *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, Emmanuel Bezerra dos Santos organizou a bancada de estudantes potiguares que participaram do 30º congresso estudantil a ser realizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no Sítio Murundu, distrito de Ibiúna/SP, em 12 de outubro de 1968. O evento clandestino foi interrompido por agentes

do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que na ocasião prendeu aproximadamente 900 pessoas.

O Relatório da CNV (2014) afirma que durante os trabalhos da comissão foram encontrados diversos documentos nos arquivos do DOPS/RN do ano de 1968. Esses documentos apontam vários episódios de atividades políticas de Emmanuel Bezerra dos Santos liderando estudantes secundaristas e universitários, em Natal/RN. Os escritos apresentam Emmanuel Bezerra dos Santos lutando por questões importantes como verbas para o restaurante universitário e vagas nas universidades para estudantes excedentes que haviam sido aprovados no vestibular.

O Relatório Final da Comissão da Verdade da UFRN (2015, p. 242) informa que no âmbito universitário, Emmanuel Bezerra dos Santos tornou-se diretor de planejamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na gestão de 1968 do Presidente Ivaldo Caetano Monteiro. Portanto, observamos que entre os anos de 1967 e 1968 o jovem estudante Emmanuel Bezerra dos Santos se constituiu como um dos principais líderes do movimento estudantil do Rio Grande do Norte.

Abaixo temos uma fotografia disponibilizada pelo jornalista Juliano Homem Siqueira à Comissão da Verdade da UFRN (2015, p. 241). No lado direito da fotografia encontra-se Emmanuel Bezerra dos Santos e à direita dele, o amigo, Juliano Homem Siqueira.

Figura 12 – Estudantes Potiguaras: Emmanuel Bezerra e Juliano Siqueira



Fonte: Relatório da Comissão da Verdade da UFRN, 2015.

O movimento estudantil no Rio Grande do Norte resistiu de diferentes formas contra a ditadura civil-militar que podem ser percebidas nas manifestações pacíficas feitas pelos Grêmios Estudantis de escolas, nas organizações dos Diretórios Centrais Estudantis (DCEs) nas universidades e na participação das pautas da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os principais protestos realizados pelos estudantes pleiteavam por mais vagas nas universidades públicas e defendiam melhores condições de ensino. Os estudantes também se manifestaram contra a privatização do Ensino Superior e defendiam a liberdade democrática.

Após o ano de 1964, o movimento estudantil se organizou e cresceu em todo o país, as mobilizações chegaram ao auge em 1968. A força do movimento estudantil no Brasil influenciava nas decisões políticas adotadas pelo governo militar. A forma de resistência mais rebelde que o movimento estudantil pôde realizar contra a ditadura civil-militar foi a participação de muitos de seus integrantes na luta armada. Portanto, o movimento estudantil era uma ameaça à ditadura civil-militar.

O engrandecimento das mobilizações estudantis foi percebido pelo governo que passou a adotar medidas severas para contê-lo. Assim, entre as providências adotadas encontra-se a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) realizada em 13 de dezembro de 1968. E no ano seguinte, em 26 de fevereiro de 1969, o governo militar editou o Decreto-Lei 477. Essa lei tinha como finalidade proibir qualquer manifestação considerada de caráter subversivo dentro das escolas públicas e privadas. A lei previa para os discentes seu desligamento e proibição de ingresso em outros estabelecimentos de ensino durante três anos e, para professores e funcionários, a mesma pena pelo período de cinco anos. Assim, a lei foi utilizada para perseguir e expulsar das escolas a juventude idealista, fechando todos os canais democráticos de expressão.

Historiadores denominam com a expressão genérica “anos de chumbo” para se referir à violenta repressão da ditadura civil-militar contra o movimento estudantil e outros movimentos sociais opositores da ditadura civil-militar no período entre 1968 e 1974. De acordo com Santos (2009), após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, a repressão se intensificou àqueles que se opunham ao governo. Líderes estudantis e partidários foram perseguidos, muitos foram presos e torturados e alguns até foram mortos. Portanto, foi após as publicações dos Decreto Leis nº 314/1967, do Ato

Institucional nº 5 de 1968 e do Decreto nº 477/1969 que Emmanuel Bezerra dos Santos foi investigado e condenado à prisão por um ano.

Acerca da primeira prisão de Emmanuel Bezerra dos Santos, o Relatório da CNV (2014) concluiu:

Em 9 de maio de 1968, foi intimado a comparecer ao Quartel da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de prestar depoimento sob a acusação de que lhe era impingida: infiltração comunista no movimento estudantil. [...] Foi condenado pela Procuradoria Militar, da Auditoria da 7ª RM a 1 (um) ano de detenção, incurso no artigo 38, inciso IV do Decreto-Lei 314/67.

Consideramos importante destacar que, conforme o Relatório da CNV (2014), a advogada Mércia de Albuquerque Ferreira (1934-2003) requereu ao comandante da Base Naval de Natal, responsável pela custódia de Emmanuel Bezerra dos Santos, que lhe permitisse prestar exames na Faculdade de Sociologia e Política, em Natal/RN, em 16 de abril de 1969. Portanto, de acordo com a CNV (2014), Emmanuel Bezerra dos Santos encontrava-se preso a mais de cem dias. Por sua vez, o Relatório da Comissão da Verdade da UFRN (2015, p. 242), aponta que Emmanuel Bezerra dos Santos foi preso e condenado no chamado “Inquérito do Restaurante Universitário”, sendo preso na Base Naval de Natal e em Distritos Policiais durante o interregno de dezembro de 1968 a outubro de 1969. Assim, é importante dizer que foi na prisão da Base Naval de Natal/RN que Emmanuel Bezerra dos Santos escreveu o seu mais conhecido poema *As gerações futuras*.

Após sair da prisão da Base Naval de Natal/RN em 1969, Emmanuel Bezerra dos Santos recebeu um convite do dirigente do PCR, Manoel Lisboa de Moura (1944-1973), para participar do PCR. Emmanuel Bezerra dos Santos aceitou o convite e passou a dirigir o comitê universitário do partido, como podemos constatar na citação a seguir:

Ao sair da prisão, Emmanuel Bezerra dos Santos, aproximou-se do PCR, e dirigiu o comitê universitário da organização, entrou para a clandestinidade em Pernambuco e Alagoas e passou a dedicar-se à luta pela revolução. Sua dedicação levou-o a integrar o Comitê Central do Partido na condição de dirigente. Usava o codinome Flavio (Canuto, 2016, p. 90).

Emmanuel Bezerra dos Santos sabia o risco de vida que corria. Mesmo assim, entrou para a clandestinidade atuando como um membro dirigente do PCR e utilizando o codinome Flávio.

Vale destacar que o PCR foi fundado em maio de 1966, no período da ditadura civil-militar, em Recife/PE. O PCR foi resultado de uma cisão do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que reunia ex-ativistas das Ligas Camponesas e militantes do movimento estudantil. Portanto, o PCdoB deu origem ao PCR. Os integrantes do PCR defendiam a luta armada contra o regime de governo instituído no país. A luta armada era vista como uma das estratégias de resistência a ser realizada pelos grupos de esquerda e que deveria ter início no meio rural da região Nordeste do Brasil.

Assim, para os militantes do PCR, a população da região Nordeste do Brasil era a mais explorada pelo capitalismo, fato que justificava o subdesenvolvimento dessa região. Desse modo, o PCR entendia que a revolução política deveria ocorrer por meio da aliança entre os membros do movimento estudantil que eram encarregados de propagar a ideologia do proletariado com as classes camponesas e operárias, conduzindo à luta armada.

Todavia, não havia uma concordância geral acerca da luta armada. Assim, era comum divergências dentro dos grupos que defendiam o combate. O término da ditadura civil-militar e o restabelecimento do estado democrático de direito era o único entendimento comum pretendido pelos diversos grupos que faziam resistência à forma de governo instituída no país. Não cabe a nós fazermos um julgamento das ações dos grupos de resistência à ditadura civil-militar. Logo, buscamos compreender de maneira geral o que esses grupos faziam e os motivos pelos quais lutavam.

A partir de 1970, Emmanuel Bezerra dos Santos foi encarregado de dirigir o PCR no estado de Alagoas. Em agosto de 1973 foi enviado ao Chile e à Argentina cumprindo missão do PCR. De acordo com o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014), Emmanuel Bezerra dos Santos, foi ao encontro de Ricardo Zarattini Filho (1935-

2017)<sup>45</sup>, brasileiro, líder do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)<sup>46</sup> no estado de Pernambuco que encontrava-se no exílio no Chile, e na pauta desse compromisso estava a discussão sobre a situação do PCR, sua linha política e uma possível atuação com a dissidência da Aliança Libertadora Nacional (ALN)<sup>47</sup>, a Tendência Leninista (TL) ou mesmo uma atuação maior no exterior, solução para o problema de finanças e, sobretudo, orientação política.

Acerca da segunda prisão de Emmanuel Bezerra dos Santos, Canuto (2016, p. 90) argumenta que Emmanuel foi preso possivelmente na fronteira, pela polícia internacional a pedido da polícia brasileira. Veio preso para o Brasil onde foi torturado no QG do IV Exército. Acerca desse fato o Relatório da CNV (2014) conclui que Emmanuel foi preso quando voltava do Chile, provavelmente pela Operação Condor e entregue ao DOI-CODI de São Paulo/SP. Os dois trabalhos utilizados nesta pesquisa – Canuto (2016) e o Relatório da CNV (2014) –, não apresentam certeza ou precisão no local da segunda prisão de Emmanuel Bezerra dos Santos. Todavia, concordam que a prisão foi realizada quando Emmanuel Bezerra dos Santos voltava do exterior para o Brasil.

A CNV (2014) concluiu que a morte de Emmanuel Bezerra dos Santos ocorreu no dia 04 de setembro de 1973. Acerca desse fato, a CNV (2014, p. 1293) fez a seguinte descrição: “Emmanuel foi morto sob torturas no DOI-CODI de São Paulo, depois de ter sido mutilado (arrancaram-lhe os dedos, o umbigo, os testículos e o pênis)”. O corpo de

---

<sup>45</sup> Foi engenheiro e ex-deputado federal, em 1968, integrava o Partido Comunista Revolucionário (PCBR). Foi preso em Pernambuco três dias antes da decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Em 1969, conseguiu fugir, e depois se dirigiu a São Paulo, onde foi preso pela Operação Bandeirante (OBAN), sofreu torturas por 14 dias seguidos. Sua libertação ocorreu no mesmo ano, junto com outros 14 companheiros, em troca do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick (1908-1983). Depois, Zarattini seguiu para o México, em seguida para Cuba e Chile. Em 1974, voltou ao Brasil clandestinamente e, em maio de 1978, foi novamente preso e torturado. No ano seguinte, foi libertado em decorrência da anistia. Na década de 1980, participou das lutas pelos direitos dos trabalhadores e atuou na Assembleia Nacional Constituinte como assessor. Militante do Partido dos Trabalhadores (PT), candidatou-se à Câmara dos Deputados em 2002, mas somente em 2004 passou a exercer o mandato de deputado federal. Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografia-da-resistencia/ricardo-zarantini/> Acesso em: 27 out. 2023.

<sup>46</sup> O PCBR foi formalmente criado em abril de 1968 no Rio de Janeiro/RJ defendia a luta armada por meio da guerrilha rural e urbana para a derrubada da ditadura civil-militar. O partido teve atuações em diversos estados brasileiros, inclusive no Rio Grande do Norte.

<sup>47</sup> Carlos Marighella (1911-1969) foi membro do comitê gestor do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PCB não defendia a luta armada como forma de combater a ditadura civil-militar. Esse foi um dos motivos que contribuiu para que Carlos Marighella realizasse a desfiliação do PCB e criasse a Aliança Libertadora Nacional (ALN) em 1967 com o objetivo pregar a guerra de guerrilha urbana como estratégia revolucionária.

Emmanuel Bezerra dos Santos foi enterrado no Cemitério de Campo Grande/SP, juntamente com o corpo de Manoel Lisboa de Moura, em uma mesma cova, como indigente. Após esse acontecimento, Emmanuel Bezerra dos Santos, foi noticiado como desaparecido, como alguém cuja prisão ou morte não é reconhecida pelo Estado.

Os jornais da época divulgaram que “Emmanuel Bezerra dos Santos havia sido morto juntamente com Manoel Lisboa de Moura em um confronto/tiroteio pelas forças de segurança da ditadura civil-militar na cidade de São Paulo/SP”. Todavia, o Relatório da CNV (2014) ratifica que a informação divulgada pelos jornais era falsa.

Na pequena comunidade de pescadores, Caiçara, distrito de São Bento do Norte, os familiares do jovem comunista acreditavam que ele poderia estar vivo e aguardavam seu retorno à sua terra natal. Como podemos notar no poema escrito pela Sra. Joana Elias Bezerra (mãe de Emmanuel Bezerra dos Santos) e entregue à advogada Dra. Mércia Albuquerque Ferreira<sup>48</sup>, nos primeiros anos da década de 1970.

---

<sup>48</sup> A Peça Teatral *Lady Tempestade*, monólogo com Andréa Beltrão, dirigido por Yara de Novaes, foi lançada no Rio de Janeiro em 2024. A atriz mergulha no diário da advogada pernambucana, Mércia Albuquerque Ferreira, que se dedicou a salvar presos políticos durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A relação de Mércia Albuquerque com mães, pais e filhos de desaparecidos políticos foi o recorte escolhido para a peça. Numa jornada de reflexão e encontro com histórias escondidas da nossa própria história, a dramaturgia explora o espaço de invenção entre o documento e a ficção e a colisão entre o passado e o presente para pensar o futuro. As apresentações ocorreram no Teatro Poeira - Rua São João Batista, 104, Botafogo. A primeira temporada ocorreu de 04 de janeiro a 04 de fevereiro de 2024. **Lady Tempestade** – Teatro Poeira. Disponível em: <https://www.teatropoeira.com.br/ledytempestade> Acesso: 22 mar. 2024.

**POESIA DE UMA MÃE AFLITA<sup>49</sup>**

Meu filho, eu me encontro a ti procurar  
Com a notícia que estás na prisão.  
O coração de mãe quase não resiste  
Em saber que sofres nesta solidão.  
Só a lembrança de Cristo no Calvário  
É que me faz não desfalecer.  
Que ele tenha compaixão de ti,  
Que no sofrimento não venhas perecer.  
O coração de mãe continua aflito  
Só em pensar nos teus sofrimentos,  
Relembrando um filho como tu és,  
Viver sofrendo tamanho tormentos.  
Confiando em Deus que não desampara  
Todos aqueles que amam seus irmãos,  
Pois cumprindo o seu dever de humanidade  
Jesus há de ter de ti compaixão.

*(Joana Elias Bezerra, Natal/RN, década de 1970).*

---

<sup>49</sup> O poema está publicado no sítio da DHnet – faz parte do discurso da advogada Mércia Albuquerque Ferreira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. No texto, Mércia Albuquerque afirma que o poema foi escrito por D. Joana Elias Bezerra, mãe de Emmanuel Bezerra dos Santos, e entregue a ela (Mércia Albuquerque Ferreira) em um encontro que tiveram. Na ocasião (início da década de 1970) Emmanuel Bezerra dos Santos estava sendo considerado pela família como desaparecido político e D. Joana Elias tinha expectativa de reencontrar seu filho. Por isso, buscava ajuda. No ano de 2002, Mércia Albuquerque Ferreira, advogada de Emmanuel Bezerra dos Santos, recebeu o título de Cidadania Norte-Riograndense na Assembleia Legislativa do RN, foi homenageada pela Câmara Municipal de Natal/RN e recebeu o prêmio de Direitos Humanos (Emmanuel Bezerra dos Santos) do Rio Grande do Norte. Mércia Albuquerque foi advogada de dezenas de presos políticos do RN durante a ditadura civil-militar. Disponível em: [http://dhnet.org.br/memoria/mercia/trajetoria/1cidada\\_rn1.html](http://dhnet.org.br/memoria/mercia/trajetoria/1cidada_rn1.html) Acesso em: 18 nov. 2023.

O sentimento de fé cristã da Sra. Joana Elias Bezerra (1912-1982) por seu filho representa o sentimento de centenas de outras mães que também tiveram seus filhos envolvidos nos movimentos sociais, nas organizações partidárias clandestinas e nos grupos de guerrilhas. Jovens que sonhavam com liberdade, lutavam por democracia e queriam uma sociedade mais justa e melhor. Todavia, tiveram seus direitos humanos violados pela ditadura civil-militar instituída no país.

Em 1993, a pequena Caiçara do Norte foi emancipada e homenageou em memória, a ex-vereadora de São Bento do Norte/RN, a Sra. Joana Elias Bezerra. Nomeando o prédio da Câmara Municipal de Palácio Vereadora Joana Elias Bezerra.

Figura 13 – Câmara Municipal de Caiçara do Norte/RN



Fonte: O autor, 2023.

Após a redemocratização do país, em 1992, Luíza Erundina de Sousa, prefeita da cidade de São Paulo/SP no período de 1989 até 1992 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou uma equipe que envolveu pesquisadores de universidades, comissão de direitos humanos e entidades civis representando familiares de ex-presos políticos, mortos e desaparecidos políticos do período da ditadura civil-militar de vários estados do Brasil. A articulação tinha como principal objetivo auxiliar no esclarecimento de crimes políticos praticados pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar.

Foi neste contexto que os restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos foram exumados pelo Departamento de Medicina Legal da Universidade de Campinas (Unicamp) em São Paulo/SP. O Relatório da CNV (2014) informa que no dia 12 de julho de 1992, em São Paulo/SP, Dom Evaristo Arns, rezou missa na presença de seus restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos e de restos mortais de outros militantes, que também foram exumados.

No dia seguinte, 13 de julho de 1992 ocorreu o traslado da urna funerária contendo a ossada de Emmanuel Bezerra dos Santos, de São Paulo/SP para Natal/RN, acompanhada por membros da comissão de direitos humanos. Ao chegar em Parnamirim/RN, em uma clara manhã de segunda-feira, os restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos foram recebidos por familiares, integrantes do movimento estudantil potiguar, militantes políticos de esquerda e ativistas dos direitos humanos do Rio Grande do Norte. Os envolvidos realizaram um cortejo fúnebre que teve como trajeto a saída do Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim/RN, com parada no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense e na Casa do Estudante.

Ativistas dos direitos humanos do Rio Grande do Norte coordenaram as homenagens a Emmanuel Bezerra dos Santos. A vigília ocorreu no auditório da Casa do Estudante. Muitos discursos e apresentações foram feitas exaltando a memória do jovem Emmanuel Bezerra dos Santos. O reencontro do líder estudantil com o Atheneu e com a Casa do Estudante, locais que foram palcos de muitas lutas e com pessoas que conviveram com ele na década de 1960, foi marcado pela emoção.

Figura 14 – Retorno de Emmanuel Bezerra dos Santos à Casa do Estudante (1992)



Fonte: *Print* do Vídeo Emmanuel Bezerra vive! Produção da TV Memória Popular/Hermano Figueiredo, 1992.

Finalmente, no dia 14 de julho de 1992 os restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos chegam à Caiçara do Norte/RN, sua terra natal. O povo sai às ruas para receber, saudar e acolher o filho ilustre que saiu de sua terra vivo, no rumo da utopia, e que demoraria a voltar. O reconhecimento e o respeito à memória do ousado aluno da democracia foram observados através de atos simples, porém simbólicos. Por meio das expressões faciais e nos olhares das pessoas, do aceno com lenços brancos, pelo porte de cartazes, manuseio de bandeiras com a imagem de Emmanuel Bezerra dos Santos, acompanhamento ao cortejo fúnebre, discursos eloquentes e, posterior sepultamento sob forte comoção social, na cidade onde nasceu, São Bento do Norte/RN.

Figura 15 – Retorno de Emmanuel Bezerra dos Santos a Caiçara do Norte/RN



Fonte: *Print* do Vídeo Emmanuel Bezerra vive! Produção da TV Memória Popular/Hermano Figueiredo, 1992.

No centro da imagem observamos a urna funerária coberta com a bandeira do Brasil sendo transportada em cima de um veículo branco (Volkswagen/Kombi) do Sindicato dos Garis/RN, acompanhada por centenas de pessoas na principal rua de Caiçara distrito de São Bento do Norte/RN. Isto posto, a volta dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos foi resultado de muito trabalho dos ativistas dos direitos humanos no âmbito local e nacional.

Portanto, a vida de Emmanuel Bezerra dos Santos estava ligada às questões sociais, políticas e culturais de seu tempo. Sua trajetória se constituiu como estudante e militante do movimento estudantil, poeta, ativista político do PCB e PCR, preso político, desaparecido político e vítima da ditadura civil-militar brasileira. Atualmente o nome do líder estudantil comunista, Emmanuel Bezerra dos Santos, é lembrado (*in memoriam*) em muitas instituições públicas, ruas, praças públicas, prêmios de mérito, comendas/honorarias e pelos movimentos sociais no Brasil.

Logo, observamos que a memória instituída sobre Emmanuel Bezerra dos Santos passou a se consolidar na sociedade potiguar a partir da redemocratização do Brasil. Sobretudo, posteriormente ao ano de 1992, após o traslado dos restos mortais dele de São Paulo/SP para Natal/RN, depois para Caiçara do Norte/RN e São Bento do Norte/RN, onde foi sepultado os despojos mortais.

Esse fato teve ampla divulgação pelas mídias (tv, rádio, jornais, internet), proporcionando o conhecimento da história de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos à população. Portanto, este acontecimento foi marcante para a memória dos familiares, amigos, integrantes dos movimentos sociais, ativistas dos direitos humanos e da imprensa norte-rio-grandense que acompanhavam os desdobramentos do caso Emmanuel Bezerra dos Santos. Antes do ano de 1990, havia poucas informações acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos. As pessoas que conheciam a história de vida do líder comunista tinham medo de falar sobre o assunto.

Constatamos através deste trabalho de pesquisa que, nas últimas três décadas, houve uma crescente mobilização dos partidos políticos, movimentos sociais e estudantis, Estado do RN, município de Natal/RN, e Comissão de Direitos Humanos do RN em reconhecer e enaltecer a memória de Emmanuel Bezerra dos Santos que se formou na defesa e na luta pela democracia e cidadania no Brasil. Logo, a institucionalização do nome de Emmanuel Bezerra dos Santos, ocorreu porque já havia uma memória compartilhada na sociedade. Desse modo, por força dos movimentos sociais, ela se institucionalizou.

Constatamos também que a memória institucionalizada de Emmanuel Bezerra dos Santos, na cidade de Caiçara do Norte/RN, se constituiu a partir da ampla publicidade da história de vida dele no início da década de 1990 no município. Esse acontecimento proporcionou conhecimento de sua trajetória de existência e sensibilizou as pessoas,

sobretudo, familiares, amigos, partidos políticos e a sociedade civil organizada (sindicatos de trabalhadores rurais, associações, colônia de pescadores, igrejas, escolas) do município que se identificavam com seus ideais. Influenciando dessa forma, no processo de institucionalização do nome de Emmanuel Bezerra dos Santos nas repartições públicas municipais através de leis.

Assim, através do trabalho de pesquisa, catalogamos os nomes de instituições, ruas, praças, prêmios, comendas/honrarias que receberam o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos, em memória, após os anos 1990. Vejamos no quadro abaixo:

Quadro 2 – Memórias Institucionalizadas de Emmanuel Bezerra dos Santos

<b>Cidade</b>	<b>Instituições/ Praças/Ruas/prêmios/Honrarias</b>	<b>Local/Bairro/Data</b>
Caiçara do Norte/RN	Escola Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos	Rocas
Caiçara do Norte/RN	Biblioteca Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos	Centro
Caiçara do Norte/RN	Projeto Local de Memória (placa) – Emmanuel Bezerra dos Santos	Praça das Rocas
Caiçara do Norte/RN	Feriado Municipal – em memória a Emmanuel Bezerra dos Santos	14 de julho
Caiçara do Norte/RN	Data Comemorativa Municipal – Aniversário de Emmanuel Bezerra dos Santos	17 de junho
Natal/RN	Escola Municipal Estudante Emmanuel Bezerra dos Santos	Planalto
Natal/RN	Casa do Estudante Emmanuel Bezerra dos Santos	Cidade Alta
Natal/RN	Diretório Central dos Estudantes – Emmanuel Bezerra dos Santos	Cidade Nova
Natal/RN	Conjunto Habitacional Emmanuel Bezerra dos Santos	Planalto
Natal/RN	Praça do Estudante Emmanuel Bezerra dos Santos	Cidade Alta
Natal/RN	Rua Emmanuel Bezerra dos Santos	Pitimbu
Natal/RN	Prêmio Estadual de Direitos Humanos – Emmanuel Bezerra dos Santos	CDHMP
Natal/RN	Comenda de Mérito – Emmanuel Bezerra dos Santos	Câmara Municipal
Natal/RN	Projeto Local de Memória (placa) – Emmanuel Bezerra dos Santos	Colégio do Atheneu
Recife/PE	Rua Emmanuel Bezerra dos Santos	Macaxeira

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A memória de Emmanuel Bezerra dos Santos foi construída por grupos sociais que têm lutado para torná-la viva. Logo, percebemos que esses grupos vêm procurando reafirmar o compromisso com a democracia e contra a possibilidade do retorno de outro regime político autoritário. Portanto, são objetivos bem situados politicamente em função de determinados interesses local, estadual e nacional. Assim, a memória de Emmanuel

Bezerra dos Santos tem ganhado notoriedade no seio da sociedade civil organizada (escritores, associações, partidos políticos, movimentos sociais, comissões de direitos humanos através do Projeto RN: Nunca Mais – Memorial Online Potiguar da DHnet e Comissão Nacional da Verdade).

Podemos ressaltar que Emmanuel Bezerra dos Santos, teve seus poemas publicados (*in memoriam*) no livro *As Gerações Futuras*<sup>50</sup> organizado pela equipe Ponto de Cultura Tecido Cultural com apoio do CENARTE/CDHMP, em 2010. Esse livro possui 17 poemas com atribuição de autoria a Emmanuel Bezerra dos Santos. Outra obra que aborda a biografia de Emmanuel Bezerra dos Santos é o livro *Emmanuel vida & morte*, foi uma produção da Cooperativa de Jornalistas de Natal – COOJORNAT. O livro é constituído de textos produzidos por vários autores que conheceram e conviveram com Emmanuel Bezerra dos Santos. Nele, relatam suas memórias sobre Emmanuel Bezerra dos Santos, enquanto estudante e ativista político. Assim como, o contexto de ditadura civil-militar vivido por todos. Além de dialogar sobre as memórias da morte e pós-morte de Emmanuel Bezerra dos Santos.

A biografia de Emmanuel Bezerra dos Santos está presente no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014). Além disso, encontra-se disponível no YouTube um vídeo com o título: *Emmanuel Bezerra vive!*, produzido pela TV Memória Popular/Hermano Figueiredo. Onde é narrado o poema “As Gerações Futuras”, de autoria de Emmanuel Bezerra dos Santos, e apresenta a biografia dele. Mostra entrevistas, discursos de ativistas dos direitos humanos, o traslado dos restos mortais e o sepultamento de Emmanuel Bezerra dos Santos em São Bento do Norte/RN<sup>51</sup>.

### 3.2.1 Memórias Institucionalizadas de Emmanuel Bezerra dos Santos

Diante da grande quantidade de memórias materializadas que foram construídas acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos, optamos em selecionar e trabalhar com as memórias coletivas institucionalizadas na cidade de Caiçara do Norte/RN, pois é neste município que desenvolvemos nossas atividades profissionais enquanto professor do

---

<sup>50</sup> Livro *Às Gerações Futuras*. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/dados/poesias/livro.pdf> Acesso em: 25 dez. 2023.

<sup>51</sup> Emmanuel Bezerra vive! **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tbT0QTcr7cw> Acesso em: 22 set. 2023.

Ensino de História. As memórias coletivas acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos, no município de Caiçara do Norte, estão presentes nas seguintes repartições públicas: 01 (uma) escola municipal que recebeu o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos; 01 (um) prédio ligado à Secretaria de Educação do município, intitulado de Biblioteca Emmanuel Bezerra dos Santos; 01 (uma) data comemorativa de aniversário (17 de junho); 01 (um) feriado municipal (14 de julho)<sup>52</sup> em memória de Emmanuel Bezerra dos Santos e 01 (uma) placa do Projeto Lugar de Memória, cravada na praça pública do bairro Rocas.

A imagem abaixo corresponde ao prédio da Escola Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos, localizado no município de Caiçara do Norte/RN.

Figura 16 – Escola Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos



Fonte: Autor, 2023.

Essa instituição de ensino público era denominada de Djalma Marinho. Após a emancipação política de Caiçara do Norte, em 1993, a instituição foi renomeada de Escola Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos. Logo, consideramos importante destacar que Djalma Marinho (1908-1981) era norte-rio-grandense. Ele foi advogado, professor e influente político brasileiro. Exerceu os cargos de deputado estadual por 02 (duas) vezes e de deputado federal por 07 (sete) mandatos pelo Rio Grande do Norte. Durante a

---

<sup>52</sup> Cf. Anexo A.

ditadura civil-militar era filiado ao partido político Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Por sua vez, Emmanuel Bezerra dos Santos, não exerceu cargos políticos. A memória dele passou a ser reconhecida pela sociedade civil organizada, após a redemocratização do país. Sobretudo, depois do traslado dos restos mortais dele de São Paulo/SP para Caiçara do Norte/RN e São Bento do Norte/RN em 1992. Portanto, houve a substituição do nome da escola para Emmanuel Bezerra dos Santos. Que diferentemente de Djalma Marinho, Emmanuel Bezerra era caiçarense-do-norte e passou a ser ilustre pós-morte. Assim, a substituição do nome da escola simboliza a força da sociedade civil organizada num período político democrático. Logo, os grupos sociais passaram a defender a institucionalização de memórias de pessoas que morreram durante a ditadura civil-militar lutando por democracia.

Portanto, após a redemocratização do país, Emmanuel Bezerra dos Santos, ganha *status* de herói memorável entre os grupos sociais (ativistas dos direitos humanos, partidos de esquerda do RN, movimento estudantil e movimentos sociais de modo geral). Esse fato ocorre por meio de disputas de memórias dentro da sociedade. Os grupos sociais buscam selecionar e preservar as memórias que lhes são significativas. Dessa forma, identificar as disputas de memórias existentes na sociedade, e dialogar com os discentes no ensino de História sobre o tema, proporciona o conhecimento da identidade dos grupos sociais existentes no lugar em que vivem.

Desse modo, no ensino da história do tempo presente, o historiador/professor tem a importante função de valorizar os saberes (memórias/histórias) que estão presentes na comunidade. O historiador/professor pode desempenhar um importante papel estimulando e orientando os/as alunos/alunas no contato com esses fragmentos da memória. Deve levar em consideração as realidades culturais desses discentes, procurando identificar a qual grupo social eles pertencem e quais memórias os grupos possuem do espaço urbano que os indivíduos vivem.

Abaixo observamos a imagem da Biblioteca Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos, localizada na cidade de Caiçara do Norte/RN. No prédio (à direita) da fotografia funciona a Secretaria Municipal de Educação. No prédio (à esquerda) temos a Biblioteca Emmanuel Bezerra dos Santos que funciona também como local de realização de eventos, reuniões e palestras no âmbito da educação.

Figura 17 – Biblioteca Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos



Fonte: O autor, 2023.

De acordo com Macêdo (2017), estudar a História das cidades é uma maneira de nos apropriarmos delas não só pelo conhecimento de sua experiência urbana, mas também pela maneira de ensinar a sua História. Desse modo, é possível entrelaçar as memórias locais com as memórias historiográficas regional e nacional para que se obtenha um aprendizado histórico significativo. Para Macedo (2017), a história da cidade não basta por si só para explicá-la. É necessário recorrer a outros contextos e relações. Afinal, as explicações históricas são relacionais, sempre dependem do entendimento que teremos do entrelaçar que ocorre entre várias escalas, entre a região e o país, entre o país e o mundo e o indivíduo.

Logo, a memória que está institucionalizada no município de Caiçara do Norte/RN sobre Emmanuel Bezerra dos Santos, possui uma ligação direta com as memórias traumáticas herdadas da ditadura civil-militar que está ligada aos grupos regionais e nacional. Desse modo, é importante que os alunos/alunas conheçam essa relação para que adquiram o conhecimento histórico.

### 3.2.2 Projeto Lugar de Memória: Emmanuel Bezerra dos Santos

O Projeto Lugar de Memória foi criado e desenvolvido no ano de 2023 pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular – CDHMP do Rio Grande do Norte. A iniciativa teve como objetivo homenagear pessoas que contribuíram com conhecimentos culturais e políticos para a sociedade em que vivem ou viveram. Os ativistas de Direitos Humanos selecionaram personalidades de bairros ou de cidades e elaboraram placas com os nomes dos agraciados destacando suas habilidades e talentos. A ação consiste numa forma de reconhecimento pela função desempenhada pelo(a) homenageado(a) na sociedade.

Foi nesse contexto de homenagens que ativistas dos Direitos Humanos, integrantes de movimentos sociais e partidos políticos realizaram uma série de eventos, no Rio Grande do Norte, para rememorar os 50 anos da morte de Emmanuel Bezerra dos Santos. O falecimento do jovem Emmanuel Bezerra ocorreu no dia 04 de setembro de 1973, durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Os militantes realizaram uma programação especial para lembrar a trajetória de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos. Desse modo, foi cravada em Caiçara do Norte/RN e em Natal/RN, placas do Projeto Lugar de Memória em homenagem a Emmanuel Bezerra dos Santos. Os eventos tiveram ampla divulgação nas mídias sociais (grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram, YouTube, blogs) com repercussão em todo o estado do Rio Grande do Norte.

A programação teve início no dia 02 de setembro de 2023 com depoimentos/testemunhos de pessoas que foram responsáveis pelo traslado dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos de São Paulo/SP para Natal/RN e posteriormente, Caiçara do Norte/RN e São Bento do Norte/RN. O evento foi realizado no YouTube, através de *live*, no Canal denominado de *Pós TV DHnet Direitos Humanos*<sup>53</sup>.

No dia 03 de setembro de 2023, o Canal *Pós TV DHnet Direitos Humanos* fez a segunda *live* da programação que teve a participação de Maria Amélia de Almeida Teles, ativista dos direitos humanos, integrante da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, fez parte do governo da ex-Prefeita Luiza Erundina de Sousa, da cidade de São Paulo/SP. Ela participou ativamente do processo do traslado dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos e rememorou o acontecimento descrevendo os detalhes. Assim, narra como ocorreu o reconhecimento da ossada, o traslado e a entrega

---

<sup>53</sup> Pós TV Dhnet Direitos Humanos. **Site oficial**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@TVDHnetDireitosHumanos> Acesso em: 22 jan. 2024.

para a família, os amigos, ativistas dos Direitos Humanos e para os movimentos sociais do Rio Grande do Norte.

Figura 18 – Amelinha Teles rememora o translado dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos ocorrido em 1992



Fonte: Pós TV DHnet Direitos Humanos, 2023.

No dia 04 de setembro de 2023 foi realizada uma Sessão Solene na Câmara Municipal de Caiçara do Norte/RN<sup>54</sup>. Que contou com a presença de Manoel de Lima Duarte (Manu), ex-colega e amigo de Emmanuel Bezerra dos Santos na década de 1960 em Natal/RN, autoridades políticas da cidade (prefeito, vice-prefeito, vereadores/as), ativista dos direitos humanos do RN, representantes do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense, integrantes do PCR, sindicalistas, professores(as) e alunos(as) das escolas do município de Caiçara do Norte e familiares de Emmanuel Bezerra dos Santos.

As imagens abaixo apresentam as autoridades e a população em geral que promoveram e participaram do evento em memória a Emmanuel Bezerra dos Santos.

Figura 19 – Sessão Solene de rememoração dos 50 anos de morte de Emmanuel Bezerra dos Santos – Câmara Municipal de Caiçara do Norte/RN

<sup>54</sup> Cf. Anexo B.



Fonte: Pós TV DHnet Direitos Humanos, 2023.

Após a sessão houve a exibição de um documentário sobre a vida de Emmanuel Bezerra dos Santos em praça pública, no bairro das Rocas. Na sequência foi feito o cravamento de uma placa do Projeto Lugar de Memória. A placa possui a seguinte frase: *Nesta cidade nasceu o jovem poeta e militante potiguar assassinado aos 26 anos no período da ditadura militar no Brasil.* A placa foi cravada na praça pública do bairro das Rocas, em frente à Escola Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos.

Figura 20 – Cravamento de placa do Projeto Lugar de Memória



Fonte: Pós TV DHnet Direitos Humanos, 2023.

Na figura acima, visualizamos as autoridades (prefeito, vice-prefeito, vereadores de Caiçara do Norte e ativistas dos direitos humanos do RN) presente no ato de descerramento da placa do Projeto Lugar de Memória. Ao lado, temos a placa contendo a descrição memorialística.

Na tarde do dia 06 de setembro de 2023, ativistas dos direitos humanos do Rio Grande do Norte continuaram a programação de rememoração dos 50 anos da morte de Emmanuel Bezerra dos Santos, ocorrida em 04 de setembro de 1973, durante a ditadura civil-militar. Os ativistas realizaram um evento no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense. Na ocasião foi feito o lançamento do *botton* de Emmanuel Bezerra dos Santos. Assim como foi realizada a colocação de uma imagem com moldura de Emmanuel Bezerra dos Santos na sala do memorial denominado de *Projeto Memória Viva*.

O Memorial do Atheneu possui um grande acervo de documentos, livros, imagens e objetos. O *Projeto Memória Viva* desenvolve parcerias com professores(as) e membros da comunidade escolar e subsidia pesquisadores/historiadores, discentes e docentes com materiais/fontes históricas para pesquisas/estudos. Abaixo temos imagens do evento que foi realizado em dois espaços, a saber: na sala do memorial e no corredor da entrada principal do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense.

Figura 21 – Homenagem à Emmanuel Bezerra dos Santos no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense em 06/09/2023



Fonte: Pós TV DHnet Direitos Humanos, 2023.

Na oportunidade os ativistas colocaram uma placa do *Projeto Lugar de Memória* em homenagem ao ex-aluno do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense, Emmanuel Bezerra dos Santos. A placa está localizada na entrada principal da escola e possui a seguinte frase/epitáfio: *Aqui estudou o jovem poeta e militante potiguar assassinado aos 26 anos no período da Ditadura Militar no Brasil*. A imagem abaixo apresenta a placa que foi cravada no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense.

Figura 22 – Placa Lugar de Memória – Emmanuel Bezerra dos Santos – Colégio do Atheneu Norte-Riograndense em 06/09/2023



Fonte: Autor, 2023.

Emmanuel Bezerra dos Santos iniciou a militância no movimento estudantil no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense na década de 1960. Assim, é considerado o maior símbolo do movimento estudantil da instituição e do Rio Grande do Norte. Essas ações têm a finalidade de integrar as memórias de Emmanuel Bezerra dos Santos com as memórias do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense que se constituiu em espaço de resistência do movimento estudantil na luta pela democracia durante a ditadura civil-militar.

Participaram do evento alunos(as) e professores(as) do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense, Manoel de Lima Duarte “Manu”, um dos fundadores do DCE, membros do Diretório Central dos Estudantes – DCE de Natal/RN, União dos Estudantes Secundaristas Potiguares (UESP), militantes do Movimento de Luta nos

Bairros, Vilas e Favelas (MLB), integrantes de partidos políticos, sindicalistas, familiares de Emmanuel Bezerra dos Santos, amigos que conviveram com Emmanuel Bezerra dos Santos e militantes do PCR.

Em continuidade aos eventos comemorativos<sup>55</sup>, similarmente, no dia 15 de setembro de 2023 foi realizado no Museu da Rampa<sup>56</sup> em Natal/RN, uma homenagem em memória a Emmanuel Bezerra dos Santos. O evento aberto ao público teve a participação de Edival Nunes Cajá (membro do comitê central do PCR), União de Estudantes Secundaristas Potiguares (UESP), Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e da União Juventude Rebelião (UJR). Os grupos relembrou a dedicação de Emmanuel Bezerra dos Santos, junto ao movimento estudantil, lutando por democracia durante o regime autoritário. Assim como, reafirmaram seus compromissos na continuidade da luta pelo direito à memória, à verdade e à justiça das vítimas da ditadura civil-militar brasileira.

Os movimentos realizados pelos ativistas dos direitos humanos no Rio Grande do Norte tiveram a finalidade de comemorar e refletir a trajetória de luta de pessoas engajadas nos movimentos sociais durante a ditadura civil-militar. Nesse sentido, lembrar os fatos simbólicos e contá-los para as novas gerações valoriza a memória de pessoas que perderam suas vidas por uma causa, por uma ideologia, como Emmanuel Bezerra dos Santos.

Logo, o Projeto Lugar de Memória emerge como uma série de celebrações importantes para o fortalecimento da democracia. A proposta procura preservar a história de protagonistas que defendiam a sociedade democrática em um período político autoritário. Desse modo, o jovem Emmanuel Bezerra dos Santos é considerado por ativistas dos direitos humanos e pelos movimentos sociais como um símbolo da resistência contra a ditadura civil-militar. O projeto defende a preservação da memória, a

---

<sup>55</sup> Herói revolucionário Emmanuel Bezerra é homenageado em evento em Natal. Disponível em: <https://averdade.org.br/2023/09/heroi-revolucionario-emmanuel-bezerra-e-homenageado-em-evento-em-natal/> Acesso em: 25 mar.2024.

<sup>56</sup> O Museu da Rampa está localizado às margens do Rio Potengi no Bairro de Santos Reis, Natal/RN. Inaugurado no dia 28 de janeiro de 2023, o espaço foi aberto para contar, através de três exposições, a importância histórica de Natal no início da aviação e da participação da cidade na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A cidade possuiu a maior base aérea militar norte-americana fora dos Estados Unidos. Conheça o Complexo Cultural da Rampa. Disponível em: <https://agorarn.com.br/ultimas/conheca-o-complexo-cultural-da-ramapa/> Acesso em: 25 jan. 2024.

valorização do sistema político democrático e visa contribuir para compreensão e reflexão sobre os fatos ocorridos na ditadura civil-militar.

### 3.2.3 Peça teatral: Às gerações futuras

A Escola Estadual Godofredo Cacho desenvolveu diversas atividades pedagógicas sobre o tema ditadura civil-militar no ano de 2023. Entre as atividades desenvolvidas na instituição de ensino destacamos a utilização de textos, leitura de poemas, leitura de cordéis, exposição de fotografias, estudo da biografia de Emmanuel Bezerra dos Santos, exibição de vídeos e a apresentação da peça teatral: *As gerações futuras*. Essas atividades são manifestações atuais das memórias acerca da ditadura civil-militar. Logo, como profissional, professor da disciplina de História da escola, participamos auxiliando e acompanhando todo o desenvolvimento das atividades.

A apresentação da peça ocorreu no dia 14 de julho de 2023 no Ginásio Poliesportivo da Escola Estadual Godofredo Cacho, em Caiçara do Norte/RN. Foi uma apresentação simbólica, pois neste efêmero dia estava completando 31 anos da chegada dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos a Caiçara do Norte/RN e a São Bento do Norte/RN. A peça teatral foi a culminância do trabalho desenvolvido pela comunidade escolar (gestores, coordenação pedagógica, professores(as), discentes) durante o primeiro semestre do ano letivo de 2023. O enredo, a direção e a sonoplastia ficaram sob a coordenação do professor Paulo Sérgio Tenório<sup>57</sup>. A peça teve como atores/atrizes os alunos(as) e funcionários(as) da Escola Estadual Godofredo Cacho, que auxiliaram na organização do cenário e no figurino.

O objetivo da peça teatral foi contar a história de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos. Assim, mostrar aos discentes que podemos aprender Histórias por meio de apresentações teatrais e que a História é uma disciplina importante para conhecermos e compreendermos os acontecimentos do passado. Desse modo, a BNCC (Brasil, 2018) preconiza que o conhecimento pode ser ensinado por meio das práticas artísticas, levando em consideração as diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.

---

<sup>57</sup> Professor com Graduação em Pedagogia; Professor da Rede Básica de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte; Coordenador de Eventos da Escola Estadual Godofredo Cacho; Autor das peças teatrais: *Memórias de uma praia* (2012); e *Às gerações futuras* (2015).

Desse modo, foram encenados na peça os principais fatos ocorridos na vida de Emmanuel Bezerra dos Santos. Com ênfase para os acontecimentos da infância dele em Caiçara do Norte e São Bento do Norte, a adolescência em Natal/RN, onde participou dos movimentos estudantis e na fase adulta, atuando como militante político percorrendo o Brasil e o exterior. A trama enfatizou a luta de Emmanuel Bezerra dos Santos contra a ditadura civil-militar em defesa da redemocratização do país.

Figura 23 – Escola Estadual Godofredo Cacho



Fonte: Arquivo da escola, 2024.

A exibição foi acompanhada por músicas da trilha sonora das décadas de 1960 e 1970 que caracterizam o período da ditadura civil-militar, a saber: *Caminhando e cantando* (Geraldo Vandré), *Alegria, alegria* (Caetano Veloso), *Cálice* (Chico Buarque), *Lágrimas de uma mãe* (Abel Porto), *Onde estará meu amor* (Chico César e Maria Bethânia).

A ditadura civil-militar instituída no Brasil passou a criar leis que limitavam a atuação democrática do movimento estudantil. Logo, líderes como Emmanuel Bezerra dos Santos foram perseguidos e presos por subversão. A peça teatral *Às gerações futuras* apresentou em sua encenação a prisão, as torturas e a morte de Emmanuel Bezerra dos Santos.

A peça teatral *Às gerações futuras* narra as dificuldades enfrentadas pela família, principalmente, pela Sra. Joana Elias Bezerra (mãe de Emmanuel Bezerra dos Santos).

Ela procurou ajuda dos amigos, de políticos e advogados para obter informações sobre ele e também lutar por sua liberdade. Nas cenas fica claro que a Sra. Joana Elias Bezerra não obteve ajuda para trazer seu filho de volta à Caiçara do Norte. Mas ela sempre manteve a esperança de ver seu filho vivo e em liberdade. Desse modo, restava-lhe apenas a fé.

Na peça os atores e as atrizes, por meio de poesias, anunciaram a morte de Emmanuel Bezerra dos Santos em 1973. Assim como o traslado dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos, de São Paulo/SP para Natal/RN e depois para Caiçara do Norte/RN e São Bento do Norte/RN em 1992, após a redemocratização do Brasil. Esse fato teve uma grande repercussão na sociedade norte-rio-grandense. Os atores/atrizes em suas poesias adjetivaram Emmanuel Bezerra dos Santos de “herói popular”.

A última parte da peça teatral *Às gerações futuras* apresenta cenas que fazem referência à recepção feita pela população na chegada dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos a Caiçara do Norte/RN e a São Bento do Norte/RN no dia 14 de julho de 1992. A população demonstra curiosidade e respeito ao conterrâneo ilustre que desafiou a ditadura civil-militar.

Portanto, a encenação da peça teatral *Às gerações futuras* provocou fortes emoções na comunidade escolar. A peça possibilitou reflexões sobre os fatos ocorridos durante a ditadura civil-militar no Brasil, sensibilizando a comunidade escolar a pensar acerca das implicações desses acontecimentos na sociedade atual. Desse modo, o ensino da História por meio de peças teatrais desperta nos educandos o senso crítico sobre os fatos e possibilita ao aluno(a) localizar-se no tempo e no espaço. Além disso, os educandos aprendem a trabalhar em grupo e a desenvolver habilidades que promovam confiança, cooperação e respeito.

Logo, teatro na disciplina de História tem um grande potencial de aprendizagem. A arte colabora para que os discentes aprendam História com mais facilidade e os motiva a gostar da disciplina. A peça teatral *Às gerações futuras* possibilitou aos alunos o aprofundamento de suas compreensões sobre os desafios enfrentados por aqueles que resistiram ao regime autoritário. A peça proporcionou uma experiência visual e emocional para o público sobre os eventos históricos. Assim, foi fundamental para sensibilizar as pessoas sobre a importância da defesa dos direitos humanos e do engajamento cívico em defesa da democracia.

Destarte, a Escola Estadual Godofredo Cacho por meio de seu Projeto Político Pedagógico (2019, p. 5) tem como Objetivos Educacionais:

viabilizar ações pedagógicas que propiciem ao corpo discente da Escola um desenvolvimento amplo em relação ao conhecimento de si e do mundo, estimulando sua capacidade crítica, ética, cognitiva, afetiva e cultural, visando à inserção social e a busca do exercício da cidadania.

A peça teatral *Às gerações futuras* ao retratar a história de Emmanuel Bezerra dos Santos, não apenas cumpriu o papel de informar sobre os eventos do passado, mas, estimulou a reflexão ampla dos discentes sobre si e o mundo. A atividade cultural provocou o sentimento de empatia com o outro contribuindo para o entendimento da importância do exercício da cidadania em uma sociedade democrática. Como afirma o Projeto Político Pedagógico (2019, p. 1) “a educação é um processo que precisa ser reinventado e reconstruído de maneira permanente”. Nesse contexto, tanto o Projeto Lugar de Memória, quanto a peça teatral *Às gerações futuras* colaboraram para o aprendizado do tema ditadura civil-militar por meio do ensino de História.

#### 4 UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA MEMÓRIA

Este trabalho discute o tema ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) no Ensino de História. Conforme já apresentado no Capítulo 1, o conteúdo ditadura civil-militar é preconizado nos documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), no Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental (2018) e no Projeto Político Pedagógico (PPP, 2019) da Escola Estadual Godofredo Cacho. Além disso, a ditadura civil-militar brasileira está presente no Capítulo 11 do livro didático da coleção *Vontade de Saber – História* (2018). Esse manual é adotado pela Escola Estadual Godofredo Cacho, como foi mostrado no Capítulo 2 deste trabalho.

Consideramos que o livro didático de História é um importante recurso pedagógico que auxilia professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem. Todavia, o conteúdo acerca da ditadura civil-militar presente no manual da coleção *Vontade de Saber – História* (2018) se constitui como uma fonte limitada. O livro não discute as memórias dos fatos ocorridos no Rio Grande do Norte acerca da ditadura civil-militar. Logo, o manual apresenta narrativas historiográficas mais gerais, com ênfase para os fatos históricos ocorridos nas regiões Sudeste e Sul do país.

Por essa razão e, diante de muitas possibilidades de atividades que podem ser desenvolvidas por professores(as) para o ensino de História acerca da ditadura civil-militar, escolhemos propor uma sequência didática como produto final desta dissertação. De acordo com Zabala (1998) sequência didática é um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que tem um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.

No que diz respeito à sequência didática, a pesquisadora Helenice Rocha (2015, p. 92), entende que:

A atividade é uma alternativa de planejamento que leva em conta as especificidades dos conteúdos e de seus objetivos de aprendizagem ao longo de um período delimitado. Ela se encontra entre outras modalidades de organização da aula, tais como atividades de rotina e projetos didáticos.

Portanto, compreendemos que a sequência didática se constitui como uma estratégia metodológica de organizar as atividades a serem desenvolvidas de maneira sucessiva. Ela auxilia no aperfeiçoamento da prática educativa proporcionando a interação dos docentes com os discentes e destes com os demais colegas, facilitando o aprendizado dos assuntos propostos pela BNCC.

Com relação ao conteúdo a ser trabalhado no 9º ano, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), sugere que:

Para os discentes das turmas do 9º ano, deve-se abordar a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, destacando o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos [...] ressaltar a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade. (Brasil, 2018, p. 416).

Organizamos uma proposta seguindo as diretrizes da BNCC para o ensino de História do tempo presente. Essa atividade se propõe a discutir questões acerca da memória pertencente aos grupos locais que lutam na defesa da democracia, dos direitos humanos e pelo reconhecimento de suas identidades. Assim como, seguimos as orientações do Projeto Político Pedagógico (2019) da Escola Estadual Godofredo Cacho, que defende como valores o projeto educativo para uma sociedade democrática, participativa, inclusiva, solidária e, sobretudo, baseada na dignidade da pessoa humana.

Temos o propósito de discutir as memórias historiográficas sobre a ditadura civil-militar presentes no livro didático e as memórias que não estão presentes nos manuais escolares. Ou seja, as memórias materializadas em textos, fotografias, vídeos, apresentações artísticas que encontramos, por exemplo, no espaço no qual atuamos como professor de História. Desta maneira, o livro didático da coleção *Vontade de Saber – História* (2018) se constitui como uma fonte historiográfica importante. Por sua vez, a sequência didática que propomos constitui-se numa proposta alternativa para o ensino da História acerca da ditadura civil-militar brasileira. Além de considerar os conteúdos do referido livro didático e os conteúdos encontrados em outras fontes.

O recorte temporal e temático para se discutir o assunto ditadura civil-militar e as memórias que foram construídas acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos constitui-se em um conteúdo amplo. As memórias da ditadura civil-militar e de Emmanuel Bezerra dos

Santos ultrapassam o período autoritário. Após a ditadura civil-militar diversos eventos foram realizados pela sociedade civil organizada nas efemérides relembrando momentos importantes de fatos ocorridos durante a ditadura civil-militar. Assim como, no período posterior, inclusive atualmente, já apresentado no Capítulo 3 deste trabalho.

O regime político durou muito tempo, iniciando em 1964 e terminando em 1985 (21 anos). De acordo com a historiografia, a ditadura civil-militar passou por diferentes fases. A primeira foi a legalização do regime autoritário através de decretos-leis e da criação de uma nova Constituição em 1967. A segunda se caracterizou pelo aumento da repressão e da violência contra os opositores do regime. A terceira e última fase, definiu-se com a abertura política que teve início em 1974. Assim, também chamada de fase de transição, com destaque para a criação da Lei de Anistia e as mobilizações da população pelas eleições diretas para Presidente.

A vitória de um civil (Tancredo de Almeida Neves) nas eleições indiretas para Presidente do Brasil em 1984, e com a posse do vice-presidente José Sarney de Araújo Costa em 1985, marca o término da ditadura civil-militar e o início do regime político democrático. O novo regime passou a se consolidar com a promulgação da Constituição de 1988. Todavia, o regime político autoritário deixou marcas na sociedade brasileira. Logo, podemos constatar esses vestígios da memória nas diversas manifestações políticas, sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas e atualmente que reivindicam o direito à memória, à verdade e à justiça como visto no Capítulo 2 deste trabalho.

Nos planejamentos pedagógicos anuais e bimestrais, orientados pelo Projeto Político Pedagógico-PPP da Escola Estadual Godofredo Cacho e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN para as turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental II, geralmente programamos o ensino de História acerca da ditadura civil-militar para o 3º bimestre do ano letivo. No entanto, o ensino da História mais recente (pós ditadura civil-militar) é planejado para o 4º bimestre. Nesse sentido, o livro didático da coleção *Vontade de Saber – História* (2018) que utilizamos na escola discute os conteúdos históricos acerca da democracia liberal brasileira atual no Capítulo 12, nomeado de “O mundo contemporâneo”.

O conteúdo da sequência didática contempla o período da ditadura civil-militar e temas decorrentes dele. Assuntos que são abordados no livro didático (Constituição de

1988, Movimento Estudantil, Comissão Nacional da Verdade) e que estão em discussão na sociedade brasileira.

As discussões sobre as memórias que foram construídas acerca da ditadura civil-militar e de Emmanuel Bezerra dos Santos não se limitam ao período autoritário, são discutidas na contemporaneidade nos mais diversos espaços. As lembranças da ditadura civil-militar se manifestam através de muitas fontes, tais como: apresentações artísticas, movimentos sociais, fotografias, vídeos, documentos, monumentos, livros e depoimentos orais de pessoas que viveram o período da ditadura civil-militar.

Os temas que poderemos discutir são muitos, como por exemplo, perseguição política, censura, prisões, torturas, assassinatos, movimentos de resistência e outros. Essas temáticas são narradas resumidamente no livro didático e podem ser identificadas na trajetória de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos (já apresentada no Capítulo 3) que permite fazer esse diálogo.

Portanto, iremos utilizar o livro didático como uma fonte que ajudará na compreensão dos conteúdos que desenvolvemos na sequência didática. As atividades da sequência didática não se caracterizam como um assunto complementar ao conteúdo do livro didático. Mas, o livro didático vai auxiliar na compreensão do conhecimento de determinadas questões no ensino da História da ditadura civil-militar.

A Escola Estadual Godofredo Cacho cumpre as orientações curriculares preconizadas pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Base Nacional Comum Curricular (2018), Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental (2018) e o Projeto Político Pedagógico (2019). Entre os objetivos específicos para o ensino de História presente no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Godofredo Cacho, podemos destacar:

reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na realidade local e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço; despertar o senso de valorização do patrimônio sociocultural; identificar lutas sociais, guerras e revoluções refletindo sobre os temas históricos e questões do presente (PPP, 2019, p. 30).

Os planejamentos estratégicos da Escola Estadual Godofredo Cacho são organizados pela equipe pedagógica em três etapas: anual, bimestral e semanal. Portanto, nas reuniões são programados objetivos, ações e metas para a prática educativa

permitindo que os docentes, discentes e a instituição escolar alcancem os resultados esperados. Por sua vez, o ano letivo escolar é dividido em 04 bimestres. Nessa perspectiva, para as turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental II, são programadas 02 horas/aulas semanais para a disciplina de História, totalizando 16 horas/aulas por bimestre.

Nos propomos a programar uma sequência didática com 08 horas/aulas, sendo 04 (quatro) encontros de 100 minutos cada. Nas quatro primeiras aulas da sequência didática utilizaremos textos e vídeos que discutem a história local acerca da ditadura civil-militar. Esses conteúdos serão usados em conjunto com os conteúdos historiográficos da seção *O sujeito da história* do Capítulo 11, intitulado “A ditadura civil-militar no Brasil”, do livro didático da coleção *Vontade de Saber – História* (2018) no 3º bimestre do Ano Letivo.

Já as últimas quatro aulas da sequência didática serão ministradas em alternância com os temas historiográficos do Capítulo 12, nomeado de “O mundo contemporâneo” do livro didático da coleção *Vontade de Saber – História* (2018) no 4º bimestre do ano letivo.

As atividades planejadas da sequência didática abordam as memórias que foram construídas acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos que estão relacionadas com a ditadura civil-militar. Portanto, alguns conteúdos serão trabalhados de maneira integrada e ampliada para dar conta da realidade local. Buscamos abordar as memórias locais acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos, mostrando que tais memórias estão relacionadas com um contexto mais amplo da História do Rio Grande do Norte e do Brasil. Portanto, esperamos que as reflexões acerca da ditadura civil-militar proporcionem conhecimentos históricos significativos aos discentes com o desenvolvimento da autonomia intelectual.

#### **4.1 Sequência Didática**

**Etapa da escolaridade a que se destina:** 9º ano do Ensino Fundamental II

**Componente curricular:** História

**Tempo pedagógico:** 08 horas/aulas (04 encontros de 100 minutos cada)

<b>Aulas 1 e 2</b>	<b>Ditadura civil-militar no Brasil: os sujeitos na história</b>
<b>Objetivo Geral</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar nas narrativas textuais os principais acontecimentos ocorridos na vida dos sujeitos estudados durante a ditadura civil-militar brasileira.</li> </ul>
<b>Objetivos Específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrever os fatos identificados nos textos acerca da trajetória de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos que demonstre seu protagonismo como sujeito da história;</li> <li>• Registrar os principais fatos ocorridos na vida dos sujeitos identificados como protagonistas no texto do livro didático acerca da ditadura civil-militar.</li> </ul>
<b>Justificativa</b>	<p>O livro a ser utilizado, <i>Emmanuel Vida &amp; Morte (1992)</i>, constitui-se de memórias que foram publicadas na década de 1990 por grupos de pessoas (ativistas de direitos humanos) integrantes da sociedade civil organizada (Comissão de Justiça e Paz, Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do RN e Partidos Políticos). Esses cidadãos conviveram com Emmanuel Bezerra dos Santos nas décadas de 1960 e 1970 e conheceram a história de vida do jovem comunista. Após a ditadura civil-militar os ativistas em direitos humanos no RN homenagearam o ex-companheiro registrando e publicizando as principais memórias de Emmanuel Bezerra dos Santos em um livro. Por sua vez, o livro didático da coleção <i>Vontade de Saber – História (2018)</i>, no Capítulo 11, ao tratar da ditadura civil-militar apresenta recortes biográficos de diversos sujeitos que lutaram contra a ditadura civil-militar em outras regiões do país. A utilização dos textos para leitura ajudará no ensino da ditadura civil-militar.</p>
<b>Recursos Didáticos</b>	Livro/textos, lousa, pincel, cartolinas, canetas, cadernos.
<b>Competências da BNCC</b>	CG1 – valorizar e utilizar os valores historicamente construídos social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para construção de uma sociedade mais justa democrática e inclusiva.

	<p>CG2 – exercitar a curiosidade intelectual e recorrer às abordagens próprias das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológica), com base nos conhecimentos das diferentes áreas.</p>
<p><b>Estratégias – descrição do passo a passo das atividades</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>a) Ao iniciar a aula o(a) professor(a) poderá realizar uma roda de conversa na sala de aula e solicitar que os aprendentes façam em seus cadernos uma Linha do Tempo descrevendo os principais fatos que tenham conhecimento na história local acerca da ditadura civil-militar que ocorreram a partir do ano 1990, informando verbalmente na sequência;</li> <li>b) Em seguida, o(a) professor(a) poderá exibir o vídeo: Depoimentos Projeto Brasil Nunca Mais – Dom Paulo Evaristo Arns – 05m:39s. Na sequência dialogar com os discentes acerca do vídeo;</li> <li>c) Posteriormente, o(a) professor(a) poderá dividir a turma em 06 grupos;</li> <li>d) 03 (três) grupos receberão o texto: <i>O combatente Emmanuel Bezerra</i>, de autoria do Sr. José Willington Germano, selecionado pelo professor(a) do livro de memórias <i>Emmanuel vida &amp; morte (1992)</i>;</li> <li>e) 03 (três) grupos receberão recortes biográficos da seção <i>O Sujeito na História</i> apresentada no Capítulo 11 do livro didático da coleção <i>Vontade de Saber – História (2018)</i> ;</li> <li>f) os grupos se reunirão separadamente para realização de leituras buscando identificar os principais fatos na trajetória de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos narrados no texto <i>O combatente Emmanuel Bezerra</i>;</li> <li>g) os grupos se reunirão separadamente para realização de leituras buscando identificar os principais fatos narrados nos recortes biográficos intitulado <i>O Sujeito na História</i></li> </ol>

	<p>apresentada no Capítulo 11 do livro didático da coleção <i>Vontade de Saber – História (2018)</i>;</p> <p>h) os discentes fazendo uso de uma cartolina desenvolverão uma Linha do Tempo identificando os principais acontecimentos acerca da trajetória de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos encontrado no texto;</p> <p>i) os discentes fazendo uso de uma cartolina desenvolverão uma Linha do Tempo para cada indivíduo identificados na seção <i>O Sujeito na história</i> do Capítulo 11 do livro didático da coleção <i>Vontade de Saber – História (2018)</i>, descrevendo os principais fatos contidos nos recortes biográficos acerca da vida dos sujeitos;</p> <p>j) cada grupo apresentará seus trabalhos para a turma. Em seguida, será criado um mural na sala de aula com as atividades produzidas.</p>
<p><b>Avaliação das Aulas</b></p>	<p>A avaliação será processual, a saber:</p> <p>a) o/a professor(a) poderá observar durante as aulas se os alunos(as) foram capazes de identificar nas narrativas presente no texto <i>O combatente Emmanuel Bezerra</i> do livro <i>Emmanuel Vida &amp; Morte (1992)</i> os principais acontecimentos da vida de Emmanuel Bezerra dos Santos relacionados com a ditadura civil-militar;</p> <p>b) o/a docente poderá verificar se os discentes foram capazes de identificar no Capítulo 11 do livro didático da coleção <i>Vontade de Saber – História (2018)</i> outros protagonistas (sujeitos da história);</p> <p>c) do mesmo modo, o/a professor(a) poderá averiguar se foi possível os aprendentes realizarem as atividades propostas:</p> <p>1) criação de uma Linha do Tempo descrevendo e registrando os principais acontecimentos da vida de Emmanuel Bezerra dos Santos; 2) realização de outras</p>

	<p>Linhas do Tempo descrevendo e registrando os principais fatos constatados na vida de outros protagonistas, “sujeitos da história”, presentes no texto do livro didático;</p> <p>3) apresentação da atividade (Linhas do Tempo) para a turma e realização do mural na sala de aula.</p> <p>d) Além disso, o/a professor(a) poderá observar o desenvolvimento de habilidades e competências individuais e coletivas dos discentes.</p>
<b>Referências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• GERMANO, José Willington. O combatente Emmanuel Bezerra. In: <b>Emmanuel Vida &amp; Morte</b>. 1992, p. 17-20. Disponível em: <a href="http://www.dhnet.org.br/emmanuel/livro_emmanuel_bezerra_vida_e_morte.pdf">http://www.dhnet.org.br/emmanuel/livro_emmanuel_bezerra_vida_e_morte.pdf</a></li> <li>• DIAS, Adriana Machado. GRINBERG, Keila. PELLEGRINI, Marco César. A ditadura civil-militar brasileira. In: <b>Vontade de Saber: História</b>. 9º ano, Ensino Fundamental, anos finais. 1ª ed., São Paulo, Quintento Editorial, 2018. p. 242-269. Disponível em: <a href="https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo_divulgacao">https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo_divulgacao</a></li> <li>• Depoimentos Projetos Brasil Nunca Mais – Dom Paulo Evaristo Arns – Tempo: 05m:39s. <b>YouTube</b>. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=4A1jQUniFjE">https://www.youtube.com/watch?v=4A1jQUniFjE</a></li> </ul>

<b>Aulas 3 e 4</b>	<b>Ditadura civil-militar: o movimento estudantil e as memórias de Emmanuel Bezerra dos Santos</b>
<b>Objetivo Geral</b>	Conhecer a atuação do movimento estudantil brasileiro entre 1967 e 1970 durante a ditadura civil-militar e no início da década de 1990.
<b>Objetivos Específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar as principais ações do movimento estudantil e de Emmanuel Bezerra dos Santos no Rio Grande do Norte durante a ditadura civil-militar;</li> <li>• Compreender as diferentes formas de resistências realizadas pelo movimento estudantil contra a ditadura civil-militar brasileira;</li> <li>• Entender o movimento estudantil denominado de caras-pintadas, ocorrido em 1992 na democracia liberal brasileira;</li> </ul>
<b>Justificativa</b>	O texto 01 “A trajetória de Emmanuel Bezerra dos Santos: de Caiçara para o Brasil” apresenta o caminho percorrido pelo jovem comunista líder do movimento estudantil no RN entre os anos de 1967 até 1970. O conteúdo narra o envolvimento de Emmanuel Bezerra dos Santos com a política, as prisões, torturas, assassinato, desaparecimento político e o traslado de seus restos mortais. O assunto será discutido em conjunto com o texto 02 <i>O movimento estudantil</i> . Ele constitui o Capítulo 11, intitulado <i>A ditadura civil-militar brasileira</i> . Logo, complementa o estudo o texto 03 nomeado de <i>O Brasil na década de 1990</i> . Esse fragmento textual aborda o movimento estudantil, os jovens que ficaram conhecidos por caras-pintadas no processo de impeachment do ex-presidente Fernando Affonso Collor de Mello em 1992 na democracia liberal. Os textos 02 e 03 tem como referência o livro didático da coleção <i>Vontade de Saber – História (2018)</i> .
<b>Recursos Didáticos</b>	Textos, papel madeira ou cartolina, pincel, lápis, caderno, lousa.
<b>Competências da BNCC</b>	CG10 – Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação tomando

	<p>decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p> <p>CEH6 – Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.</p>
<p><b>Estratégias – descrição do passo a passo das atividades</b></p>	<p>a) A turma será dividida em 06 (seis) grupos;</p> <p>b) três grupos receberão o texto 01: <i>A trajetória de Emmanuel Bezerra dos Santos: de Caiçara para o Brasil</i>;</p> <p>c) três grupos utilizarão os textos 02 (<i>O movimento estudantil</i>) e 03 (<i>O Brasil na década de 1990</i>) do livro didático da coleção <i>Vontade de Saber – História (2018)</i>.</p> <p>d) os grupos poderão reunir-se separadamente para realizar a leitura dos textos identificando os principais acontecimentos acerca do movimento estudantil;</p> <p>e) com auxílio do professor(a) os grupos que receberão o <i>texto 01</i> poderão elaborar um <i>mapa mental</i> em cartolinas associando a trajetória de Emmanuel Bezerra dos Santos ao movimento estudantil apresentado no texto;</p> <p>f) com colaboração do professor(a) os grupos que receberam o <i>texto 02</i> e <i>03</i> desenvolverão um <i>mapa mental</i> em cartolinas tendo como tema central o movimento estudantil;</p> <p>g) após a elaboração dos <i>mapas mentais</i>, os grupos apresentarão seus trabalhos para a turma e montarão um mural expositivo na sala de aula.</p> <p><i>Observação:</i> um mapa mental é um diagrama que se elabora para representar ideias, tarefas ou outros conceitos que se encontram relacionados com uma palavra-chave ou ideia central, e cujas informações relacionadas em si são irradiadas (em seu redor).</p>
<p><b>Avaliação das Aulas</b></p>	<p>A avaliação será formativa e analisará a participação dos discentes na atividade proposta, a saber:</p> <p>a) o professor(a) poderá observar se os alunos(as) foram capazes de conhecer e identificar as principais ações de Emmanuel Bezerra dos Santos no movimento estudantil</p>

	<p>no Rio Grande do Norte entre 1967 e 1970 e se foram capazes de elaborar corretamente a atividade proposta (elaboração de um mapa mental) com apresentação para os colegas de turma;</p> <p>b) o discente poderá averiguar se os discentes compreenderam as diferentes formas de resistências realizadas pelo movimento estudantil contra a ditadura civil-militar brasileira narradas no texto 02 (<i>O movimento estudantil</i>) e se os aprendentes entenderam as ações realizadas pelo movimento estudantil denominados de <i>caras-pintadas</i> em 1992, na democracia liberal, narradas no texto 03 (<i>O Brasil na década de 1990</i>);</p> <p>c) o/a professor(a) verificará se os aprendentes realizaram corretamente os mapas mentais propostos como atividade e se apresentaram-no para a turma;</p> <p>d) o/a docente poderá observar as habilidades desenvolvidas pelos alunos(as) de forma individual e coletivamente.</p>
<p><b>Referências</b></p>	<p>NASCIMENTO, Antonio Xavier. A trajetória de Emmanuel Bezerra dos Santos: de Caiçara para o Brasil. In: <b>O ensino de História entre memórias: A ditadura civil-militar no Brasil e as memórias acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos</b>. Dissertação de Mestrado; Profhistória; UFRN, 2024.</p> <p>DIAS, Adriana Machado. GRINBERG, Keila. PELLEGRINI, Marco César. A ditadura civil-militar brasileira. In: <b>Vontade de Saber: História</b>. 9º ano, Ensino Fundamental, anos finais. 1º ed., São Paulo, Quintento Editorial, 2018.</p> <p>Disponível em: <a href="https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo_divulgacao">https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo_divulgacao</a></p>

<b>Aulas 05 e 06</b>	<b>O Brasil após a ditadura civil-militar</b>
<b>Objetivo Geral</b>	Conhecer os direitos promovidos pela Constituição de 1988 aos cidadãos brasileiros no novo regime político estabelecido “democracia liberal”.
<b>Objetivo Específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dialogar acerca da emancipação da cidadania promovida pela Constituição de 1988;</li> <li>• Conhecer e compreender as memórias da ditadura civil-militar presentes no vídeo <i>Emmanuel Bezerra vive</i> produzido pela TV Memória Popular em 1992.</li> </ul>
<b>Justificativas</b>	<p>O texto a ser utilizado é intitulado de <i>A Constituição de 1988</i>. Ele está presente no Capítulo 12 do livro didático da coleção <i>Vontade de Saber – História (2018)</i>. O conteúdo expõe diversos direitos civis que foram restituídos após a ditadura civil-militar e ampliados pela Constituição de 1988 expandindo o direito à cidadania aos brasileiros. Em seguida, usaremos o vídeo “Emmanuel Bezerra vive” que foi produzido no ano de 1992 em tributo ao líder comunista do Rio Grande do Norte, assassinado em 04 de setembro de 1973 durante a ditadura civil-militar. O curta narra o poema “Às Gerações Futuras” e a trajetória de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos. Assim, apresenta o traslado dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos de São Paulo/SP para Natal/RN e posteriormente para Caiçara do Norte/RN e São Bento do Norte/RN. Destaca o acolhimento dos conterrâneos e a comoção social com grande repercussão na imprensa potiguar. As memórias apresentadas no vídeo são resultado de conquistas democráticas que visam valorizar o direito de memória, à verdade e à justiça das pessoas que lutaram pela democracia e foram vítimas da ditadura civil-militar. Desse modo, a trajetória de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos é objeto do conhecimento histórico. Portanto, o texto e o vídeo são fontes para o ensino de História da ditadura civil-militar e da democracia liberal da atualidade. Todavia,</p>

	as narrativas acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos não estão presentes nos livros didáticos para o ensino de História.
<b>Recursos Didáticos</b>	Livro didático, textos impressos, recursos audiovisuais/multimídia, caneta, caderno.
<b>Competências da BNCC</b>	<p>CG9 – Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p> <p>CECH7 – Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.</p> <p>CEH4 – Identificar interpretações que expressam visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p>
<b>Estratégias – descrição do passo a passo das atividades</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>a) O professor poderá apresentar a proposta à turma, organizar a sala de aula para que seja formado um grande círculo (roda de conversa);</li> <li>b) Solicitar aos aluno(as) que realizem a leitura compartilhada do texto <i>A Constituição de 1988</i> presente no Capítulo 12 do livro didático da coleção <i>Vontade de Saber – História (2018)</i>;</li> <li>c) dialogar acerca dos principais pontos apresentados no texto: legalização dos partidos políticos; extinção da censura aos meios de comunicação; as práticas envolvendo tortura foram condenadas e proibidas no país; foram assegurados os direitos à liberdade de expressão, desde que mantidas as condições pacíficas de convivência;</li> <li>d) no momento seguinte será feito o uso de recursos audiovisuais com a exibição do vídeo “Emmanuel Bezerra vive!” de</li> </ol>

	<p>produção da TV/Memória Popular;</p> <p>e) com auxílio/mediação do professor os discentes poderão dialogar mostrando suas percepções/compreensões acerca das memórias apresentadas no vídeo associando com os tópicos do texto <i>A Constituição de 1988</i> do livro didático.</p>
<p><b>Avaliação das Aulas</b></p>	<p>A avaliação será formativa e analisará a participação dos discentes nas atividades propostas, a saber:</p> <p>a) o/a professor(a) poderá observar se os alunos(as) foram capazes de conhecer e dialogar sobre os direitos promovidos pela Constituição de 1988 que motivaram a emancipação da cidadania;</p> <p>b) o docente poderá verificar se os discentes conheceram e compreenderam as memórias da ditadura civil-militar presentes no vídeo <i>Emmanuel Bezerra vive</i> como resultado de conquistas democráticas que visam valorizar o direito à memória, à verdade e à justiça.</p> <p>c) O/A professor(a) poderá analisar a participação individual e coletiva dos discentes por meio da oralidade dos aprendentes nos momentos das rodas de conversas e inferir a aprendizagem histórica dos alunos(as) acerca do texto e do vídeo estudados.</p>
<p><b>Referências</b></p>	<p>DIAS, Adriana Machado. GRINBERG, Keila. PELLEGRINI, Marco César. O mundo contemporâneo. In: <b>Vontade de Saber: História</b>. 9º ano, Ensino Fundamental, anos finais. 1º ed., São Paulo, Quintento Editorial, 2018. Disponível em: <a href="https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo_divulgacao">https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo_divulgacao</a></p> <p>Emmanuel Bezerra vive!. <b>TV Memória Popular</b>. 06m:08s[S. l.]: Centro de Direitos Humanos e Memória Popular/RN, 06 de mar. De 2020. 7min 08s. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=ZYX11qIS8s8&amp;t=24s">https://www.youtube.com/watch?v=ZYX11qIS8s8&amp;t=24s</a>. Acesso em: 9 out. 2023.</p>

<b>Aulas 7 e 8</b>	<b>Aula de Campo – visita a locais de memórias que receberam o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos, na cidade de Caiçara do Norte/RN</b>
<b>Objetivo Geral</b>	Conhecer os lugares de memórias que receberam o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos no município de Caiçara do Norte/RN. Possibilitando relacionar com as memórias historiográficas estudadas em sala de aula sobre o tema ditadura civil-militar.
<b>Objetivos Específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender as diferentes narrativas acerca das instituições que receberam o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos;</li> <li>• Registrar por meio da escrita, fotografias ou vídeos, os diferentes lugares de memórias;</li> <li>• Observar no espaço geográfico local o registro das diferentes memórias acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos e da ditadura civil-militar que não estão presentes nos livros didáticos de História.</li> </ul>
<b>Justificativas</b>	As explicações históricas são relacionais, sempre dependem do entendimento que teremos dos fatos que ocorreram em uma região, país ou no mundo com os indivíduos. Logo, a memória que está institucionalizada no município de Caiçara do Norte/RN, acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos, possui uma ligação direta com as memórias traumáticas herdadas da ditadura civil-militar que está ligada diretamente aos grupos regionais e nacionais. Desse modo, é importante que os aluno(as) conheçam essa relação para que aprendam o conhecimento histórico a partir do local em que vivem.
<b>Recursos Didáticos</b>	Caderno, caneta, câmera fotográfica/ <i>smartphone</i> .
<b>Competências da BNCC</b>	CG9 – Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

<b>Estratégias – descrição do passo a passo das atividades</b>	<p>a) Antes das visitas aos locais de memórias o professor(a) poderá apresentar o roteiro das visitas, os objetivos e dividir a turma em grupos de no máximo 04 aprendentes;</p> <p>b) a primeira visita ocorrerá à Escola Municipal Emmanuel Bezerra dos Santos;</p> <p>c) a segunda visita acontecerá à placa “Lugar de Memória Emmanuel Bezerra dos Santos” na praça pública do bairro Rocas;</p> <p>d) a terceira visita será ao Espaço Cultural e Biblioteca Emmanuel Bezerra dos Santos;</p> <p>e) o quarto local a ser visitado será a casa que Emmanuel Bezerra dos Santos morou quando criança no bairro Rocas;</p> <p>f) nos dois primeiros locais de memórias os discentes serão recebidos por professores que terão por finalidade contar brevemente as memórias e a história do patrimônio material que leva o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos e poderão apresentar documentos, fotografias e relatos/testemunhos (memórias) acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos.</p> <p>g) no quarto local de memória, a antiga residência dos pais de Emmanuel Bezerra dos Santos, será observado as permanências e as transformações do espaço e comparado com as memórias fotográficas que estão presentes nos textos estudados.</p>
<b>Orientações para Aula de Campo</b>	<p>Os professores e alunos(as) poderão tomar alguns cuidados com a saúde e a segurança na aula de campo. Desse modo, fazer uso de vestimentas adequadas, como calça jeans ou de brim e boné; levar protetor solar; fazer o uso de tênis com meias e orientar aos alunos, a levar cada um, sua garrafinha de água.</p>
<b>Avaliação das Aulas</b>	<p>Será exigido dos grupos de alunos(as) a realização de um relatório de no mínimo 01 (uma) e no máximo de 02 (duas) laudas, contendo fotografias e a descrição das percepções dos discentes dos lugares de memórias visitados que receberam o nome de Emmanuel Bezerra dos</p>

	<p>Santos. Os relatórios serão entregues ao professor(a) para correção e encadernação.</p> <p>Logo, o docente poderá observar nas descrições de cada relatório:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) se foi possível os discentes conhecerem e registrarem os lugares de memórias que receberam o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos no município de Caiçara do Norte/RN.</li><li>b) analisar se os(as) alunos conseguiram perceber que as instituições visitadas foram nomeadas na democracia liberal da atualidade. Mas que o nome delas estão relacionados com as memórias da ditadura civil-militar;</li><li>c) identificar se os discentes perceberam que os lugares de memórias visitados por eles não aparecem nos textos dos livros didáticos para o ensino de História da ditadura civil-militar.</li></ul>
--	---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos o trabalho de pesquisa constatamos que havia uma grande quantidade de memórias acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos na Escola Estadual Godofredo Cacho, no município de Caiçara do Norte/RN, que se remetiam à ditadura civil-militar. Por isso, consideramos importante entender como essas memórias foram construídas e preservadas por moradores e autoridades do referido município do Rio Grande do Norte.

Procuramos abordar a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) no ensino da História tomando como referência as memórias construídas sobre o militante político potiguar Emmanuel Bezerra dos Santos. Conteúdo prescrito para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio (Brasil, 2018), e como tal está presente nos livros didáticos destinados aos alunos e professores de História. O desafio inicial assumido nesta dissertação foi estabelecer diálogo entre as abordagens historiográficas de caráter nacional e as memórias construídas no município potiguar de Caiçara do Norte sobre a temática.

No percurso da pesquisa refletimos sobre a temática ditadura civil-militar e apresentamos como o assunto tem sido debatido pela historiografia e como esse conhecimento repercute no ensino de História da escola básica. Analisamos como o tema ditadura civil-militar é abordado no livro didático utilizado na escola Estadual Godofredo Cacho. Observamos que houve a ampliação das discussões sobre o tema ditadura civil-militar. Mas que ainda existem certas limitações dos manuais didáticos por não dialogarem acerca da história local. Assim, constatamos através deste trabalho de pesquisa que as memórias acerca de Emmanuel Bezerra dos Santos e de outros sujeitos protagonistas não aparecem nas narrativas presentes nos livros didáticos para o ensino de História sobre a ditadura civil-militar. Essa reflexão de certa forma é chancelada por pesquisadoras e pesquisadores do ensino e por professores e professoras do Profhistória.

No decurso da pesquisa constatamos a institucionalização do nome de Emmanuel Bezerra dos Santos em órgãos públicos e a realização de diversas manifestações promovidas por escolas, movimentos sociais, partidos políticos e ativistas dos direitos humanos na sociedade norte-rio-grandense. As ações realizadas pela sociedade civil organizada tiveram a finalidade de promover a memória de vítimas da ditadura civil-

militar e defender a democracia liberal. Essas práticas políticas e sociais que discutem a ditadura civil-militar fazem parte do cotidiano dos discentes e podem ser abordadas no ensino de História como conhecimento escolar.

Nossa pesquisa não conseguiu ter acesso às leis municipais de Caiçara do Norte/RN que criaram datas comemorativas, feriados e nomearam órgãos públicos com o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos. Do mesmo modo, não foi possível encontrar nos arquivos do Projeto Memória Viva, do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense, exemplares dos jornais *O realista* e o *Jornal do Povo* produzidos pelo movimento estudantil na década de 1960.

Por conseguinte, apresentamos uma sequência didática como produto da dissertação, cuja preocupação é abordar a ditadura civil-militar, para alunos(as) de turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental II, não apenas conceitualmente e por meio dos conteúdos distantes da realidade do público escolar, mas incluindo na proposta as memórias locais acerca do assunto. Entendemos que se procuramos trabalhar com conteúdo próximo ao público com o qual trabalhamos, não poderíamos continuar deixando fora da sala de aula temáticas que muitas vezes estão presentes na escola, nas ruas, praças e instituições frequentadas pelos alunos e alunas da escola em que trabalhamos.

Esperamos que essa sequência didática que propomos venha servir para outros docentes como modelo, a ser utilizado e adaptado à realidade de suas comunidades escolares. Que a proposta possa ser utilizada para estabelecer uma relação entre os conteúdos historiográficos do livro didático e os conhecimentos que estão presentes no espaço escolar em diferentes fontes (livros, poemas, notícias de jornais, peças teatrais, vídeos, fotografias). Com a finalidade de proporcionar aos discentes a possibilidade de conhecer diferentes narrativas existentes para o ensino de História e refletir acerca da ditadura civil-militar.

Por fim, ao concluirmos o trabalho de pesquisa ficamos com a sensação de que foi possível construir uma proposta minimamente coerente acerca de como abordar a temática da ditadura civil-militar no Brasil. Considerando os acontecimentos ocorridos em diferentes espaços e com diferentes personagens, inclusive, incluindo os lugares onde Emmanuel Bezerra nasceu, cresceu e viveu a sua infância, adolescência e parte da sua vida adulta: a sua terra natal.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mauro. **Futebol e novela na memória do povo**. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Salvador/BA 1 a 5 de setembro de 2002.

ALMEIDA, Luciano de. Ideologia, eu quero uma pra viver: Cazuza. In: **Emmanuel Vida & Morte**. 1992, p. 23. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.dhnet.org.br/emmanuel/livro\\_emmanuel\\_bezerra\\_vida\\_e\\_morte.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.dhnet.org.br/emmanuel/livro_emmanuel_bezerra_vida_e_morte.pdf). Acesso em: 07 fev. 2023.

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida, *et al* (org.). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. In: **Mouseion**, v. 3, n.5, jan-jun/2009.

BERTONI, Izabella Gomes Lopes. **Arte de guerrilha e ensino de história**: abordagem didática da resistência à ditadura civil-militar no Brasil a partir das obras de Cildo Meireles. 2018. 248 f. Dissertação de Metrado, Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba, 2018.

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da Qualidade PNLD – História – 1996 – 2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Livros Didáticos de História e Geografia**. Avaliação e Pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos. 2 ed. São Paul: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o ensino de História. In: **Estudos Avançados**. 2018, v. 32, n. 93, p. 127-149.

BORGES, Nilton. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 17-24.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p.

\_\_\_\_\_. **Conselho Federal de Educação, Parecer nº 853/71.** Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhes os objetivos e a amplitude. Revista Documenta, n. 132, Brasília, DF, nov. 1971.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967.** Lei que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10314.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10314.htm). Acesso em: 07 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm) Acesso em: 18 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades do sistema de ensino no país e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968.** Institui a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1968. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=62455&ano=1968&ato=472UTSE90djRVTa96>. Acesso em: 26 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985.** Institui o Programa do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 09 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso: 23 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967.** Provê sobre a alfabetização e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1967. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5379&ano=1967&ato=22dAzZU90MZRVT6a0>. Acesso em: 23 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 21 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm). Acesso em: 22 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.** Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9140.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm). Acesso em: 16 set. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8069/1990, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 13 set. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011b.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Secretaria Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CAMPOS, E. C. de; FALCÃO, L. F.; LINDOLFO LOHN, R. Tempo presente brasileiro: cultura política, ditaduras e historiografia na perspectiva de Rodrigo Patto Sá Motta. *In: Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 245 - 264, 2011. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303022011245>. Acesso em: 29 mar. 2023.

CANUTO, Geane Fialho. **Em nome da revolução: o PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar.** 2016. 125 f. (1966-1974). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – CCHLA, UFRN. Natal, 2016.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. **O Golpe Militar no Rio Grande do Norte e os Norte-Rio-Grandenses mortos e desaparecidos: 1969-1973.** Natal: Sebo Vermelho, 2010.

CENSO ESCOLAR DE 2022. **Escola Estadual Godofredo Cacho.** Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/24026026-escola-estadual-godofredo-cacho>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Democracia e a educação como direito**: introdução do livro recém-lançado “A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio”. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/democracia-e-a-educacao-como-direito/>. Acesso em: 23 maio 2023.

COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN. **Relatório Final**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN: Edufrn, 2015. 490 p.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – CNV. **Relatório**. v. 2. Brasília, 2014.

DAEFIOL, Regina Célia. Ditadura e revisionismo no Brasil: as disputas de narrativas e seus reflexos no direito à memória, verdade e justiça das vítimas do regime autoritário (1964-1985). *In: XVII Encontro Regional de História da ANPHU*, Paraná, 23, 24 25 de nov. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/e-preciso-enfrentar-os-discursos-nostalgicos-da-ditadura-afirma-rodrigo-patto-sa-motta>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DIAS, Adriana Machado. GRINBERG, Keila. PELLEGRINI, Marco César (org). **Vontade de Saber: História**. 9º ano, Ensino Fundamental, anos finais. 1ªed., São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAGUNDES, José Evangelista. ANDRADE, Joel Carlos de Souza. Pensando a história: noções introdutórias. *In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA Raimundo Nonato Araújo da (org.). Reflexões sobre história local e produção de material didático*. Natal: EDUFRN, 2017.

FALCÃO, Osvaldo Santos. **Formação em Direitos Humanos no Ensino de História**: diálogos entre a escola e uma sociedade polarizada. 2019. 96 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Ensino de História. Natal, 2019.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *In: Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. *In: Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan/jun 2012. Disponível em: [scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?format=pdf](https://scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?format=pdf)

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Magistério, Formação e Trabalho pedagógico. 3 ed. Campinas: Papirus, 1993.

\_\_\_\_\_. **Didática e Prática de Ensino de História**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2004.

GATTI JUNIOR, Décio. **A Escrita Escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru: Edusc; Uberlândia: Edufu, 2004. 250 p.

GENARI, Élton Rigotto. **Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar - por uma prática politizante**. 2018. 139 f. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas-UNICAM, Campinas/SP, 2018.

GERMANO, José Willington. O combatente Emmanuel Bezerra. *In: Emmanuel Vida & Morte*. 1992, p. 17-20. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/emmanuel/livro\\_emmanuel\\_bezerra\\_vida\\_e\\_morte.pdf](http://www.dhnet.org.br/emmanuel/livro_emmanuel_bezerra_vida_e_morte.pdf). Acesso em: 15 jan. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Site oficial**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/caicara-do-norte.html>. Acesso em: 08 jan. 2023.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Educação pela cidade: aprendendo com o patrimônio e a memória urbana**. *In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA Raimundo Nonato Araújo da (org.). Reflexões sobre história local e produção de material didático*. Natal: EDUFRN, 2017.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. *In: Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014.

MARTINS FILHO, J. R. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. *In: TOLEDO, C. N. (Org.). 1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Unicamp, 1997. p. 12-2.

MEDEIROS, Antonio Carlos Cabral de. **ABC dos mortos e desaparecidos políticos do Rio Grande do Norte: uma história do Memorial “RN: Nunca Mais”**. 2021. 68 f. Monografia (graduação) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha, Natal, 2021.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *In: Espaço Plural*, Ano XIII, n. 27, 2º Semestre, 2012, p. 39-53. ISSN 1518-4196.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Verdades cruzadas: um panorama dos trabalhos da Comissão da Verdade da UFRN (2012 – 2015)**. UFRN, Natal/RN, 2015. Disponível em: <https://comissaodaverdade.ufrn.br/documento.php?id=168057618> Acesso em: 24 abr. 2024.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória. *In: História e Educação: territórios em convergência ...*, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ditadura militar no Brasil: historiografia, política e memória. 2017. **Entrevista**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-rodrigo-patto-sa/>. Acesso em: 20 de set. de 2023.

\_\_\_\_\_. ‘**É preciso enfrentar os discursos nostálgicos da ditadura**’. Entrevista na Página Pesquisa e Inovação da UFRG, nov. 2021.

MÜLLER, Angélica. O “acontecimento de 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *In: Revista de História*, n. 180, São Paulo/SP, 2021.

NASCIMENTO, Antonio Xavier. **Análise do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como mediadoras no processo ensino-aprendizagem nas Aulas Remotas Emergenciais**. Portfólio (Curso de Especialização em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN. Natal/RN, 2021.

NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. Grupos Escolares do Rio Grande do Norte (1907-1930): Cultura e forma escolares. *In: XXIX Simpósio Nacional de História - Contra preconceitos: história e democracia*. 2018. Disponível em: [http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489617184\\_ARQUIVO\\_Artigocompleto-Salvo.pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489617184_ARQUIVO_Artigocompleto-Salvo.pdf) Acesso em: 20 set. 2023.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. **Licenciatura curta em Estudos Sociais no Brasil: sua trajetória na Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo/RJ (1973-1987)**. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *In: Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Site oficial**. Disponível em: <https://pcrbrasil.org/pcr/historia/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. MEDEIROS, Natália Pereira de. Educação em direitos humanos no documento curricular da SEEC-RN: o ensino religioso. *In: Revista Unitas*, v. 8, n. 2, 2020.

PEREIRA, Marcelo. **Fim do Mandato, governo aprova relatório e encerra Comissão de Mortos e Desaparecidos na Ditadura**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/31/no-fim-do-mandato-governo-aprova-relatorio-e-encerra-comissao-de-mortos-na-ditadura.ghtml> Acesso em: 20 jan. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In: Estudos históricos*, v. 5, ano 10. Rio de Janeiro, 1992.

PORTAL DHNET, Direitos Humanos. **Site oficial**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/emmanuel/index.html>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. Maringá: Eduem, 2012.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP. **Escola Estadual Godofredo Cacho**. Caiçara do Norte/RN, 2019.

QUEIROZ, Deborah Silva de. **Memória da resistência à Ditadura Militar Brasileira: guia para utilização de filmes em sala de aula**. 2016. 215 f. Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **Jornal O Globo**, 2012. Disponível em: <https://www.oabrj.org.br/artigo/ditadura-civil-militar-daniel-aarao-reis>. Acesso em: 06 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar e revolução socialista no Brasil**. Palestra ministrada pelo Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho (Universidade Federal Fluminense). Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/viewFile/213/213>. Acesso em: 05 abril 2023.

RIO GRANDE DO NORTE, Secretaria de Educação e Cultura. **Documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte**. Ensino Fundamental. Natal, 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.231, de 09 de dezembro de 1988**. Regulamenta a criação das escolas estaduais que se encontram em funcionamento sem decreto de criação, sob a jurisdição do 4º NURE e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rn/decreto-n-10231-1988-rio-grande-do-norte-regulamenta-a-criacao-das-escolas-estaduais-que-se-encontram-em-funcionamento-sem-decreto-de-criacao-sob-a-jurisdicao-do-4o-nure-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. O Regime Militar no Livro Didático de História no Ensino Médio: **A construção de uma memória**. 2008. 382 f. Tese. (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos Rocha. Aula de História: evento, ideia e escrita. *In: História & Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul./dez. 2015.

RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. SEBA, Leticia. A ditadura militar narrada nos livros didáticos de História. *In: História & Ensino*, Londrina, v. 25, n. 02, p. 217-237, jul./dez. 2019.

ROSA, Evandro Viana. **Memórias em disputa**: a ditadura civil-militar e o ensino de história. 2020. 123 f. Dissertação de Mestrado Profissional de Ensino de História – PROFHISTÓRIA. Pós-Graduação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2020.

SALES, Cíntia Virgínia. **“Amanhã há de ser outro dia”**: a ditadura civil-militar de segurança nacional na sala de aula. 2021. 128 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Recife/PE, 2021.

SANTOS, Jordania de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *In: Aurora*, ano 3 n. 5 – dezembro de 2009. ISSN: 1982-8004 Disponível em: [www.marilia.unesp.br/aurora](http://www.marilia.unesp.br/aurora). Acesso em: 12 fev. 2023.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão; BARCA, Isabel. (orgs.) O livro didático ideal. *In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão; BARCA, Isabel. (orgs.) Jörn Rüsen e ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 109-127.

SILVA, Maria Vieira. O enfoque do negro no currículo escolar: alguma possibilidade de ressignificação. *In: Revista Educação Popular*, Uberlândia, nº 03, set. 2004.

SILVEIRA, Danielle Rodrigues. História do Tempo presente e livro didático: os sujeitos da Ditadura Militar nos livros didáticos de História. *In: XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis-SC, 27-31 de julho de 2015.

TORRES, Luiz Henrique. **O conceito de história e historiografia**. Rio Grande: Biblos, 1996.

VASCONCELOS, Hélio *et al.* **Emmanuel vida & morte**. 1 ed. Natal/RN: Editora Clima, 1992. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/emmanuel/livro\\_emmanuel\\_bezerra\\_vida\\_e\\_morte.pdf](https://www.dhnet.org.br/emmanuel/livro_emmanuel_bezerra_vida_e_morte.pdf). Acesso em: 11 dez. 2023.

VEIGA, Patrick. **Doutrina de segurança nacional**: da construção do inimigo externo à conexão repressiva nas ditaduras de segurança nacional na América Latina entre os anos 1960-1980. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2021/06/doutrina-de-seguranca-nacional> - Acesso em: 15 jan. 2023.

ZABALA, Antoni. **A prática Educativa**: como ensinar. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre/RS: ArtMed, 1998.

## ANEXOS

### Anexo A – 14 de julho feriado municipal: homenagem a Emmanuel Bezerra dos Santos

https://caicaradonorte.rn.gov.br/post/viva-emmanuel-bezerra-dos-santos

Ir para o Conteúdo Principal [Alt + 1] Início do Menu [Alt + 2] Início do Menu [Alt + 3] Alto contraste [Alt + 4] Mapa do Site

Prefeitura Municipal de **CAIÇARA DO NORTE**

**PORTAL DO CONTRIBUINTE**  
PRATICIDADE E FACILIDADE EM UM ÚNICO LUGAR  
Consulte todos os serviços disponíveis


Início A Cidade A Prefeitura Imprensa Transparência Municipal Fale Conosco

Pesquise No Portal

Página inicial / Notícias / Viva Emmanuel Bezerra dos Santos

#### Viva Emmanuel Bezerra dos Santos

Sector: Comunicação  
Publicada: 14/07/2022



Viva Emmanuel Bezerra dos Santos!  
Viva a democracia!  
Viva a educação!  
Abaixo a ditadura!

Hoje (14), nosso município relembra a memória do grande Emmanuel Bezerra dos Santos, contemporâneo, estudante, poeta e militante político, que deixou grande legado para as futuras gerações.

[Educação](#) [Cultura](#)

**Acesso Rápido**

- Transparência Municipal
- Portal Transparência
- Lei Complementar nº 131/2009

**Acesso à Informação**

- Pedido de Informação
- Lei Complementar nº 12.527/2011

**Últimas Notícias**

- É com imensa alegria que compartilhamos as últimas novidades sobre as obras que estão transformando nossa cidade!  
09/11/2023
- Capacitação em ação  
13/11/2023
- Dia do Evangélico em Caiçara do Norte  
13/11/2023

Fonte: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN, 2022.

**Anexo B – Sessão Solene em Caiçara do Norte/RN: comemoração dos 50 anos da morte de Emmanuel Bezerra dos Santos**



Fonte: Prefeitura de Caiçara do Norte/RN, 2023.

**Anexo C - Placa de Inauguração do Grupo Escolar Godofredo Cacho em 06/11/1967**

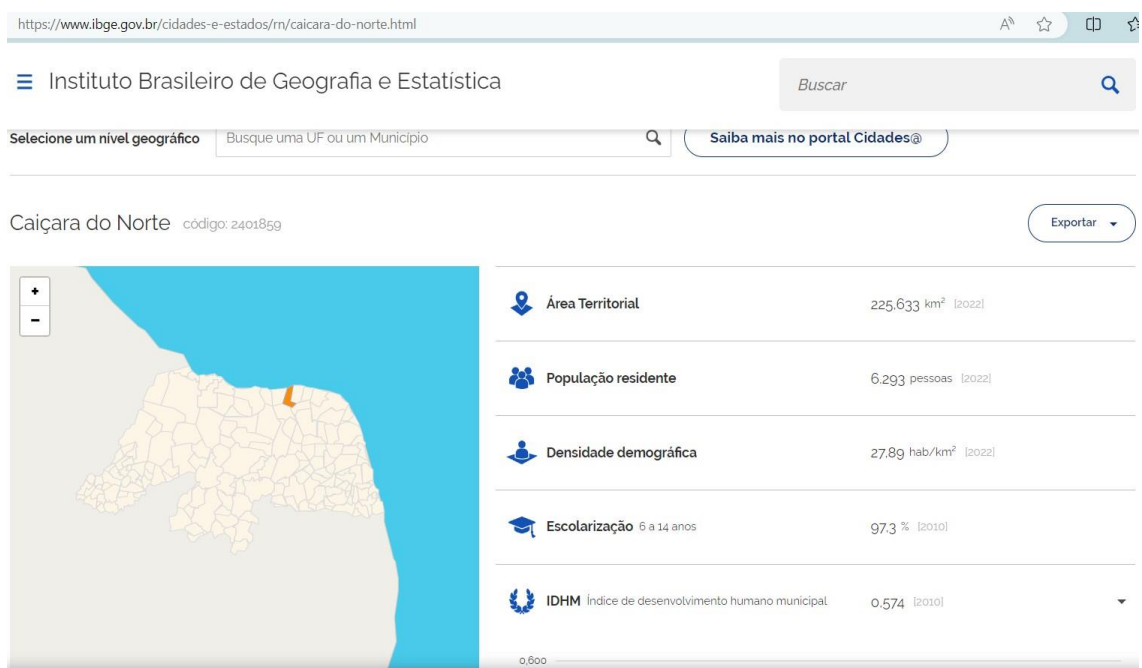
Fonte: Arquivo da Escola Estadual Godofredo Cacho, 2023.

**Anexo D – Escola Estadual Godofredo Cacho – Caiçara do Norte/RN (2010)**



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Godofredo Cacho, 2023.

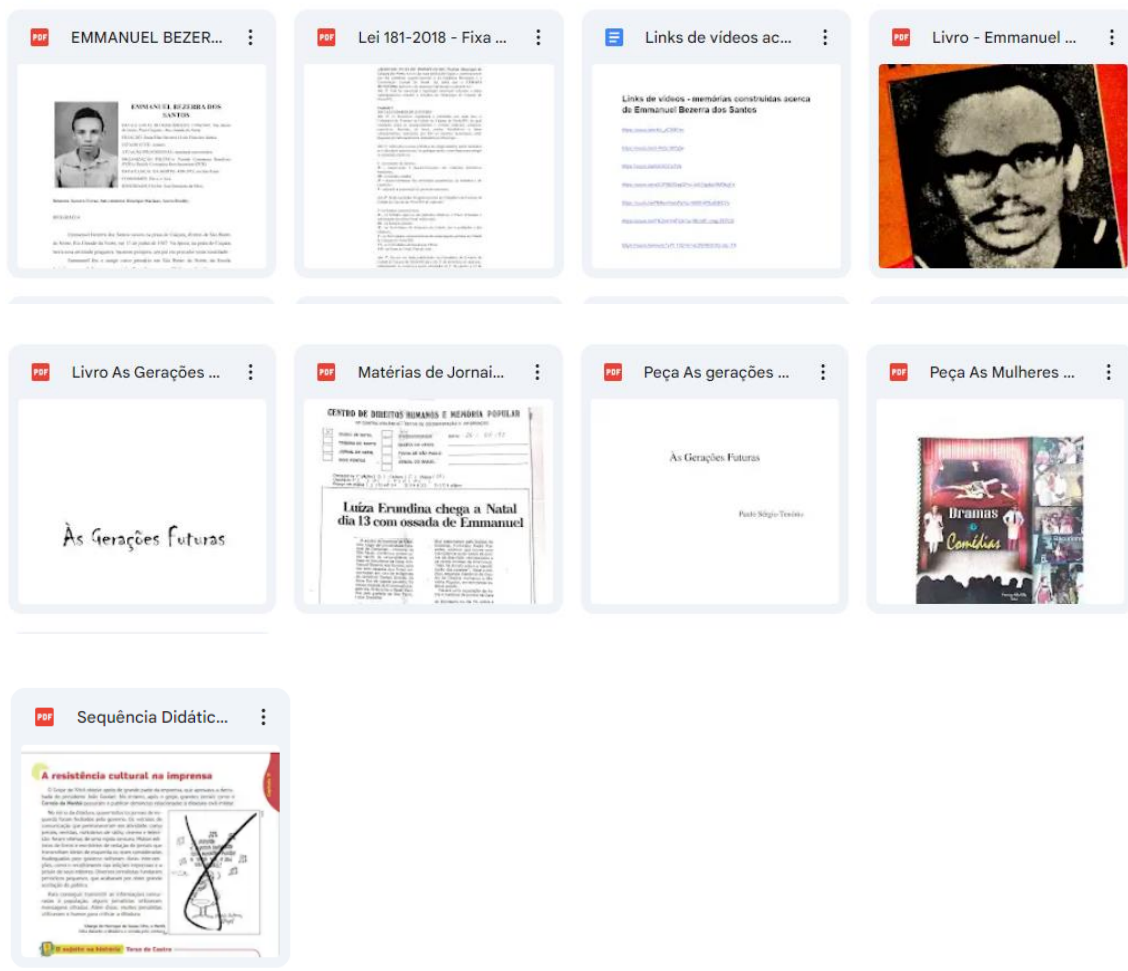
## Anexo E – Localização geográfica e dados populacionais de Caiçara do Norte/RN



Fonte: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/caicara-do-norte.html>. Acesso em: 09 fev. 2024.

## Anexo F – Drive contendo documentos, livros, links de vídeos acerca da Ditadura Civil-Militar e de Emmanuel Bezerra dos Santos

Arquivos



Fonte: Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1YsKpjpc1YQNHBfsbzs2enAzLkI676GZF>.  
Acesso em: 15 jan. 2024.